

ANA LÚCIA SARMENTO HENRIQUE
(organizadora)

VOZES DO IFRN

cantos que
tecem a manhã

ANA LÚCIA SARMENTO HENRIQUE

(organizadora)

VOZES

DO

IFRN

cantos que
tecem a manhã



editora**ifrn**

Natal, 2023

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação
Camilo Santana

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica
Getúlio Ferreira Marques



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Norte

Reitor

José Arnóbio de Araújo Filho

Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação

Avelino Aldo de Lima Neto

Coordenador da Editora IFRN

Rodrigo Luiz Silva Pessoa

Conselho Editorial

Adriano Martinez Basso
Alexandre da Costa Pereira
Amilde Martins da Fonseca
Ana Judite de Oliveira Medeiros
Ana Lúcia Sarmiento Henrique
Anna Cecília Chaves Gomes
Avelino Aldo de Lima Neto
Cinthia Beatrice da Silva Telles
Cláudia Battestin
Diogo Pereira Bezerra
Emanuel Neto Alves de Oliveira
Francinaide de Lima Silva Nascimento
Genildo Fonseca Pereira
José Everaldo Pereira
Julie Thomas

Leonardo Alcântara Alves
Luciana Maria de Araújo Rabelo
Paulo Augusto de Lima Filho
Marcus Vinícius de Faria Oliveira
Marcus Vinícius Duarte Sampaio
Maria Jalila Vieira de Figueirêdo Leite
Maria Kassimati Milanez
Maurício Sandro de Lima Mota
Miler Franco D Anjour
Paula Nunes Chaves
Raúl Humberto Velis Chávez
Renato Samuel Barbosa de Araujo
Rodrigo Luiz Silva Pessoa
Samuel de Carvalho Lima
Sílvia Regina Pereira de Mendonca

Projeto Gráfico, Diagramação e Capa

Maria Eduarda Oliveira Amorim

Revisão Linguística

Rodrigo Luiz Silva Pessoa

Prefixo editorial: Editora IFRN

Linha Editorial: Acadêmica

Disponível para *download* em:

<http://memoria.ifrn.edu.br>



Contato

Endereço: Rua Dr. Nilo Bezerra Ramalho, 1692, Tirol. Natal-RN.

CEP: 59015-300. Telefone: (84) 4005-0763 | E-mail: editora@ifrn.edu.br

VOZES

DO

**cantos que
tecem a manhã**

IFRN



Os textos assinados, no que diz respeito tanto à linguagem quanto ao conteúdo, não refletem necessariamente a opinião do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. As opiniões são de responsabilidade exclusiva dos respectivos autores. É permitida a reprodução total ou parcial desde que citada a fonte.

V977 Vozes do IFRN : cantos que tecem a manhã [livro eletrônico] / Ana Lúcia Sarmiento Henrique (organizadora). – Natal : Editora IFRN, 2023. 124 p. ; il ; PDF

ISBN 978-85-8333-302-9

1. Educação - Experiências. 2. Educação - Memória. 3. Formação Docente - Trajetórias. I. Henrique, Ana Lúcia Sarmiento. II. Título.

IFRN/SIBi

CDU 37-047.42

Divisão de Serviços Técnicos
Catalogação da publicação na fonte elaborada pela Bibliotecária
Marise Lemos Ribeiro – CRB-15/418

Esta obra foi submetida e selecionada por meio de edital específico para publicação pela Editora IFRN, tendo sido analisada por pares no processo de editoração científica.



Rememora**IFRN**

A série “Rememora IFRN”, criada pela Editora IFRN, tem o objetivo de celebrar a memória da instituição, nas suas diversas expressões – espaços físicos, épocas, pessoas ou ocasiões – e registros – fotos, documentos, relatos, experiências etc. Dessa forma, esta série engloba ações da história institucional via publicação de livros.

A Coordenação da Editora esclarece que a seleção dos textos para composição deste volume da série foi regida por edital próprio.

SUMÁRIO

09

**Ana Lúcia
Sarmento
Henrique**

Apresentação: entretecendo fios
de memórias na história do IFRN

20

**Ailton Dantas
de Lima**

Uma vida, uma paixão

29

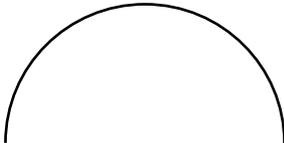
**Marília
Gonçalves
Borges Silveira**

Itinerário de uma educadora: da
Escola Técnica ao Instituto Federal

55

**Francisco das
Chagas Silva
Souza**

Experiências na ETRN/UNED
mossoró: meias-verdades em uma
barafunda da memória



78

**Alexandre da
Costa Pereira**

Trajatória de um professor-
engenheiro na instituição:
pavimentando caminhos do saber

103

**Wyllys Abel
Farkatt**

Da ETRN ao IFRN, uma temporada
de conhecimento

118

**Maria das
Graças Baracho**

Posfácio: gotas de conhecimento
e esperanças





ENTRETECENDO FIOS
DE MEMÓRIAS NA
HISTÓRIA DO IFRN

Ana Lúcia Sarmiento Henrique

Quando me convidaram para organizar e apresentar este primeiro volume da Série Rememora, imediatamente me surgiu um pensamento: estão fazendo *bullying* comigo, que sou uma jovem senhora idosa, que entrou na instituição em 02 de julho de 1985 e minha matrícula começa com 277, quase em extinção no IFRN! Brincadeiras à parte, me senti lisonjeada e, ao mesmo tempo, preocupada com o peso da responsabilidade.

Com esses sentimentos, assumi a tarefa e, à medida que fui lendo os capítulos, percebi que os fios das memórias dos colegas se entretecem com os meus, percebi que fomos tecelões da história da ETFRN, do CEFET-RN e do IFRN. Ao pensar nesses fios de memória se entrelaçando, não pude deixar de lembrar da poesia, já bastante conhecida, de João Cabral de Melo Neto, “Tecendo a manhã”¹, que reproduzo a seguir:

Um galo sozinho não tece a manhã:
ele precisará sempre de outros galos.
De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro: de um outro galo
que apanhe o grito que um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzam
os fios de sol de seus gritos de galo
para que a manhã, desde uma tela tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos.

E se encorpando em tela, entre todos,
se erguendo tenda, onde entrem todos,
se entretendendo para todos, no toldo
(a manhã) que plana livre de armação.
A manhã, toldo de um tecido tão aéreo
que, tecido, se eleva por si: luz balão.

Normalmente, os críticos literários e professores analisam esse poema como um metapoema que trata da construção textual e poética, mas vou pedir licença para relacionar o entrelaçamento do canto

1. *In*: MELO NETO, João Cabral de. Obra completa: volume único. Org. Marly de Oliveira. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. p. 345.

dos galos a nossas memórias individuais que, juntas, constroem uma memória coletiva (HALBWACHS, 2006)², ou seja, só o canto de vários galos constrói a manhã (ou constrói o amanhã!). Para esse sociólogo francês, a memória é formada pelo indivíduo no processo de interação social. Em outras palavras, a memória individual não existe isoladamente, mas é formada a partir de pontos de referência encontrados no mundo externo e vivenciados na relação com o outro.

A leitura dos textos dos autores que compõem este livro materializa esse conceito de Halbwachs, pois todos os que aqui falam experienciaram a história da ETFRN, do CEFET-RN e do IFRN. Dito de outro modo, os cantos de cada um deles partem de pontos de referência comuns, pontos vivenciados na trajetória profissional dentro da nossa instituição.

A leitura do texto do Professor Ailton, que inicia com sua lembrança de que desde pequeno queria ser docente e, por isso, brincava de escolinha com alunos imaginários me fez lembrar que eu sempre quis ser professora e, desde pequena, brincava de escolinha com meus irmãos e primos até que um dia eles enjoaram, porque eu mandava muito. Na verdade, eu dizia que queria ser professora por um motivo que, hoje, percebo pouco nobre: eu queria mandar nos alunos! Imagine qual era a minha concepção de educação e de docência!? Com certeza, nenhuma relação com a perspectiva dialógica freireana, que estudei muitos anos depois, ou com o fato de que a função docente no ato de ensinar tem implícito o ato de educar (FRIGOTTO, 2018).

O professor Ailton lançou dois outros cantos que se encontram com os meus. O projeto de língua portuguesa, iniciado no final na década de 80, com um grupo de docentes de Língua Portuguesa que participaram da primeira turma de especialização em Linguística Textual na UFRN. Com esse projeto, mudamos o foco do ensino de LP para o trabalho em sala de aula fundado na leitura e produção de textos que circulam socialmente. Outro canto de Ailton que se encontra com o meu foi a defesa desse projeto de ensino, já no final da década de 2010. Você vai ler, no texto do professor, como foi importante esse projeto estar fundamentado tanto cientificamente como “nos documentos oficiais, sem amadorismos nem interferências de valores pessoais.”

2. HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006, p. 39.

Além disso, esse episódio que os professores de Língua Portuguesa vivenciamos, germen do que se veio a se chamar depois nacionalmente de Escola Sem Partido³, comprovou, também, “o quão é importante o trabalho em equipe.”

Esse trabalho em equipe me leva ao texto de Marília e aos versos de João Cabral de Melo Neto que estão nesta apresentação: “Um galo sozinho não tece a manhã: ele precisará sempre de outros galos.”. Em seu texto, a professora Marília, tal como Ailton, narra suas memórias no projeto de Língua Portuguesa. Ela nos lembra que, com os avanços da Linguística Textual e as mudanças na legislação relativas à educação, “saímos da tríade (narração, descrição e dissertação), que não abarcava a realidade da língua em seu uso, e passamos a estudar a tipologia (narrativa, descritiva, expositiva, argumentativa, injuntiva e dialogal)”. Com essa decisão, nos deparamos com um problema: não havia material didático que abordasse o ensino de língua nessa perspectiva e a partir dessa concepção. Foi necessário, então, que elaborássemos nosso próprio material. Foi um trabalho em equipe, que foi também de formação continuada, momentos de busca de textos que circulavam socialmente, momento de estudos teóricos, para apresentar, não só a tipologia textual e os gêneros discursivos, mas a adequação linguística e, só então a gramática.

Marília também esteve presente na defesa do projeto de ensino de língua na instituição. Embora não tenha feito referência a esse fato em suas memórias, ela, Ailton e eu, junto com outros sete professores, entramos com uma ação contra o denunciante e fomos à audiência no Ministério Público Federal. Mais uma ação em equipe que resultou no reconhecimento público do nosso trabalho com a LP.

A professora Marília lançou um grito de galo que se entrelaça com os meus: nossa atuação no Procefet. Como ela mesma afirma, “[...] o programa foi uma das primeiras, senão a primeira, iniciativa na modalidade a distância no âmbito da instituição.” Esse Programa, na verdade,

3. Para ler sobre o movimento Escola sem Partido (Projeto de Lei nº 867/2015), convido à leitura do livro *Escola “sem” Partido: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*, organizado por Gaudêncio Frigotto, que pode ser acessado em <https://fnpe.com.br/wp-content/uploads/2018/11/gaudencio-frigotto-ESP-L-PPUERJ.pdf>.

é continuidade do Pró-Técnico, que sofreu reformulação devido à mudança de institucionalidade de ETFRN para CEFET-RN.

Numa rápida reconstrução histórica, o Pró-Técnico foi um programa pioneiro na reserva de vagas na Instituição. Em sua fase inicial, em fins da década de 70, começou, de forma presencial, a partir de um convênio com o Ministério do Trabalho, o PEBE-7. Em virtude de avanços políticos, científicos e tecnológicos com a consequente mudança das bases materiais dos meios de produção, se promove, nos anos 1993 e 1994, na então ETFRN, discussões internas a respeito da necessidade de transformações curriculares (SKEETE, 2013)⁴. Nessa conjuntura, também o Pró-Técnico sofre transformações e passa a ser um curso na modalidade de educação a distância de segunda geração com módulos impressos produzidos por professores de português e matemática da ETFRN, além de teleaulas produzidas por esses professores e por técnicos da área de multimídia da instituição.

Com a mudança de institucionalidade de ETFRN para CEFET-RN, ocorrida em 1999, o Pró-Técnico sofre mais uma vez reestruturação e passa a se denominar Programa de Iniciação Profissional do CEFET-RN (Procefet), com reserva de 50% das vagas para ingresso nos cursos da Instituição. O Programa era formado por um curso de Iniciação Tecnológica e Cidadania, com carga horária de 160 horas, que compreendia conteúdos de português, matemática e cidadania, distribuídos em cinco unidades didáticas, organizadas em torno de temas transversais, veiculados em fascículos semanais encartados no jornal Diário de Natal. Foram elaboradas novas teleaulas veiculadas na TV Universitária e distribuídas em fitas de vídeo para os municípios onde o sinal dessa TV não chegava.

Com a Lei nº 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, o CEFET-RN passou a denominar-se Instituto Federal de Educação Científica e Tecnológica do Rio Grande

4. Para aprofundamento da discussão, sugerimos a leitura da obra *A Experiência Pioneira do IFRN com reserva de Vagas em Seus Processos Seletivos*, de Nadir Arruda Skeete, que pode ser acessada em: https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/898/A_experiencia_pioneira_ifrn_reserva_de_vagas_Nadir_Arruda_Skeete.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

do Norte (IFRN). Essa mudança de institucionalidade provocou mudanças também no Procefet, que passou a ser denominado de Programa de Iniciação Tecnológica e Cidadania (Proitec).

Vivi intensamente a segunda fase do Pró-Técnico, todo o Procefet e todo o Proitec, participando junto com os professores Leonor Araújo, Iaconara Miranda, Marília Gonçalves, Ilane Cavalcante, Manoel Santos, Elizabeth Freitas, Everaldo Pereira, Cristiane Ângelo, Artemilson Lima, Hugo Manso, entre outros, da elaboração de livros de conteúdos e de exercícios, e de novas videoaulas⁵.

Por falar, em videoaulas, essas são um capítulo à parte! A colaboração dos técnicos-administrativos do setor de multimídia, como Edson Lima, Glácio Meneses, Isoleda Moura, Rufino Costa e Laurence Campos nos dias de gravação e nas longas noites de edição, bem como na adaptação desse material para o curso aberto em EaD, foi fundamental para a qualidade final de todo o material didático. A todos esses que podem lançar esses gritos de galo e que, portanto, contribuíram para construir o início da história da EaD na Instituição, meu muito obrigada pelo compartilhamento de horas e horas de trabalho profícuo e prazeroso.

Francisco das Chagas, no terceiro capítulo, divide seu grito de galo (que ele chama de meias-verdades) nesse entretecer da memória coletiva. Ao comentar sobre sua chegada à Instituição, lembra o projeto pedagógico que se iniciara em 1995, como um projeto experimental autorizado pela Portaria nº 1.236/1994, da então Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC) do extinto Ministério da Educação e do Desporto. Esse projeto, que se tornou referência para a Rede Federal de escolas técnicas, era apoiado em

[...] fundamentos de natureza filosófica, biopsicológica, socioantropológica, cultural e legal, [...] buscava refletir tanto as exigências do momento histórico quanto as variáveis que interferiam na própria dinâmica da instituição, na perspectiva de uma “formação omnilateral” dos sujeitos. (SKEETE, 2013, p.21-22, grifo no original).

5. Todo o material produzido pode ser acessado como curso aberto na modalidade de educação a distância no site do *Campus* Zona Leste, no endereço <https://ead.ifrn.edu.br/portal/cursos/cursos-abertos/proitec/>.

A perspectiva da omnilateralidade revela a fundamentação teórica marxista e gramsciana desse projeto, que cunhou o termo técnico-cidadão, que encantou a Chagas, como ele mesmo afirma, “com as propostas de uma escola ‘profissionalizante’ que se preocupava com o ser humano para além do mercado.”

Relembro que as discussões sobre essas bases filosóficas foram intensas nos anos de 93 e 94: que tipo de sociedade queremos, que tipo de homem pretendemos formar, qual a função social da então ETFRN, o que é trabalho. Essas discussões foram materializadas na Proposta Curricular, que se iniciou em 1995. Como, até 1994, a ETFRN não possuía um Projeto Político-Pedagógico (as ações acadêmicas da Instituição eram consolidadas em Organizações Didáticas), percebo agora como esse momento foi um marco histórico e conceitual da instituição, sob a coordenação dos assessores técnicos Maria do Livramento Cavalcanti Wetsch, Maria do Rosário da Silva Cabral e Otávio Augusto de Araújo Tavares e colaboração de todos os servidores e discentes do IFRN.⁶

Para superar a formação unilateral fundada na dicotomia homem-cidadão e técnico-profissional, o Projeto Pedagógico propôs a concepção de “[...] formação omnilateral do homem, entendida como desenvolvimento da totalidade das capacidades humanas, sem perder de vista seus determinantes históricos e a possibilidade de uma ação mais efetiva no meio social.” (ETFRN, 1995, p. 57). Essa concepção de formação profissional se materializou na denominação do técnico-cidadão, ou seja, um profissional que domina os “recursos científicos e tecnológicos, que lhe possibilitam atuar no sistema produtivo e participar criticamente do processo de transformação social em função dos interesses coletivos” (SILVA; CABRAL NETO, 2015, p. 204)⁷. Essas bases filosóficas perduram até hoje nos projetos pedagógicos que se sucederam em 2005 e 2012⁸.

6. Para acessar a Proposta Curricular, acesse o link <https://portal.ifrn.edu.br/ifrn/institucional/projeto-politico-pedagogico-lateral/projetos-antigos/proposta-curricular-da-etfrn-1995-revisada-em-1997>.

7. SILVA e CABRAL NETO. Concepções de formação profissional técnica de nível médio adotadas pelo IFRN: Especificidades e (des)continuidades. **HOLOS**, Ano 31, Vol. 5, p. 201-212.

Na barafunda de memórias de Chagas também está o trabalho diferenciado feito pelos colegas de Língua Portuguesa, já rememorado aqui por Ailton e Marília, que discutiram as bases conceituais (quantos gritos de galo se cruzam para fazer nascer a manhã!). Chagas, no entanto, nos traz a materialização de atividades de retextualização em que os estudantes, a partir da leitura de uma obra literária, criavam uma peça teatral, cuja apresentação não se restringia à sala de aula como atividade avaliativa, mas saía a público como forma de fazer circular a produção textual da Instituição, cumprindo um dos pontos chave do nosso projeto de Língua Portuguesa: trabalhar o ensino de língua a partir da leitura e produção de textos que circulem socialmente.

Chagas nos lança um grito de galo, que também é um grito de alerta. Como pesquisador da história da educação profissional, ele relembra e, de forma breve, analisa o período que vivenciamos com o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, defensor de políticas neoliberais, que representou um retrocesso conceitual para nós da instituição. Tínhamos avançado para uma educação profissional mais humana, ou nas palavras do nosso autor, uma “escola ‘profissionalizante’ que se preocupava com o ser humano para além do mercado.” Foi um período de redução de recursos oriundos do governo federal, de muita atividade do sindicato, com organização de três longas greves, e de insegurança quanto à própria existência das instituições federais de Educação Profissional.

Nessa sua análise, Chagas nos pergunta: “do ponto de vista do pragmatismo do MEC e dos seus gestores, qual a serventia do ensino de História, Geografia, Sociologia e Filosofia? Para que o ensino de Arte e Literatura?”. Esse questionamento pode ser compreendido como gritos de alerta, pois recentemente, com a Reforma do Ensino Médio, que adotou uma base nacional comum curricular e instituiu cinco itinerários formativos, elas se tornaram atualíssimas. Isso mostra que, precisamos ter o passado como memória para atuar no presente pensando na construção do futuro que queremos, ou como diz Florestan Fernandes (1976, p.5)⁹, “a história nunca se fecha por si mesma e nunca se fecha para

8. Os projetos pedagógicos podem ser acessados em: <https://portal.ifrn.edu.br/institucional/projeto-politico-pedagogico-l>.

9. FERNANDES, F. Circuito Fechado. São Paulo: Hucitec, 1976.

sempre. São os homens, em grupos e confrontando-se como classes em conflito, que ‘fecham’ ou ‘abrem’ os circuitos da história.”

Mas deixemos esse grito de alerta *em alerta*, e passemos ao capítulo de Alexandre. Assim que iniciei a leitura do texto (que me chegou sem autoria), identifiquei o autor e pensei: esse que me fala é meu “cumpadi”. É isso mesmo: eu e meu esposo somos padrinhos do filho mais velho de Alexandre! Essa honra nos foi concedida pelo compartilhamento do tempo de doutorado que passamos juntos, ele na Universidade Politécnica de Madri e nós na Universidade Complutense de Madri, na Espanha. Outro grito de galo que entretece a manhã!

Ele afirma a emoção e a alegria de se integrar à “Família Etferniana”, que me remeteu ao dia em que li no quadro de avisos da portaria central da então ETFRN que eu havia passado no concurso para professor. Eu havia recém-concluído o meu curso de Letras, não tinha experiência docente, fiz parte da graduação já casada e trabalhando no Banco do Brasil para prover materialmente a existência familiar. Você pode se perguntar: como alguém já estabelecido no Banco do Brasil faz concurso para ser professor? Lembra que já disse nessa apresentação que desde pequena queira ser professora para “mandar nos alunos”?

Passsei em quinto lugar, os quatro primeiros colocados foram chamados para o primeiro semestre e eu entrei em julho de 1985. Fiquei imensamente feliz, mas quem pulou muito mesmo foi meu marido, que tinha sido aluno de eletrotécnica da ETFRN! O sentimento de pertencimento falou alto!

O capítulo de Alexandre relembra a quem já está na instituição há algum tempo os esforços para capacitação. No início, não havia praticamente incentivo ou programa de formação continuada para os docentes, praticamente não havia convênios com instituições nacionais ou estrangeiras, também era pouco o incentivo ou apoio à publicação, tradução ou participação em eventos. Tudo isso veio de forma paulatina, e, embora ainda não seja o ideal, está bem melhor. Esse é um tema que daria uma excelente pesquisa histórica, um grito de galo que pode ser apanhado por algum outro pesquisador, para que se construa o amanhã que queremos.

A trajetória individual de Alexandre junto, por exemplo, ao DNIT nos remete a pesquisas no campo da formação docente em Educação Profissional, em que se encontram muitos bacharéis os quais trabalham

como docente a tempo parcial e mantêm vínculo com empresas privadas ou estatais na área de sua graduação. Essa experiência no mundo do trabalho, muitas vezes, fundamenta ações pedagógicas no âmbito da instituição.

Finalmente, chegamos ao último texto de nosso livro, de autoria de Wyllys. O autor nos conta que foi aluno da ETFRN, tal qual Ailton (dois gritos de galo que já teceram o passado da instituição) e que iniciou sua trajetória docente em 1995, na Uned Mossoró, justo na implementação do primeiro projeto político-pedagógico. Ele, na perspectiva de gestor, lembra a famosa mandala que materializava a concepção de gestão subjacente ao documento. Ele aponta que a proposta superava “o hierarquismo rígido do modelo tecnicista, para o modelo democrático das corresponsabilidades entre os diversos níveis hierárquicos institucionais.” No centro da mandala, estava o estudante, ser principal, ao redor do qual estavam as diversas dimensões do fazer da instituição, indicando “que tudo o deveria ser realizado era para o seu desenvolvimento moral e intelectual.”

Como gestor, Wyllys, relembra, que em 1999, a instituição iniciou a oferta do primeiro curso superior (e não é que eu participei da elaboração da prova de Língua Portuguesa nessa seleção!). Lembra a famosa catraca (ou “peça de engrenagem”, como ele denomina), que durante anos foi o símbolo da ETFRN; o símbolo conceitual com um C, que representava o CEFET; e o atual formada pelas “iniciais IF composta por quadrados arredondados nos vértices e um círculo representando o ‘pingo do I’, que hoje é a logo do IFRN. Essa referência nos rememora anos e anos de história da instituição!

Wyllys lembra que também esteve presente, em Currais Novos, na materialização da oferta do curso de especialização voltado para a formação de profissionais do ensino público para atuar no Programa de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Já com doutorado, fui estudante da primeira turma desse curso de pós-graduação *lato sensu e*, em duas ofertas seguintes, inclusive em Currais Novos, fui professora do componente de Didática. Mais fios que se entrecem!

Outro fio de memória desse professor-autor que também faz parte das minhas memórias (e da minha história na Instituição) é a participação na Universidade Aberta do Brasil (UAB), onde ele atuou como tutor

presencial e professor formador na primeira turma do curso superior de Tecnologia em Gestão Ambiental. Nessa época, eu fazia parte da Coordenação UAB, um momento pioneiro na oferta de educação superior a distância na Instituição. O professor Chagas, participante desta coletânea, não mencionou, mas ele também esteve presente nesse desafio que a Instituição se propôs e que nós abraçamos. São tantos gritos de galo...

Se você leu esta apresentação até o fim, pode estar se perguntando se os autores (todos diletos companheiros e, por isso, os chamei pelo nome de batismo) só falaram de eventos ou ações comuns a todos. Claro que não! Além da memória coletiva, os textos apresentam as memórias e histórias individuais, que dialeticamente tecem a história dos homens em sociedade. Mas essas você vai ler sozinho(a)! Disfrute, pegue o grito de algum dos galos que lançou sua voz aqui e o entreteça com seu próprio canto, com suas próprias memórias, com sua própria história na instituição!

Boa Leitura!!

Verão de 2023
Ana Lúcia Sarmiento Henrique



UMA VIDA, UMA
PAIXÃO

Ailton Dantas de Lima

Introdução

Como está nos versos de uma canção popular, “Tudo nasceu de brincadeira/ Nas cordilheiras da ilusão/ Veio num vento sem destino/ Amor menino fez paixão”. Os primeiros lampejos de minha carreira docente manifestaram-se embalados pelo sussurrar dos ventos salinos nas cálidas tardes macauenses. Quando criança, uma das minhas brincadeiras prediletas era — dando utilidade a um velho quadro-negro desbotado que meu pai adquirira para que meus irmãos mais velhos estudassem em casa — pôr em cena um personagem professor. Alguma camisa de meu pai, porque era de um tamanho muito além do meu manequim, servia de guarda-pó. Os gizos eram obtidos de um irmão mais velho, que era professor. Assim, eu me dirigia solenemente a alunos imaginários. Mas, quando umas primas vinham passar férias em minha casa, o sonho da docência parecia ser mais real.

Da infância para a adolescência, um hiato nas aulas imaginárias. Em 1985, aos quinze anos, ingressei na instituição que povoava os horizontes de boa parte da meninada que acalentava o sonho de continuar seus estudos em uma escola de excelência, porém pública. Fui aprovado para o curso técnico em mecânica, na Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte. Foram três anos e meio indelévels na minha formação. Concluí o curso em julho de 1988.

Mas o que esse período tem a ver com a minha formação docente? Ter me propiciado um deslumbramento diante de uma diversidade de práticas docentes orquestradas por professores que conseguiam me atrair, cada vez mais, para a busca pelo conhecimento. Então, comecei a fazer pontes entre a minha docência imaginária e a nova imagem que surgia: o professor que eu queria ser.

No entanto, a necessidade de sobrevivência do jovem sonhador da docência me impeliu a tentar o exercício profissional para o qual fui habilitado. Fiz estágio em duas empresas. Foram experiências suficientes para despertar em mim um sentimento nostálgico das minhas aulas imaginárias. As máquinas, as ferramentas... Eu não tinha nada a ensiná-las... Tampouco elas me despertavam o desejo de aprender.

Decidido a não enveredar pela carreira de técnico, ainda durante o último estágio comecei a me preparar para a submissão ao concurso

vestibular. O ano era 1989. Realizado o exame vestibular, com obtenção de aprovação, ingressei no curso de Letras, com habilitação em língua portuguesa, em 1990. Nesse mesmo ano, fui convidado a lecionar em algumas escolas das redes municipal e privada de ensino. As minhas primeiras experiências se deram no ensino fundamental II, que, na época, ia da quinta à oitava série. Aquelas crianças e pré-adolescentes foram meu primeiro desafio docente. Assim, de forma concomitante, na universidade, eu desbravava os horizontes teóricos das reflexões sobre língua e linguagem; na escola, a diversidade de demandas dos alunos me desbravava. Foram quatro anos de imersão na rotina escolar. Tempos incipientes e insipientes. Mas, sobretudo, tempos de sementes.

Concluído o curso de graduação, no final de 1993, tornei-me, de direito, professor. O diploma de graduação era a mão estendida para me levar a outras margens. Eu sonhava atuar em instituições educacionais de maior porte, ir para um centro maior, onde pudesse verticalizar minha formação docente em letras.

Em 1994, em certa manhã de domingo, ao folhear o jornal, esse sonho pareceu-me saltar da página. Meu olhar recaiu sobre um edital de concurso. O certame objetivava selecionar professores efetivos para a Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte. Sim, a escola cujo corpo docente me inspirava. Agora, eu teria a oportunidade de fazer parte daquele tão seletivo grupo. Inscrevi-me. Realizadas as etapas seletivas — prova escrita, prova didática e análise de títulos —, obtive aprovação. Fui o primeiro colocado. Alegria imensa.

O ano de 1995 começava. Veio a convocação para a posse no cargo, então denominado “professor de ensino de 1º e 2º graus”. Mudança de cidade. Mudança na vida. Deixei a pequena Macau e a docência dos pré-adolescentes. Parti, pela segunda vez, para a capital. Agora, com a tarefa de construir conhecimentos junto àqueles que estavam a ocupar os espaços que eu ocupara quando aluno daquela instituição. Na bagagem, livros e sonhos. Muitos sonhos, que depois exigiriam a leitura de muitos livros.

10 de fevereiro de 1995. Esse foi o dia em que ocorreu a assinatura do termo de posse. Na semana seguinte, fui apresentado ao coordenador da área de comunicação e expressão. De posse das informações gerais sobre a rotina de trabalho e dos horários de aulas, vieram as atividades de planejamento, um mundo de informações novas sobre um projeto

de ensino de língua portuguesa referendado pelos alunos e pela comunidade externa. Eu sentia a dimensão das responsabilidades. E o prazer do protagonismo.

Desenvolvimento

Embalada por esse dueto, veio a necessidade de qualificação. Em 1996, submeti-me à seleção para um curso de especialização em Linguística Aplicada, oferecido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Obtida a aprovação, um mundo de novas perspectivas teóricas acerca do fazer científico, tendo a linguagem como foco, acolheu-me. Foi um momento de reflexão profunda sobre o trabalho com o texto nas aulas de língua portuguesa. Diante das diversas disciplinas cursadas, decidi realizar um estudo sobre o uso dos conectores em textos escritos. Esse foi o meu trabalho de conclusão do curso.

Terminada a especialização, o desejo de continuar investigações na área de linguagem, sobretudo da língua escrita, fez-me elaborar um projeto de pesquisa e submetê-lo à seleção para o mestrado do Programa de pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da UFRN, área de concentração Linguística Aplicada. O projeto foi intitulado “O texto escrito escolar como espaço da novidade”. Obtida a aprovação, em 1998 iniciei os estudos. As novas reflexões sobre a linguagem aliadas a discussões com a minha orientadora contribuíram, paulatinamente, para o burilamento do projeto. A “novidade” transformou-se em “subjetividade”.

A pesquisa foi realizada em uma turma de alunos do ensino médio. Com o aparato teórico de uma concepção dialógica da linguagem, durante uma aula de preparação para a produção de um texto argumentativo, analisei o discurso oral do professor e os discursos oral e escrito dos alunos, na busca de estratégias linguístico-discursivas da manifestação de subjetividade nesses discursos. O resultado foi a dissertação de mestrado “Em busca da subjetividade perdida: análise de uma aula de produção textual escrita”. O trabalho foi defendido e aprovado pela banca avaliadora em 2001.

Após a obtenção do título de mestre, as motivações para ingressar em um doutorado me cercavam. No entanto, algumas circunstâncias

me fizeram optar por um tempo maior de amadurecimento de ideias até a decisão de trilhar mais uma etapa da pós-graduação. Uma dessas circunstâncias era a dúvida entre continuar na mesma universidade ou em outra, fora do estado. Em 2006, tomei a decisão: continuaria na mesma universidade.

Para submeter-me à seleção, elaborei um projeto de pesquisa com o objetivo de traçar o perfil da disciplina Língua Portuguesa no contexto do ensino médio integrado ofertado pelo IFRN. Esse projeto não somente foi uma oportunidade de tomar como campo de estudo o *locus* da minha prática profissional, como também de gerar um contributo para o trabalho com língua portuguesa no contexto da educação profissional de nível médio, na perspectiva da integração.

Aprovado na seleção do doutorado, em 2007 iniciei os estudos. Já com uma maturidade acadêmica mais refinada, fruto das experiências com a especialização e o mestrado, a rotina de doutorando me pareceu um percurso menos íngreme. As participações em congressos científicos tornaram-se mais frequentes; os grupos de estudos, mais dinâmicos. A pesquisa foi realizada com professores e alunos da primeira turma de alunos concluintes do ensino médio integrado à educação profissional. Esses alunos concluíram em 2008. O trabalho resultou na tese denominada “Vozes em diálogo na escola: uma análise de posicionamentos sobre a disciplina Língua Portuguesa no Ensino Médio Integrado à educação profissional do IFRN”. A defesa, com indicação para publicação, ocorreu em abril de 2011.

A tese gerou já frutos. Mesmo durante a pesquisa, algumas etapas do processo foram apresentadas em congressos nacionais e internacionais. Em 2017, transformei o texto em livro e o submeti a um edital de publicação da Editora do IFRN. A publicação foi aprovada e teve seu lançamento oficializado em 2018.

Toda essa formação continuada, após ingresso no IFRN, foi solidificando ainda mais um projeto de ensino de língua portuguesa já existente na instituição, quando da minha entrada como docente. Toda a discussão nessa disciplina tinha como ponto de chegada a leitura e a produção de textos. Atuei por cerca de 20 anos na primeira série do ensino médio. Os alunos, ingressos na instituição via processo seletivo, eram oriundos das mais diversas realidades. Essas características colocavam os professores de língua portuguesa diante de um grande desafio, uma

vez que se lidava, em uma mesma sala de aula, com alunos leitores e escritores ao lado de alunos com pouquíssimo ou nenhum contato com a língua escrita.

Diante dessa perspectiva de ensino, todo o material didático, elaborado pelos próprios professores, era pensado, juntamente com atividades práticas, com os propósitos de despertar e refinar a relação do discente com as atividades de leitura e de produção textual. Assim, eram produzidos, durante reuniões de grupos, apontamentos teóricos, roteiros de leitura, exercícios estruturais...

Toda essa experiência de ensino adquirida, aliada à formação continuada, me credenciava a tomar parte de outras atividades para além da sala de aula. Participei de várias bancas de elaboração de provas e de correção de produções escritas em processos seletivos destinados tanto a alunos quanto a professores. Durante algum tempo, diante de demandas institucionais, fui designado a atuar como revisor de textos do então gabinete da Direção Geral.

Com a ampliação da oferta da educação superior, surgiu a necessidade de um número maior de docentes, preferencialmente com titulação de mestre ou de doutor, para atuar nesse nível de ensino. A atuação no ensino médio, experiência pedagógica das mais ricas, parecia estar, por um tempo, para ser pausada. Essa necessidade advinha não só da oferta das disciplinas Língua Portuguesa e Leitura e produção de textos acadêmicos em todos os cursos de graduação, mas também das exigências dos mecanismos de avaliação dos cursos pelo Ministério da Educação. Professores com título de mestre ou de doutor elevavam a pontuação do curso.

Além das disciplinas citadas, atuei também como docente da disciplina de Linguística, no curso de Licenciatura em Letras – Espanhol. Essa experiência resultou na produção de um livro didático dessa disciplina, destinado a esse mesmo curso, na modalidade de ensino a distância.

Na educação superior, à semelhança do trabalho desenvolvido no ensino médio, a tônica era a leitura e a produção textual. No entanto, privilegiam-se gêneros discursivos da esfera da atividade acadêmica. Foi e continua a ser, pois atuo, hoje, nesse nível de ensino, em uma experiência pedagógica riquíssima. É a inserção do aluno nas exigências do processo da leitura e da escrita acadêmicas. Mais um desafio. Como fruto dessa experiência, em 2015, apresentei trabalho em congresso

internacional, juntamente com um colega professor, sobre a experiência com a produção escrita de resumos.

Hoje vivencio, na instituição, a rotina do ensino superior. Além das aulas nos mais diversos cursos de graduação, participo de grupos de pesquisa, reuniões de colegiados e de orientação a bolsistas tutores. Atualmente, pretendo desenvolver projeto de pesquisa, em sintonia com os propósitos das disciplinas que ministro, no campo do letramento acadêmico.

A trajetória até aqui narrada parece ter já sintetizado os fatos da minha trajetória profissional no IFRN. No entanto, um acontecimento precisa ser detalhado à parte. No ano de 2010, eu e mais alguns colegas professores de língua portuguesa fomos desafiados a sair em defesa do nosso projeto de ensino.

Eis o fato. Um pai de um aluno do primeiro ano do ensino médio, sentindo-se incomodado pelo direcionamento teórico do nosso trabalho, resolveu provocar o Ministério Público Federal acerca da legitimidade dos nossos procedimentos metodológicos e das escolhas dos recursos didáticos para exploração de conteúdos em sala de aula. O processo aberto chegou à instituição e fomos solicitados a dar uma resposta. Eu era um dos nomes arrolados como réu no processo. O crime? Trabalhar textos que feriam a moral e os bons costumes. Ou, como afirmou um professor simpatizante da causa acusatória durante uma reunião, “trazer a sujeira do mundo para dentro do espaço imaculado da sala de aula”.

Que material “impuro” era esse? Textos que circulavam na mídia escrita de grande circulação, mas que, sob o crivo do pai do aluno, não eram dignos de serem utilizados com propósitos didáticos. O problema, segundo a acusação, não eram os textos, mas as temáticas. Nessa perspectiva, eram impuros textos que tratassem sobre drogas, questões da sexualidade humana, entre outros. Além disso, obras literárias, como as do consagrado escritor Nelson Rodrigues, foram objetos da sanha inquisitorial.

A situação criada gerou desdobramentos internos. Foram convocadas várias reuniões: com pais de alunos, com professores, com os gestores e com a equipe pedagógica. Houve mobilização de professores e alunos. Criou-se, então, uma comissão, da qual fiz parte, para redigir o texto em resposta à solicitação da justiça. Redigimos um

texto de cerca de trinta páginas em defesa do trabalho com língua portuguesa no ensino médio.

O documento construído procurou respaldo tanto na perspectiva teórica adotada, que defendia um trabalho com a linguagem que contemplasse a diversidade das manifestações linguageiras, quanto nos documentos oficiais que regiam o ensino de língua portuguesa no ensino médio. Essa ancoragem ratificava a seriedade do trabalho com linguagem desenvolvido na instituição.

Concluído o documento, houve o envio para ser apreciado pelo procurador. Passados alguns dias, veio a resposta. Essa resposta ratificava veementemente a nossa conduta profissional. O texto que nos foi enviado ressaltava, entre outras coisas, a necessidade de expor o aluno aos mais diversos textos circulantes na sociedade; a importância de se discutir temáticas com intuito inserir o discente nos problemas que afligem a humanidade, por mais espinhosos que sejam, independentemente de valores religiosos. Foi ressaltada, também, a autonomia pedagógica da Instituição.

Esse episódio comprovou a relevância de se trabalhar ancorado na ciência, nos documentos oficiais, sem amadorismos nem interferências de valores pessoais. Comprovou, também, o quão é importante o trabalho em equipe.

Considerações Finais

Desde o início da carreira como professor do hoje Instituto Federal do Rio Grande do Norte, percebi que aquela instituição que me formara como aluno também iria me formar como professor. E isso ocorreu. E ainda ocorre. As experiências pedagógicas por mim vivenciadas contribuíram e ainda contribuem, ao longo destes vinte sete anos de docência no IFRN, para a construção de uma identidade profissional pautada numa visão de formação sempre em processo, sujeita a avanços e recuos; sujeita a revisões.

Nessa instituição, pude experimentar o protagonismo pedagógico: elaborar o meu material didático; ouvir e ser ouvido acerca de questões cruciais para o andamento satisfatório do processo ensino-aprendizagem;

traçar meu itinerário formativo da formação continuada. Experimento, a cada dia, o significado de ser professor em uma instituição que goza de elevado prestígio social; que tem contribuído para a inserção social de milhares que, como eu, vieram de pequenos centros urbanos, de famílias pobres, sem perspectivas de ter acesso a uma educação de qualidade. Mas, fazendo referência à canção citada no início do texto, apesar de tudo ter nascido de brincadeiras, nas cordilheiras da ilusão, a educação ofertada pelo IFRN me deu um destino. E fez o amor do menino virar sua profissão. Ser professor do IFRN virou paixão.



ITINERÁRIO DE UMA
EDUCADORA : DA
ESCOLA TÉCNICA AO
INSTITUTO FEDERAL

Marília Gonçalves Borges Silveira

Introdução

Uma lembrança é diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho da reflexão e da localização, seria uma imagem fugidia. O sentimento também precisa acompanhá-la para que ela não seja uma repetição do estado antigo, mas uma reparação.

Ecléa Bosi.

A escritura deste memorial institucional sobre minha experiência no hoje Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN – terá como base o movimento de lapidar a memória das experiências vividas, procurando sempre refletir sobre os acontecimentos a partir dessa rememoração que, embora impregnada do olhar de quem sou agora, é regada também pela emoção de reviver experiências para que não sejam apenas *imagens fugidias*, como declara Bosi (1994). Para Henri Bergson (1993), somos capazes de observar, com a lente do presente, aquilo que se assemelha a uma situação de outrora, que, mesmo rememorada, não será igual ao momento vivido. Isso acontece para que busquemos nos aproximar do passado e de suas implicações e, sobretudo, reconhecer o que sucedeu aquela experiência, tirando, pois, proveito da experiência pretérita. Desse modo, o trabalho com a memória para a construção deste texto terá esse movimento de lembrar e refletir sobre a experiência vivida a partir de olhar de quem hoje sou a fim de que possa tirar algum proveito dessa reflexão e também abrir possibilidade de trazer luz a alguns caminhos, não nos esquecendo também da capacidade seletiva da memória, que pode, inclusive, nos trair...

O ano era 1995 e o dia era 10 de fevereiro quando tomei posse no cargo de professora de Língua Portuguesa da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte. O local foi a Sala de Reuniões do gabinete do Diretor da Unidade Sede, o professor Francisco Mariz. Formada em Licenciatura Plena em Letras, com habilitação para Português, Inglês e respectivas literaturas, a minha experiência docente, até então, realizava-se na rede privada de ensino.

Nasci em Teresina/PI e sou filha de dois funcionários públicos, um casal, cuja formação é muito comum naquele lado do Nordeste, isto é, meu pai era cearense de Fortaleza e minha mãe, piauiense de Teresina. Cresci entre essas duas capitais, estudei o primário e o ginásio em Fortaleza, no Colégio Santa Isabel, de freiras, o qual foi base para minha formação leitora. Lá aprendi a ler e a gostar de leitura. Na década de 60, a TV ainda não havia chegado a todas as casas (pelo menos à minha, demorou um pouco devido à nossa condição financeira). Assim, a leitura preenchia as minhas horas livres. Lia tudo que estava ao meu alcance, desde os livros de bolso – que meu pai adorava – a todos os volumes da coleção *O mundo da criança*, os livros do Monteiro Lobato e tantos outros que povoavam a minha imaginação, os quais, de certa forma, mais tarde, ajudaram-me a escolher o curso de Letras.

A minha educação secundária, o antigo científico, aconteceu na escola pública, no Liceu Piauiense de Teresina. Sou da primeira turma em que se misturaram os meninos e as meninas nos dois turnos. Foi um acontecimento inesquecível para todos nós, sinal de mudança nos tempos em que o azul e o rosa eram quase lilás. Naquela época, estava sendo implementada a LDB 5692¹⁰, que determinava também uma formação técnica. Assim, assistia a aulas de Desenho Industrial na Escola Técnica Federal do Piauí, sem ter a mínima ideia de que um dia seria professora de uma casa como aquela!

Entre na Universidade Federal do Piauí, então ainda Fundação, por meio do primeiro vestibular a que me submeti. Estudava à noite e trabalhava durante o dia. Não era fácil. Era o final da década de 1970. Enquanto cursava Letras, conheci o meu marido, com quem sou casada até hoje. Ele era inspetor dos Correios. Numa viagem a Teresina, nós nos conhecemos e, no ano seguinte, já estávamos casados e morando em Porto Velho/RO. Lá, nasceu meu filho mais velho. Depois de quase quatro anos na Amazônia, fomos transferidos para Ribeirão Preto/SP, onde nasceu minha filha mais nova. Lá, em Ribeirão Preto, consegui me formar em Letras, concluindo, assim, o curso que havia começado quando solteira ainda em Teresina, pois, em Porto Velho, não havia universidades.

10. A lei nº 5.692 de 16 de agosto de 1971, que direcionou a estrutura do ensino, primário, ginasial e secundário para o ensino de 1º e 2º graus e uma formação profissional.

No último ano da faculdade de Letras em Ribeirão Preto, fui convidada, por meu professor de Literatura Portuguesa, a substituí-lo durante uma viagem que ele fez a Portugal, ou seja, para dar aulas no primeiro ano do ensino médio de uma escola privada muito conhecida na ocasião, o Colégio e Curso Oswaldo Cruz, o COC. Depois dessa substituição, a escola me contratou. Assim, iniciei a minha experiência profissional com a docência, pois, até então, a minha vivência de trabalho havia sido como recepcionista, secretária a assistente administrativa.

Posso afirmar com certeza que o curso terminado em Ribeirão Preto e a experiência docente no COC foram fundamentais em minha formação, aprendi muito e pude constatar, em minha própria vida, como o conhecimento nos liberta e nos alarga os horizontes.

Com a crise instituída pelo governo Collor de Melo, meu marido foi transferido para Natal. Chegamos a essa cidade ensolarada em 1990. Os nossos dois filhos tinham, na ocasião, 9 e 2 anos, respectivamente. Era tudo novo para mim, mas não me contentei em ficar em casa. Preparei meu currículo e fui em todas as escolas privadas de Natal em busca de emprego. Ao contrário de meu marido, eu não pude trazer o meu emprego de Ribeirão para Natal. Infelizmente, a condição de ser mulher nos coloca, muitas vezes, em desvantagem.

Algumas escolas me receberam bem, outras nem tanto, mas o Colégio Objetivo de Natal me contratou. Dava aulas todas as manhãs na unidade da rua Duque de Caxias, em Petrópolis. Foi outro aprendizado muito importante em minha formação. Nessa ocasião, abriram-se as inscrições para seleção da primeira turma do mestrado em Estudos da Linguagem da UFRN, nascia então o PpGEL. Fiz a seleção e fui aprovada para área de concentração em Literatura Comparada. Era o ano de 1993. Naquela época, o mestrado tinha uma carga horária extensa e durava quatro anos. Não tenho a menor dúvida de que esse programa de pós-graduação da UFRN tem melhorado substancialmente a formação dos professores que atuam nas escolas do Rio Grande Norte, embora não tenha tido muitas disciplinas como o foco no ensino básico. Tenho muito orgulho de ter sido formada mestra em Estudos da Linguagem nessa primeira turma!

Em 1995, ainda no mestrado, submeti-me à seleção para docente efetivo da então Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte - ETFRN, especificamente, para a unidade de Mossoró - Uned. Para

minha imensa alegria e de toda família, fui aprovada, em segundo lugar, na prova escrita e, em quarto, na prova prática.

Os três primeiros colocados ficaram em Natal, eu, por ter ficado no quarto lugar geral, fui lotada em Mossoró. Embora fosse ficar longe da família durante toda a semana, chegar à ETFRN, depois de tantos esforços em busca por minha estabilidade profissional, foi êxito indescritível. Lembro da abertura do ano letivo no Auditório Sá Leitão, parecia um sonho: aprovada no concurso e fazendo o meu tão sonhado mestrado em literatura.

No entanto, para minha alegria, acabei ficando em Natal. Naquela semana, o Brasil ainda sofria os ecos maléficos do governo que havia saído por *impeachment* e muitos colegas, depois de uma reportagem de capa de uma famosa revista sobre as mudanças nas regras de aposentadoria, resolveram pedir tal afastamento. Com isso, precisou-se de mais professores de Língua Portuguesa em Natal. Assim, recebi essa notícia na véspera da mudança para Mossoró. Nunca me esqueci desse momento: vinha caminhando na alameda de árvores que ligam o auditório ao gabinete, quando encontrei nosso diretor, o prof. Mariz. Ele já se aproximou de mim sorrindo e dando a boa notícia: *a senhora vai ficar em Natal, houve uma onda de pedidos de aposentadoria*. Ficar perto da família e das aulas do mestrado foi o toque final para que o momento fosse perfeito!

Assim, licenciada em Letras, com mestrado (e posteriormente doutorado) em Estudos da Linguagem, na área de concentração da Literatura Comparada, com experiências acadêmicas e docentes diversas, serei sempre, mesmo aposentada, professora desta instituição centenária.

Após essa breve contextualização de minha formação prévia e de como chegamos a esta cidade acolhedora, que se configura como a parte inicial da introdução deste texto de *memórias*, dividirei este memorial em quatro partes. A segunda será dedicada à Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte – ETFRN e ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte – CEFET-RN; a terceira, ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN; e a quarta e última às considerações finais. É claro que essa divisão se dá em prol da clareza do texto, pois houve momentos de interseção entre as configurações pelas quais a instituição passou.

Convido, então, meus leitores a seguirem comigo esse itinerário de experiências como docente de uma instituição centenária respeitada para além de seus muros, de seu estado e de seu país.

Da ETFRN ao CEFET-RN (1995 a 1999)



Figura 1
muro da
ETFRN

Fonte: <https://centenario.ifrn.edu.br/cronologia>

Em 1995, ainda vivíamos em um mundo analógico, embora o Brasil e o mundo iniciassem grandes transformações com a chegada da Rede Mundial de Computadores, dando origem ao que conhecemos hoje por *internet*. Em Brasília, Fernando Henrique Cardoso assumira a presidência, depois de ter derrotado a esquerda encabeçada por Luís Inácio Lula da Silva.

Na educação, no ano seguinte, inicia-se também uma transformação com a nova LDB, agora a de número 9394, de 20 de dezembro de 1996, que veio regulamentar os princípios postos em nossa Constituição Cidadã de 1988. Assim, quando cheguei à ETFRN, no início do ano letivo de 1995, estávamos regidos pela LDB anterior¹¹, a de número 5692, de 12 de agosto de 1971, ainda sancionada no governo da ditadura militar. Essa lei dividia as disciplinas por áreas: a nossa era a de Comunicação e Expressão, que, na ETFRN, englobava as línguas (Português, Inglês e Francês), Artes e Educação Física. Tínhamos um espaço para os professores e para a sala da Coordenação. A minha primeira coordenadora foi a profa. Ana Araújo, mas logo foi substituída pelo professor João Batista de Moraes Neto.

11. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, complementada pela Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1971, que fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus.

Fui muito bem recebida pelos colegas, especialmente, pela professora Leonor Oliveira, que me mostrou as dependências da ETFRN, deu-me orientações e dicas importantes sobre o funcionamento do ensino na Escola (era assim chamada carinhosamente por nós). Assim, para não fugir à tradição que recebe os novatos, o meu horário era cheio de “buracos” e a disciplina era a que ninguém queria, isto é, Redação Oficial.

Foi um impacto positivo imenso, não só pela diminuição do volume de trabalho, mas pelo nível dos alunos, pelo acolhimento deles comigo e, principalmente, pela importância que davam ao professor e ao ensino. Foi uma grata surpresa para quem estava acostumada com as dificuldades da escola privada. A disciplina de Redação Oficial era ministrada para os alunos que estavam se formando e, assim, trabalhávamos com eles o Relatório de Estágio, que era requisito para a formatura no ensino técnico.

Tudo era grande na Escola. Os corredores, repletos de alunos com as conhecidas batas azuis para os laboratórios; a sala dos professores, depois chamada de sala dos servidores; as quadras imensas; a piscina; o auditório; enfim, tudo me encantava e me fazia valorizar o meu trabalho. É claro que havia dificuldades, a de locomoção era uma delas, pois, ao se pensar o horário, não se considerava as distâncias. Muitas vezes, tinha aula em salas próximas à avenida Bernardo Vieira, sendo a aula seguinte em sala no Laboratório de Estradas, que ficavam próximo à piscina, onde hoje funcionam outras atividades, como um núcleo das artes. Era uma correria só para não chegar atrasada, visto que o intervalo era de cinco minutos, que passavam céleres.

Com a implementação da nova LDB, a Coordenação de Comunicação e Expressão foi extinta. Considero que essa extinção fez com que nosso grupo de *Língua Portuguesa e Literatura Brasileira* perdesse espaço. Com a coordenação, foi extinta também a disciplina de Redação Oficial e eu passei a ministrar aulas nos primeiros, segundos e terceiros anos, os quais também tinham organização semestral.

Os professores de cada ano reuniam-se semanalmente para preparar material. Eu fiquei mais tempo no terceiro ano, porque eram muitas turmas e, conseqüentemente, eram em torno de quatro a cinco professores para cada ano. Por outro lado, na academia, os estudos da linguística textual se solidificavam e já apresentavam seus frutos no ensino. Com os novos programas, precisei estudar bastante os autores

que refletiam sobre gêneros discursivos e sobre tipologia textual. Saímos da tríade (narração, descrição e dissertação), que não abarcava a realidade da língua em seu uso, e passamos a estudar a tipologia (narrativa, descritiva, expositiva, argumentativa, injuntiva e dialogal). Era tudo muito novo para mim, mas os professores João Palhano e Maria do Carmo, que também eram da UFRN, foram fundamentais para a melhoria da minha formação em nossa área.

Ao lado disso, a preparação dos materiais para os alunos era momento de estudo e de pesquisa de nossa equipe de Língua Portuguesa. ao elaborarmos o texto teórico, escolhermos os textos a serem lidos e elaborarmos as atividades a serem realizadas pelos alunos solidificávamos a nossa formação. As nossas aulas de literatura, apesar de muito centradas ainda na historiografia da literatura brasileira, procuravam valorizar o texto no que dizia respeito à especificidade de sua linguagem literária. Textos de gêneros discursivos do cotidiano eram lidos também. Desde o cardápio de um restaurante à carta escrita por um leitor de determinada mídia. Tudo pensado para formação leitora de nosso aluno.

Em 1999, a partir de um processo de cefetização iniciado em 1994, a ETFRN se transforma em Centro Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – CEFET-RN, que será objeto da próxima seção deste memorial.

Procefet e o Diário de Natal (1999 - 2008)

Nos anos finais da década de 1990, o Brasil passou por momentos complicados de inflação e ainda se consolidava como uma democracia após as duas décadas de ditadura militar. Desde 1994, articulava-se um processo de *cefetização*, ou seja, de transformação de uma escola técnica para um centro federal em que se ofertaria também a educação superior tecnológica. Tendo esse cenário como pano de fundo, fui convidada a participar do Programa de Iniciação Tecnológica – PRO-CEFET, o qual objetivava a inserção do alunado da escola pública na instituição. Tal processo acontecia à distância, a partir de fascículos publicados no periódico Diário de Natal. Os fascículos, com base nos programas dos Parâmetros Curriculares Nacional – PCN para o Ensino Fundamental, com as disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática e Cidadania, eram elaborados por uma equipe de professores das respectivas áreas das disciplinas. Os professores Ana Lúcia Henrique, Leonor Oliveira, Manoel Lopes e Artemilson Lima foram alguns desses pioneiros que chegaram antes de mim.



Figura 2
muro do CEFET-RN

Fonte: <https://www.tribuna-denoticias.com.br/2008/12/cefet-rn>

Desse modo, essa equipe de professores preparava os fascículos que eram distribuídos nas edições de domingo do jornal citado; além dos fascículos, o grupo também elaborava as provas, as videoaulas e acompanhavam o programa, que, com advento da *internet*, passou a ter *e-mail* para dúvidas dos alunos. Participei de todas essas etapas, sendo que para as videoaulas só atuei na produção dos roteiros.



Figura 3
Últimos fascículos publicados no DN em 2008

Fonte: acervo da autora.

O ano de 2008 foi o último da parceria entre o CEFET/ETFRN e o Diário de Natal, que não pôde mais distribuir esse material em suas edições de domingo. Na ocasião, essa impossibilidade foi muito lamentada, inclusive, pela equipe de colaboradores do PROCEFET, da qual eu fazia parte. Na Figura 3, podem ser conferidos os cinco últimos fascículos distribuídos pelo citado jornal natalense.

Para suprir tal ausência, a equipe do programa produziu livros didáticos com o conteúdo a ser cobrado nas provas. Nesse momento, o grupo havia amadurecido teoricamente, indo buscar apoio teórico-metodológico para aquilo que, no início, era feito de forma intuitiva. Isto é, a teoria da interdisciplinaridade, da contextualização e da interligação de saberes proclamados por Edgar Morin foram providenciais para apoiar o trabalho que foi feito nos livros, que traziam um ensino de língua contextualizado, com a gramática em seu uso e considerando as diversas variedades e registros da língua portuguesa, que culmina com uma concepção interacionista da linguagem, pois só por meio dessa concepção é possível realizar a interligação entre os saberes de Língua Portuguesa, da Matemática e ter a Cidadania como tema transversal.

Por sua vez, o aluno do PROCEFET submetia-se a uma prova diferenciada, que garantia 50% das vagas e durou nos moldes iniciais até a vigência da Lei nº 12.711/2012, conhecida por Lei de Cotas. Antes da promulgação dessa lei, o aluno da escola pública fazia uma prova própria. Aos aprovados em tal exame, garantiam-se 50% das vagas da instituição. Além disso, quem não conseguia aprovação poderia se submeter às vagas gerais no Exame de Seleção, que sempre foi muito concorrido em todo Rio Grande do Norte.

A participação na elaboração desses materiais do PROCEFET revelou momentos de intensa capacitação para todos nós, tanto no que diz

respeito às teorias que fundamentam o ensino de língua com também o conhecimento dos documentos oficiais. Por outro lado, arrisco dizer que o programa foi uma das primeiras, senão a primeira, iniciativa na modalidade a distância no âmbito da instituição.

O processo de transformação da escola técnica em centro federal deu-se de forma paulatina. Para isso, foi necessária a construção de um projeto político-pedagógico que trouxesse o arcabouço teórico e metodológico para o desenvolvimento do ensino técnico e tecnológico, aliado à formação geral, a partir de uma perspectiva omnilateral. A construção desse documento foi coletiva e nele foram plantadas as sementes do Projeto Político Pedagógico que temos hoje na instituição.

De volta à narrativa de minha experiência, em 1999, meu esposo foi transferido para Brasília. Como não consegui transferência, fui obrigada a solicitar uma licença sem vencimento a fim de que pudesse acompanhar minha família, visto que meus filhos ainda eram pequenos. Essa licença durou apenas seis meses, pois precisei retornar para cuidar de meu pai, que ficara morando em Natal. Ele foi acometido de um câncer fulminante e veio a falecer em poucos meses. Com o meu retorno a Natal, mesmo sem a família, voltei para a sala de aula e para as atividades do PROCEFET. No entanto, em alguns meses, consegui uma cooperação técnica com o Ministério da Educação, experiência que será tema da próxima seção.

MEC: PCNEM, Timor-Leste e Censo Escolar (1999 - 2007)

Quando consegui a cooperação técnica com o MEC, em 1999, a ETFRN passava ainda pela transição para chegar a CEFET-RN e havia assumido a presidência o governo de Fernando Henrique Cardoso. Foram anos difíceis para a educação profissional, visto que houve contingenciamento de recursos para as unidades federais, ficando, assim, bastante complicado para a gestão da instituição. Foi época de penúria, contas atrasadas e até giz (ainda tínhamos as lousas verdes) ficou escasso no cotidiano docente.

Cheguei ao MEC para atuar na Coordenação-Geral do Ensino Médio, devido à minha experiência nesta etapa do ensino. Essa coordenação fazia parte da estrutura da Secretaria de Educação Média e Tecnológica

– SEMTEC. Desse modo, as políticas para o ensino médio eram pensadas nessa secretaria, pois o Ensino Fundamental tinha a sua secretaria específica. Posteriormente, foi criada, no Ministério, com a advento do FUNDEB, a Secretaria de Educação Básica, abarcando a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. À SEMTEC, ficaram as atribuições referentes à educação técnica e tecnológica, passando a se chamar SETEC.

Fala, professor!

Conversando sobre Língua Portuguesa

“Compreender e usar a Língua Portuguesa como língua materna, geradora de significação e integradora da organização do mundo e da própria identidade” (PCNEM, p.145) é uma competência da disciplina de Língua Portuguesa que nos

leva a refletir sobre nossa postura na prática diária com alunos de ensino médio.

Apenas falar e escrever não basta. O domínio do uso da nossa língua nos permite participar da vida da escola, do bairro, da cidade, do país e até mesmo da vida familiar numa relação mais cidadã. Saber utilizar as palavras certas, nos momentos certos, trocar idéias, ter acesso às informações, discordar, argumentar são exercícios de cidadania.

Para que nossos alunos construam essa competência, o que podemos fazer? Não existe uma fórmula pronta. Mas al-

guns bons passos podemos dar para seguir neste caminho : evitar os exercícios mecânicos, desarticulados do texto e do contexto, valorizar menos a gramática normativa, utilizando-a como apoio e não como um fim em si mesma; usar diferen-

“
Saber usar as
palavras
certas, nos
momentos
certos é um
exercício de
cidadania
”

tes gêneros textuais, principalmente aqueles mais próximos dos nossos alunos e que são utilizados em situações da vida cotidiana; estimular a descoberta do texto literário enquanto arte, permitindo que o jovem descubra o prazer na

fruição da leitura; praticar a oralidade em situações comunicativas diversas; estimular a produção textual em que o aluno possa se colocar como um ser criador e não como um reprodutor de opiniões... É claro que as estratégias que precisamos utilizar não cairão do céu. Teremos que planejar nossas atividades junto com nossos colegas das outras áreas, construindo o nosso currículo de acordo com as necessidades de nosso aluno, de nossa escola, da comunidade em que ela está inserida, de nosso país e antenados com o mundo.

Marília Gonçalves B. da Silveira
Prof. de Língua Portuguesa
Cefet RN



AGOSTO-SETEMBRO/2000

7

Figura 4
coluna “Fala, professor!”

Fonte: Boletim do Novo Ensino Médio
– setembro/2000.

Assim, a minha chegada ao MEC coincidiu com a implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio - PCNEM, ação em que logo fui inserida, participando da capacitação de professores por todo o Brasil. Esse tempo foi um imenso aprendizado sobre o funcionamento do ensino no país. Até então, o meu ponto de vista era microscópico, ou seja, a minha visão era a da sala de aula. Lá, na SETEC, passei a observar o ensino no Brasil a partir de um ponto de vista mais alargado, podendo perceber as dificuldades que a gestão de políticas para um país continental e diverso não é tarefa das mais fáceis, mas, por outro lado, foi fascinante ter esse parâmetro para pensar, inclusive, a minha prática docente.

Os PCNEM não eram perfeitos, mas trouxeram avanços importantes para as salas de aula do Ensino Médio no que diz respeito às perspectivas interacionais do ensino de língua portuguesa. Participei ativamente de inúmeras capacitações juntamente com os professores que assinam os PCNEM. Além disso, atuei como representante do Brasil em reuniões do Mercosul sobre a educação média. Desse modo, foram quatro anos atuando na implementação das políticas para o “Novo Ensino Médio”, como pode ser conferido na Figura 4, quando fui convidada para escrever a coluna “Fala, professor”, que era publicada mensalmente no Boletim do Novo Ensino Médio. Tudo isso foi fundamental para a minha formação e para a minha prática docente ao voltar para minha instituição de origem.

No final de 2002, já nos últimos meses do governo de Fernando Henrique Cardoso, foi publicado um edital do MEC objetivando a seleção de professores para atuar na recente república de Timor-Leste. Tal edital configurava-se com a parceria da Agência Brasileira de Cooperação Técnica – ABC, com recursos do Ministério das Relações Exteriores e da Comunidade de Países de Língua Portuguesa – CPLP. Eu me submeti a esse edital e fui selecionada para integrar a primeira missão de especialistas brasileiros a Timor Leste, que cumpriria a execução dos seguintes produtos junto ao Ministério da Educação, Juventude e Desportos de Timor Leste - MECJD: assistência na pormenorização e implantação do Plano de Desenvolvimento do Currículo Nacional; assessoria na redação da futura Lei Básica da Educação Nacional; e assistência na melhoria das políticas de formação de professores de Língua Portuguesa. Tais produtos partiram de pedido do próprio MECJD e, do ponto de vista da missão, seguiram

duas perspectivas: reflexão com os pares timorenses, isto é, professores que atuavam no Instituto de Formação Contínua e representantes dos diversos subdistritos do país; e a formulação de propostas que respeitassem a cultura e as especificidades locais. Não se poderia pensar essa assistência sem considerar esses dois eixos orientadores.

Torna-se imprescindível situar um pouco esse país, que fica do outro lado de nossa esfera planetária. Timor-Leste ou Timor Lorosae, em sua língua franca, situa-se no Sudeste asiático, na metade de ilha, cuja outra metade pertence à Indonésia, sendo, portanto, um país enclausurado entre a Austrália e a Indonésia. Da perspectiva da geopolítica, apresenta características interessantes aos países vizinhos, pois além de possuir uma reserva de gás imensa em suas águas marítimas, tais águas apresentam profundidade abissal capaz de permitir a passagem de submarinos nucleares de um continente a outro de forma imperceptível. Só esses dois motivos já são suficientes para manter o interesse internacional naquele pequeno país.

Timor-Leste detém uma história de domínio e invasão cruel. Na qualidade de ex-colônia de Portugal, a língua portuguesa foi a oficial durante o período colonial. Com a independência do jugo português, o país foi invadido pela Indonésia, que proibiu os timorenses de falarem o idioma lusitano. Os livros em português, as gramáticas da língua e outros artefatos culturais que fossem veiculados em língua portuguesa foram todos proibidos e destruídos. Como a invasão indonésia durou 24 anos, somente os mais velhos falavam português quando lá chegamos. No entanto, o invasor desconhecia a língua portuguesa, que passou a ser o idioma da resistência instalado nas montanhas da ilha durante toda a ocupação indonésia. Essa resistência forjou o líder Xanana Gusmão, que, mais tarde, tornara-se Presidente da República Democrática de Timor-Leste. Com a restauração da independência, em 2002, e com a promulgação da Constituição, a língua portuguesa ficou sendo oficial juntamente com o tétum, língua franca falada em Timor-Leste, principalmente em Dili, sua capital. Constitucionalmente, também, o português foi determinado como língua de ensino e o inglês e a língua indonésia como idiomas de trabalho.

Como pode ser comprovado por esse breve panorama, a questão linguística timorense é riquíssima, pois um timorense, normalmente, fala mais de três idiomas, ou seja, a sua língua materna (são mais de 16

línguas nativas na ilha e inúmeros dialetos), o português e/ou o inglês, a língua indonésia e o tétum. Como se pode perceber, a complexidade do cenário linguístico em Timor-Leste pode ser objeto de muitos estudos para que se possa responder a tantas dúvidas, por exemplo, como tantas línguas e dialetos sobreviveram às ocupações sofridas pelo país ao longo de sua existência?



Figura 5
a missão brasileira
com o Embaixador
e Embaixatriz do
Brasil em Timor-
Leste

Fonte: acervo da autora.

Durante o período colonial, a língua portuguesa era usada tanto na administração pública quanto no ensino nas escolas portuguesas, coexistindo, no cotidiano timorense, com as línguas nativas da ilha. Como já foi dito, com a invasão das forças indonésias em 1975, o uso do português foi proibido. Assim, durante todos os 24 anos de ocupação, uma geração cresceu sem falar o idioma de Camões, mas dominando o *bahasa* indonésio. Com a restauração da independência em 2002, a língua portuguesa ganhou destaque, embora não fosse falada pela maioria da população, principalmente pelos jovens. Desse modo, essa configuração linguística do país não pôde deixar de ser considerada durante o nosso trabalho.

Com relação ao domínio da língua portuguesa, em nosso ambiente de trabalho com os timorenses, podemos perceber claramente três grupos distintos: aqueles que ficaram no país durante a ocupação, que falavam o idioma do invasor e, destes, só os mais velhos falavam português; aqueles que retornaram das diásporas em Portugal e África,

que dominam a língua portuguesa, mas não falam o idioma indonésio; e os retornados da Austrália, os quais, conseqüentemente, dominavam o inglês e também o português. Nesses três grupos, todos falam o tétum, que parecia ser mesmo a língua franca, a qual absorveu tanto vocabulário do português, quanto do inglês e da língua indonésia.

Tal panorama linguístico refletia-se também nas escolas, de forma que o ensino acontecia por meio da língua indonésia, embora a Constituição da República Democrática do Timor Leste determinasse que o português fosse a língua de ensino. A língua portuguesa começava a ser implantada gradativamente.

As dificuldades imensas enfrentadas pela educação de Timor-Leste naquela ocasião da missão levaram-nos a atuar na realização de outras ações, além dos três produtos do nosso contrato, não menos importantes, pois surgiram de demandas sentidas pelos próprios professores com quem nos relacionávamos no trabalho. Era incontestável o fato de que aquela nação precisava de capacitação em todas as áreas do conhecimento a fim de que seus cidadãos pudessem participar ativamente da reconstrução de seu próprio país.

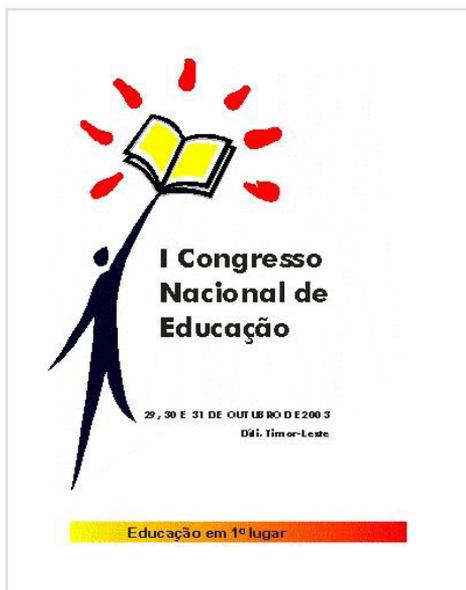


Figura 6
cartaz do I Congresso Nacional de Educação de Timor-Leste

Fonte: acervo da autora.

Os problemas eram diversos, mas, de certa forma, conhecidos nossos aqui no Brasil, ou seja, a falta de professores e de formação inicial e continuada para aqueles que atuavam no sistema de ensino - para além disso, a maioria dos professores não falava a língua de ensino determinada pela Constituição, isto é, a língua portuguesa (dos seis mil professores existentes, apenas 40 deles tinha o domínio do português) -; ausência de material didático e pedagógico de apoio à prática docente; estrutura física precária; ausência de organização institucional sistêmica do ensino, entre tantos outros.

Assim, na tentativa de contribuir minimamente com a educação timorense, voluntariamente, desenvolvemos as seguintes ações: curso de Língua Portuguesa no Ensino Primário, curso de metodologia para o ensino de Língua Portuguesa, curso de capacitação básica em gestão escolar e, por fim, o planejamento e organização do I Congresso Nacional de Educação em Timor Leste e elaboração dos anais do referido evento. Para essa última ação, a missão foi prorrogada por mais dois meses, com os respectivos custos sob a responsabilidade do MECJD.

Enfim, deixamos o território timorense depois de oito meses de lá termos chegado. Saímos com saudade e com a certeza de que contribuímos de alguma forma para os alicerces de uma proposta de educação básica. No entanto, levamos também a certeza de que muito mais poderíamos ter feito e com muitas dúvidas na bagagem.

Como professora e pesquisadora na área da língua, eram muitas as minhas indagações. A criança timorense desenvolve cedo a competência de falar mais de um idioma, pois, em casa, fala a sua própria língua materna com seus familiares; na escola, assiste às aulas mediadas pela língua indonésia; em muitos eventos sociais, precisa falar o tétum. Desse modo, diante desse cenário multilinguístico, seria possível uma unidade linguística nacional naquele país? O que seria necessário, em termos de tempo/custos, para preparar os seis mil professores a ministrarem suas aulas em português em cenário tão complexo? A educação pré-escolar poderia ser mediada por uma língua materna? A solução poderia ser um currículo bilíngue? Como desenvolver um currículo nesse contexto com aqueles que o colocarão em prática?

Enfim, participar de uma missão de cooperação internacional me proporcionou aprendizados diversos, tanto no que diz respeito à construção pessoal quanto profissional. Foi necessário muito estudo, foram

oito meses de trabalho intenso em condições precárias em um país que estava ainda se estruturando, mas tivemos momentos de muita emoção pela troca de conhecimentos e experiências com os professores locais, a quem serei para sempre grata.

Ao voltarmos para Brasília, agora com a administração do primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva, a minha cooperação técnica foi para Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, notadamente, na Coordenação-Geral de Controle de Qualidade do Censo Escolar, que pertencia à Diretoria de Estatísticas da Educação Básica.

Analisar os dados do Censo Escolar com vistas à qualidade da informação foi um trabalho totalmente novo para mim. Essa coordenação recebia as denúncias de superfaturamento dos dados dos alunos e ia *in loco* fazer a verificação, pois não se tinha a prerrogativa de uma auditoria. Assim, de posse das informações coletadas e analisadas, preparava-se relatório e se encaminhava para o Ministério Público dar continuidade à investigação a partir do devido processo legal.

Vale esclarecer que as escolas declaravam a quantidade de alunos que possuíam a partir das informações de matrícula e dos diários de classe, ou seja, o foco não era o aluno, mas a escola. Isso abria possibilidades para muitas fraudes, visto que todos os recursos que os municípios recebiam referentes às políticas do Ministério da Educação (transporte escolar, merenda escolar, Programa Nacional do Livro Didático, biblioteca na escola e tantos outros) tinham como base de cálculo o número de anos declarados ao Censo Escolar.

Desse modo, fizemos inúmeras verificações dessa natureza em diversos municípios e, geralmente, as denúncias eram procedentes. Havia escolas declaradas que não existiam fisicamente. Outras existiam, mas estavam fechadas. Uma dessas, inclusive, guardava pilhas e pilhas de livros didáticos, pois o município, com base no declarado, recebia mais do que devia distribuir. Um desperdício incalculável de recursos públicos. Houve também um município em que precisávamos cotejar o número de alunos declarados com os diários de classe, mas a sala que guardava os tais diários sofrera um incêndio e todos esses documentos viraram cinzas.

Tendo em vista todos esses desvios de recursos públicos, a Diretoria de Estatísticas da Educação Básica iniciou o planejamento da política

de coleta de dados do Censo Escolar com base no aluno. Assim, cada estudante possuiria um cadastro pessoal com informações básicas que permitiriam o acompanhamento de sua trajetória escolar. Essa política pretendia, além de dificultar o preenchimento de informações equivocadas, dificultar também o desperdício de recursos públicos.

Dessa maneira, passei a integrar a equipe que pensava tal projeto piloto de implantação dessa nova metodologia do Censo Escolar. Essa ação recebeu o nome de projeto Presença, pois previa também que o estudante recebesse um cartão de identificação com possibilidade de biometria ao entrar todos os dias na escola. Essa iniciativa recebeu apoio do Serpro no que diz respeito aos cartões e às máquinas de identificação da biometria. Assim, foram realizados pilotos em Recife/PE e Rio Verde/GO e estavam planejados um para cada região.

A experiência no INEP, portanto, encerrou a minha cooperação técnica, pois, em 2007, retornei à instituição, que ainda era CEFET, mas já iniciava a sua transição para instituto federal.



Figura 7
capacitação do projeto Presença
em Rio Verde/GO

Fonte: acervo da autora.

Retorno a Natal – entre o CEFET e o IFRN (2007 a 2022)

De volta à sala de aula presencial

Com o fim da cooperação técnica com o MEC, retornei às minhas atividades de ensino, notadamente nos terceiros anos do ensino médio integrado ao técnico nos diversos cursos oferecidos pelo ainda CEFET-RN. Foi muito prazeroso retornar à sala de aula depois das ricas experiências no MEC e em Timor-Leste.

Enquanto isso, a instituição se organizava para se transformar em Instituto Federal, com revisão dos currículos e do projeto político pedagógico. Particpei de várias reuniões do NCE da nossa área, nas quais se discutiam os programas a serem ministrados nas ofertas que tínhamos, ou seja, ensino médio integrado, subsequente e o tecnólogo.

Com certeza, a instituição para a qual retornei não era mais a mesma, pois havia crescido horizontal e verticalmente. Não éramos mais só Natal e Mossoró, chegaram também as unidades de Currais Novos, Ipangaçu e Zona Norte. Logo depois, em 2007 mesmo, chegaram Apodi, Pau dos Ferros, Macau, João Câmara, Santa Cruz e Caicó, que já nasceram com a prerrogativa de *campus*. Em consequência dessa expansão, o número de professores aumentara bastante. Se por um lado perdemos aquela unidade por sermos em número menor, por outro, ganhamos em diversidade e em mais cabeças para pensar o ensino de língua portuguesa na instituição que crescia.

Assim, foram elaborados coletivamente três programas para atender aos três grupos de cursos que eram ofertados (integrado, subsequente e tecnológico). Nesse bojo de transformações, deu-se a minha volta ao grupo de professores de língua portuguesa do *Campus* Natal Central. Fui designada para atuar nos terceiros anos do integrado. A prática continuava a mesma, ainda não tínhamos o novo programa, mas preparávamos o nosso material para as aulas de língua e de literatura, buscando priorizar o ensino a partir dos pressupostos teóricos na linguística textual, a partir de abordagens de leitura e escrita com foco nos gêneros discursivos, na tipologia e na variação linguística, buscando abandonar o conceito de erro e observando a língua em seu uso, sem privar o nosso aluno de

ser competente no registro padrão da língua portuguesa que deve ser usado em situações de comunicação formais.

Por outro lado, o ensino de literatura estava baseado na historiografia da literatura brasileira, nos estilos de época e nas características de cada estilo. Sonhávamos com um ensino em que a leitura do texto literário fosse o foco, ou seja, a formação do leitor das especificidades desses textos por meio de sua linguagem plurissignificativa, evitando-se a leitura de fragmentos de textos literários e uso deles como pretexto para ensinar gramática ou outros conteúdos. Os novos conceitos de letramento estavam também migrando para a literatura com o letramento literário.

Continuei ministrando aulas no terceiro ano do integrado até 2017, além de atuar no primeiro ano, no subsequente e no tecnológico a fim de acomodar a minha carga horária e a de outros colegas.

Além de o retorno à sala de aula ser imensamente prazeroso, foi também uma grande troca de saberes e de experiências, visto que o mundo não era mais o mesmo. A tecnologia estava mediando tudo e não seria diferente na sala de aula, quando passamos a usar recursos tecnológicos nas aulas de literatura, incentivando a produção de *slides*, vídeos com esquetes feitas por alunos, envolvendo-os mais a partir de um mundo tecnológico que eles dominavam mais do que seus professores (pelo menos no meu caso).

Ao lado da experiência no ensino, atuei também em quatro processos seletivos para professores efetivos do IFRN na área de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira. Integrei esses grupos com as seguintes atividades: elaboração de itens para as provas objetivas e discursivas, análise de currículos e do plano de aula; participação nas bancas da prova prática e na resposta aos recursos em todas essas etapas.

Ademais, participei também de praticamente todos os processos seletivos para discentes (integrado, subsequente e proeja) na elaboração das provas objetivas, da questão discursiva (produção textual), capacitação dos professores que avaliariam a produção textual e coordenação do processo de correção e, por fim, nas respostas aos recursos em todas essas etapas.

Não é demais de dizer que a participação nesses eventos de seleção, além da extrema responsabilidade que nos impõe, acaba sendo também momento de formação continuada, com os quais muito aprendi.

De volta ao Procefet – experiências na Educação a Distância – EaD

Paralelamente ao ensino, ingressei no doutorado em Estudos da Linguagem – Literatura Comparada no Programa de Pós-Graduação, PpGel, da UFRN. Além disso, retomei minhas atividades no Procefet e na elaboração de itens para a prova objetiva. Ressalto que o programa deu início as atividades na modalidade EaD em nossa instituição. Com a transformação em IFRN, o Procefet passou a se chamar Proitec e sua coordenação ficava sob a responsabilidade da Coordenação de Educação a distância – Coted, ligada à Diretoria de Ensino do Natal Central. Com o crescimento das atividades a distância, a coordenação foi transformada em Departamento – Deted e, posteriormente, em 2010, no *Campus* de Educação a Distância.

Com o advento do *campus* e com minhas atividades aumentando no que diz respeito à modalidade a distância, fiz a opção de ficar lotada no *campus* recém-criado, que crescia em ações devido as parcerias com a Universidade Aberta do Brasil – UAB e a E-TEC. A primeira com oferta de graduações e pós-graduações e a segunda, com cursos técnicos de nível médio subsequente, mas todos em oferta na modalidade EaD.

Em 2010, assumi a coordenação do Curso de Especialização em Língua Portuguesa e Matemática em uma Perspectiva Transdisciplinar. Foi um grande desafio, principalmente, no que diz respeito a um novo campo de estudos como o da transdisciplinaridade e da interligação de saberes veiculados no curso. Fiquei nessa coordenação até julho de 2013, quando me afastei por aproximadamente um ano e meio, para a escritura da tese do doutorado. Com o meu retorno em 2015, assumi a coordenação do Curso de Especialização em Literatura e Ensino, no qual fiquei coordenadora até a aposentadoria, em fevereiro de 2022.

A vivência nessas duas coordenações me introduziu no universo da Educação a Distância. A partir de então, a EaD ocupou lugar fundamental em minha formação, permitindo a abertura de novas perspectivas com o gratificante trabalho dedicado à formação de professores.

A coordenação da especialização foi só uma das atividades desenvolvidas no *campus*, pois atuei também no Curso de Aperfeiçoamento para Professores dos Municípios - CAPROM. Esse curso foi

planejado pela equipe que atuava no Proitec, o qual tinha como objetivo capacitar professores das diversas redes municipais a preparar seus próprios alunos para o exame do Proitec e, conseqüentemente, também para o Exame de Seleção. O curso teve várias ofertas, mas depois chegou-se à conclusão que o Curso de Especialização em Língua Portuguesa e Matemática tinha o mesmo objetivo e oferecia uma titulação maior. Desse modo, o CAPROM teve as ofertas suspensas.

Realizamos, ainda, no âmbito da EaD, um projeto piloto com alunos do município de Portalegre, visando a inserção dos alunos da escola pública em nossa instituição. Para tanto, foi realizado um seminário com tópicos importantes das disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática e também de aspectos referentes ao tema transversal da Cidadania. Houve também um momento de esclarecimentos das partes do edital e do processo de inscrição. O resultado dessa experiência foi muito animador, pois, naquele ano, 15 alunos que participaram das atividades conseguiram êxito no Exame de Seleção para os *campi* de Pau dos Ferros e Apodi.

Foram inúmeras as experiências no *Campus* EAD, hoje Zona Leste, as quais comprovaram a importância da EaD no cenário educacional brasileiro, pois ela permite alcançar uma parcela maior da população que vive fora dos grandes centros e mesmo daqueles que vivem neles, mas sem tempo para uma educação formal mais rígida. Na EaD, os espaços e os tempos são mais flexíveis, porém não mais fáceis. A EaD acontece de forma mais personalizada, permitindo que o próprio aluno estabeleça seu itinerário de estudo no que diz respeito ao tempo e ao espaço que esse estudo irá acontecer. No entanto, não estávamos e não estamos ainda preparados para a modalidade que, impulsionada pelos avanços tecnológicos, exige de nós constante repensar das práticas. Novas metodologias ativas surgem, mediadas pela tecnologia, como a “sala de aula invertida”, a “gamificação” e o “*design thinking*”, as quais estimulam a criatividade e colocam o estudante como protagonista de sua própria aprendizagem.

Para mim, essa experiência concretizou-se melhor com a experiência docente no curso de Especialização em Literatura e Ensino, que objetiva a formação de professores da educação básica no que diz respeito à leitura do texto literário, formando um leitor capaz de compreender e interpretar a linguagem literária para entender melhor o mundo e a si mesmo e poder interagir a partir de uma postura ética e cidadã.

Além de todas essas atividades, participei de comissões e colegiados, ações que visavam o desenvolvimento institucional, como a reestruturação do Proitec, por exemplo. No entanto, considero a minha participação no Conselho Superior do IFRN – Consup, no biênio 2019-2020, talvez, a mais importante de todas. Participar de um conselho desta magnitude em momento crucial para a instituição, em que ela foi vilipendiada com a nomeação de um reitor pró-tempore à revelia do processo eletivo realizado, significou muito para mim, principalmente porque assumi várias vezes a presidência do conselho por ser a conselheira mais antiga.

Foram momentos de grande embate do conselho, nas pessoas de seus conselheiros, com a arrogância e incompetência da gestão pró-tempore, a qual foi destituída por ordem judicial, de forma que pudemos assistir à posse do reitor democraticamente eleito para o mais importante cargo da instituição.

Considerações finais

Não tenho a menor dúvida de que não consegui colocar nessas linhas toda a experiência de uma vida na ETFRN, no CEFET-RN e no IFRN, pois foram 26 anos, 5 meses e 20 dias de dedicação a essa casa de educação a quem devo a minha vida acadêmica, profissional e, porque não dizer, muito da vida pessoal também.

Nessa instituição, aprendi a aprender a aprender com meus colegas da língua, com as pedagogas, com os colegas de outras áreas e com as diversas gestões. Nem sempre concordei com tudo, houve momentos de embate sobre as questões de ensino, de pesquisa e de extensão, mas tudo sempre em um ambiente democrático em que as vozes eram, no mínimo, ouvidas.

Ao IFRN, devo o êxito da minha formação profissional e acadêmica com mestrado e doutorado em Literatura Comparada. Dou graças também à minha luta pessoal por uma formação continuada sempre, que me permitiu chegar ao topo da nossa carreira docente e me aposentar como professora titular. Ao IFRN, devo o meu apreço à literatura do Rio Grande do Norte e ao ensino de literatura na Educação Básica; devo

ainda minha formação, na prática, na modalidade EaD, aprendendo com os colegas professores dos mais diferentes e longínquos municípios, onde o conhecimento não chegava antes dessa modalidade que movimentou o tempo e o espaço da sala de aula. Aprendi que a EaD não é só uma modalidade de estudo, mas pode ser uma saída para a formação de professores em serviço e, mais ainda, instrumento de inclusão digital para quem nunca teve um computador. Havia professores cursistas que não sabiam operar o *mouse* e que, ao final do curso, estavam adquirindo um computador para melhorar a sua prática docente.

Rememorar essas experiências enche meu coração de esperança ao ter a certeza de que o IFRN será sempre uma luz no cenário da educação do Rio Grande Norte, formando jovens a serem, além de técnicos, professores, tecnólogos, também, cidadãos.

Ao rememorar, o sentimento de gratidão vem à tona, ao ver que houve uma parceria produtiva entre a professora que fui e a instituição a que pertencço. Talvez devesse ter feito mais. No entanto, saí da ativa com a sensação de ter cumprido uma etapa importante da minha vida e que o IFRN será sempre essa instituição forte, uma casa de educação no sentido freireano, em que o ensino participativo e democrático assumirá sempre os vãos e desvãos de propostas e posturas que vão de encontro a ele.

Termino esta narrativa com a epígrafe de Paulo Freire, presente em nosso Projeto Político Pedagógico:

Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão [...] é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente. (FREIRE, 2009, p. 12).

Referências

BERGSON, Henri. **Matéria e memória** – ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade** – lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm#:~:text=26,da%20economia%20e%20da%20clientela.>. Acesso em: 13 de abr. de 2022.

FREIRE, Paulo. Ouvindo Paulo Freire. **Reconstruir**: a revista do educador. Publicação eletrônica do Instituto Brasileiro de Educação Moral (IBEM). Rio de Janeiro, Ano 8, n. 70, 15 mar. 2009. Disponível em: <http://www.educacaomoral.org.br/reconstruir/entrevista_edicao_70_paulo_freire.htm>. Acesso em 20 dez. 2011.

EXPERIÊNCIAS NA
ETFRN/UNED MOSSORÓ:
MEIAS-VERDADES EM
UMA BARAFUNDA DA
MEMÓRIA

Francisco das Chagas Silva Souza

Neste relato, [...], é meu desejo ser o mais fiel possível à verdade, mas a memória é sempre caprichosa, fruto do que se viveu, desejou e fantasiou. A linha que separa a realidade da imaginação é muito tênue e, na minha idade, já não interessa muito, porque tudo é subjetivo. A memória também está tingida pela vaidade. Neste preciso momento em que a Morte está sentada numa cadeira junto à minha mesa, à espera, ainda sou avassalada pela vaidade, não só para pintar as faces de carmim quando recebo visitas, mas também para escrever a minha história. Haverá alguma coisa mais pretenciosa do que uma autobiografia? (ALLENDE, 2018, não paginado).

A epígrafe que escolhi para iniciar esse recorte de minha vida acadêmica é um trecho da obra “Inês de minha alma”, publicada em 2006 pela escritora chilena Isabel Allende. O livro trata da biografia de Inés Suárez, uma espanhola que viveu entre 1507 a 1580 e, no Novo Mundo, em 1537, participou, com Pedro de Valdivia, da conquista do Chile e da fundação de Santiago, atual capital desse país.

Na obra, Isabel Allende escreve a biografia de uma mulher que teve grande influência política e poder econômico, mas a escritora deixa claro os limites entre verdade e ficção: “narro os acontecimentos tal como foram documentados¹². Limitei-me a interligá-los através de um exercício mínimo de imaginação. Esta é uma obra de intuição, mas qualquer semelhança com acontecimentos e personagens da conquista do Chile não é casual”. Assim, a autora relata as façanhas de Inés de Suárez, a partir dos cronistas da sua época, mas praticamente esquecidas pelos historiadores durante mais de quatro séculos, segundo Allende. Um “esquecimento”, aliás, comum, visto que a história sempre foi masculina e essa personagem, apesar de sua importância política, foi tratada “apenas” como a amante de Pedro de Valdivia, conquistador espanhol e governador do Reino do Chile, de 1540 a 1553.

Inés Suaréz, na pena de Isabel Allende, salienta o seu compromisso com a verdade, mas menciona a “intromissão” da subjetividade que se

12. Crônicas de dona Inés Suárez, entregues à Igreja dos Dominicanos para sua conservação e resguardo pela sua filha, dona Isabel de Quiroga, em dezembro de 1580. Santiago da Nova Extremadura. Reino do Chile.

faz presente em uma escrita de si. A personagem pergunta: como esta escrita pode ser feita sem o auxílio da imaginação e da vaidade? Por isso, pergunta a narradora: “Haverá alguma coisa mais pretensiosa do que uma autobiografia?”

Como achar a marca divisória entre a realidade e a ficção, se a memória é seletiva? É certo que é impossível nos lembrar de tudo, mas é também certo que alguns fatos merecem ser esquecidas ou ressaltados muitas vezes com toque especial do narrador. Consoante Benjamin (1994, p. 205), a narrativa não transmite o “puro em si” tal como um relatório. “Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso”.

Ferrarotti (2004, p. 41) ressalta que toda biografia é subjetiva a vários níveis, pois a realidade social é lida a partir do ponto de vista de um indivíduo historicamente determinado. Para o autor, “toda vida humana se revela, até nos seus aspectos menos generalizáveis, como a síntese vertical de uma história social. Todo o comportamento ou ato individual nos parece, até nas formas mais únicas, a síntese horizontal de uma estrutura social”.

São muitos os pesquisadores nacionais e internacionais que ressaltam as limitações presentes em uma narrativa biográfica ou autobiográfica. Com base no exposto, penso que o leitor deve ter entendido que as minhas memórias, presentes nesse texto, por mais cuidado que eu tenha na escrita para ser fiel aos fatos, têm a minha marca, o meu lugar de fala, a minha verdade dividida, como escreveu Carlos Drummond de Andrade (2012, p. 52) e que eu reproduzo a seguir.

A verdade dividida

A porta da verdade estava aberta,
mas só deixava passar
meia pessoa de cada vez.

Assim não era possível atingir toda a verdade,
porque a meia pessoa que entrava

só trazia o perfil de meia verdade.
E sua segunda metade
voltava igualmente com meio perfil.
E os dois meios perfis não coincidiam.
Arreventaram a porta. Derrubaram a porta.
Chegaram a um lugar luminoso
onde a verdade esplendia os seus fogos.
Era dividida em duas metades,
diferentes uma da outra.

Chegou-se a discutir qual a metade mais bela.
Nenhuma das duas era perfeitamente bela.
E era preciso optar. Cada um optou conforme
seu capricho, sua ilusão, sua miopia.

Parafraseando o poeta de Itabira-MG, escreverei a seguir as minhas meias-verdades, aquelas que selecionei ou que lembrei. Estas se somarão a outras verdades divididas e assim criaremos uma verdade possível, uma realidade imperfeita pois não é possível me lembrar de tudo e, mesmo que me lembrasse, nem tudo eu deveria dizer a respeito de como foram os primeiros anos de funcionamento da UNED Mossoró.

Antes disso, acho prudente citar, mais uma vez, a preocupação de Inés Suarez, em destacar o cuidado com a sequência dos fatos: “uma crônica deve seguir a ordem natural dos acontecimentos, mesmo que a memória seja uma perfeita barafunda sem lógica” (ALLENDE, 2018). Ciente da importância de uma sequência e de uma coesão em qualquer texto acadêmico (sim, este também é um texto acadêmico), tentarei seguir essa coerência, apesar da barafunda que é a nossa memória.



Nasci em Pombal, no semiárido paraibano, uma cidade centenária que se autodenomina “Terra de Maringá” devido à canção Maringá, composta por Joubert de Carvalho, em homenagem a Maria do Ingá, uma

cabocla que supostamente viveu em terras pombalenses. É uma canção que fala das agruras da seca, de retirantes e desencontros amorosos.

Em 1987, concluí a Licenciatura em História na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), *campus* Cajazeiras, hoje pertencente à Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Com diploma em mãos, era hora de buscar emprego. Fiz o primeiro concurso que surgiu à época, no estado do Rio Grande do Norte. Nunca tinha posto os pés nas terras potiguares, mas não podia perder aquela oportunidade. Fui aprovado e, como não havia as facilidades de comunicação de hoje, sempre ouvia os jornais da Rádio Rural para saber quando seria chamado para tomar posse; tanto ouvi que sei ainda de cor o jingle do então governador Geraldo Melo: “Sopra um vento forte no Rio Grande do Norte...”.

Finalmente, fui contratado, em março de 1989, para lecionar em Jardim de Piranhas, uma pequena cidade do Seridó, a 106 km de Pombal. Era grande a felicidade, pois estava empregado e com salário fixo. Iniciei a minha vida de viajante, que se prolongou por vários anos, indo e voltando semanalmente.

Em Jardim de Piranhas, fui bem acolhido na Escola Municipal Monsenhor Walfredo Gurgel (conveniada com o Estado) onde aprendi a dar os primeiros passos em sala de aula. Ainda me lembro da minha primeira aula numa 5ª série à noite, uma turma lotada, com cerca de 40 alunos, mas que logo foi diminuindo. A evasão elevada tinha uma explicação: Jardim de Piranhas era (ainda é) uma cidade cuja economia tem por base a indústria têxtil, mais precisamente a fabricação de redes, mantas e outros produtos semelhantes. À época, em quase todas as ruas, encontrávamos casas ou pequenas oficinas com os “teares de pau”, mais simples, manuais; mas também havia os empresários ricos que possuíam os teares elétricos que chegavam a funcionar 24 horas por dia. Os alunos do “Ginásio”, como era conhecida a escola onde lecionava, eram, em sua maioria, trabalhadores dessas fábricas, ganhavam por produção e a maioria não tinha condições de conciliar trabalho e estudo. Muitos eram casados ou arrimos de família e precisavam trabalhar.

Jardim de Piranhas era semelhante a um país no início da Revolução Industrial: a força de trabalho era explorada à exaustão (inclusive a mão de obra de menores), os acidentes nas fábricas eram comuns, os sindicatos não existiam e os impactos ambientais ocorriam a olhos

vistos (lembro-me dos esgotos coloridos pelas tintas dos fios de algodão tingidos para a fabricação das redes). Muitas vezes, eu aproveitava essa realidade para discutir sobre essas condições de trabalho e a luta pelos direitos trabalhistas, mas era muito comum ouvir falas do tipo “se for à justiça é pior, porque não arranja emprego mais nunca aqui!”, uma verdade, pois, naquela cidade, todos se conheciam.

Apesar de haver colegas de trabalho que também eram “esquerdistas de carteirinha” como eu, a realidade mostrou que pôr em prática o sonho de uma educação transformadora que aprendi na UFPB não seria tão fácil, afinal, muitos desses operários das fábricas acreditavam que iriam vencer na vida como alguns donos dos teares que eles conheciam. Certa vez, um aluno me disse que estudar não valia a pena pois fulano “é analfabeto e tem uma caminhonete S10!”.

Participei, com orgulho, de uma greve nos primeiros meses de trabalho, algo para o qual hoje eu pensaria duas vezes antes de fazer, mas eu tinha apenas 21 anos e ser grevista, sindicalista e petista era um atestado de politização. Aos poucos, fui aprendendo que havia limites que precisavam ser enfrentados, pois, nos primeiros meses, em Jardim de Piranhas, fui tomado de surpresa com o fato de não poder “falar mal” dos Estados Unidos, pois uma freira americana, muito prestigiada na cidade, não admitia críticas à sua terra natal. Fui “denunciado” por um aluno e a religiosa chegou a ir à escola tomar satisfação com a diretora. Felizmente, esta não deu ouvidos à irmã, pois ela também perseguia alguns parentes próximos dela que, como eu, “atentavam contra a ordem”.

Nos primeiros anos, passei por dificuldades em sala de aula com alguns alunos, pois História era uma disciplina que não reprovava e eu logo me tornei o “terror” das duas escolas da cidade. Além disso, havia a falta de material didático: uma simples apostila era vista como um luxo. Certa vez, um gestor disse que os professores “não queriam mais escrever no quadro”, ou seja, não se esforçavam mais como antes. A partir daí, comecei a “dançar conforme a música”: passei a escrever no quadro, a ser um professor “bonzinho” e liberar a turma mais cedo, a ser mais tolerante com os erros e com algumas coisas que sabia que não iriam mudar tão cedo. Ou seja, eu começava a fazer coisas que tantas vezes critiquei. Acho que estavam se concretizando as profecias de alguns colegas que comentavam: “já fui assim, com o passar do tempo você vai mudar, a gente cansa”. Pois é, a gente cansa mesmo!

Na sala dos professores, a hora do intervalo era também da “socialização” das novidades. Como toda cidade pequena, a linha divisória entre o público e o privado era muito tênue. Os escândalos sempre ocorriam e eram postos em pauta na sala dos professores e em outros espaços da escola. Em outros momentos, aquela mesa se transformava no Muro das Lamentações, pois não eram poucos os lamentos sobre o salário baixo e a inflação alta, não permitindo pagar as contas.

O desestímulo era grande: cansaço das viagens semanais; salário baixo e que sempre atrasava após as eleições; greves que, além de não resultarem em quase nada, ainda tinham como consequência o salário cortado pelo governo. Jardim de Piranhas tornou-se, para mim, um fardo, um casulo que precisava ser rompido; eu precisava voar mais alto. Foi aí que fui aprovado, em segundo lugar, em um concurso para professor de História na Escola Técnica Federal da Paraíba (ETFPB), Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) Cajazeiras. Minha vida começava a dar uma guinada.

Não lembro, com certeza, da data, mas certamente foi na primeira quinzena de março de 1996 que recebi um telegrama da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN). Nele, estava escrito, mais ou menos, o seguinte texto: “Por favor entrar em contato com a ETFRN. Assunto: possibilidade de contratação. Falar com Dante ou Jani”. Confesso que vivi poucos momentos tão felizes quanto aquele. Eu estava a um passo de mudar de vida, de realizar o sonho de ser professor em uma instituição federal, de sair das condições de trabalho em que vivia, de ter um salário digno para manter a mim e a minha família.

Ainda em março, fui nomeado para trabalhar na UNED Mossoró. Eu não conhecia as Escolas Técnicas. Sabia apenas que era uma escola que ofertava cursos técnicos e que eu daria aula de História, nada mais que isso. O fato de saltar da realidade em que vivia para outra melhor, federal, já era o bastante para mim. Confesso que não estava preocupado com o tipo de ensino ou se eu iria conseguir transformar algo; melhorar de vida já me bastava. Não revele com orgulho esse meu egoísmo. A ETFRN era a minha tábua de salvação para não ser o professor medíocre que eu estava me tornando.

Eu não conhecia as bases em que se sustentavam a educação profissional, apesar de ter passado por uma formação marxista, mas até hoje isso é pouco (ou nunca) estudado em uma licenciatura. Aos

poucos, fui me encantando com o discurso que se repetia como um mantra nas reuniões com o Prof. Nivaldo, nosso diretor, e a equipe pedagógica: a formação do técnico cidadão, elemento chave do projeto pedagógico aprovado em 1995, um ano antes de eu começar minhas atividades na ETFRN/UNED Mossoró.

Hoje, quase três décadas depois, constato que eu era só mais um professor que, como os demais, foi contratado para ministrar uma disciplina. Semelhante à maioria dos colegas, não tive uma formação para lecionar na educação profissionalizante, como se chamava à época. Tive, no máximo, momentos de debates nas reuniões pedagógicas, mas confesso que estes eram cansativos para muitos de nós professores. Não minto: para mim, a interdisciplinaridade estava apenas no papel, era uma utopia, e a “minha” disciplina, História, exercia uma importância ímpar para a construção do técnico cidadão. Essa realidade começou a mudar quando resolvi ler o “livro azul”, como chamávamos o número especial da Revista da ETFRN que trazia o novo Projeto Pedagógico da ETFRN. A partir dessas leituras, pude perceber e me encantar com as propostas de uma escola “profissionalizante” que se preocupava com o ser humano para além do mercado.

Talvez por ser professor de História, a formação do técnico cidadão passou a gerar um engajamento da minha parte. Paulatinamente, algumas ações voltadas para esse fim passaram a ocorrer, promovidas por nós, professores e alunos, com o apoio da gestão, embora nem sempre dávamos conta dessa cultura escolar que estávamos construindo. Um desses momentos eram os chamados horários culturais, que ocorriam todas as semanas, nas quartas-feiras: o tempo das aulas era reduzido para que houvesse apresentações teatrais, musicais, palestras e outras atividades com conteúdos para além do currículo formal.

A minha primeira ida à UNED se deu em uma quarta-feira. Depois de falar com a coordenadora, ver meus horários, a programação das disciplinas e conhecer alguns espaços da escola, fui convidado para assistir ao horário cultural daquele dia, que seria uma apresentação musical dos alunos. Minha surpresa foi imensa quando Ricardo, aluno do curso técnico em Eletromecânica, pegou o seu violão e cantou a canção “Conheço o meu lugar”, do compositor cearense Belchior (1979), que pela riqueza da letra, peço licença para colocá-la na íntegra nesse texto.

*O que é que pode fazer o homem comum
Neste presente instante
Senão sangrar tentar inaugurar
A vida comovida
Inteiramente livre e triunfante*

*O que é que eu posso fazer com a minha juventude
Quando a máxima saúde hoje
É pretender usar a voz*

*O que é que eu posso fazer
Um simples Cantador das coisas do porão
Deus fez os cães da rua pra morder vocês
Que sob a luz da Lua
Os tratam como gente é claro aos pontapés*

*Era uma vez um homem e seu tempo
Botas de sangue nas roupas de Lorca
Olho de frente a cara do presente e sei
Que vou ouvir a mesma história porca
Não há motivo para festa
Ora esta eu não sei rir à toa
Fique você com a mente positiva
Que eu quero a voz ativa
Ela é que é uma boa*

*Pois sou uma pessoa
Esta é minha canoa
Eu nela embarco*

*Eu sou pessoa
A palavra pessoa hoje não soa bem
Pouco me importa*

*Não você não me impediu de ser feliz
Nunca jamais bateu a porta em meu nariz*

*Ninguém é gente
Nordeste é uma ficção
Nordeste nunca houve
Não eu não sou do lugar
Dos esquecidos
Não sou da nação
Dos condenados
Não sou do sertão
Dos ofendidos
Você sabe bem*

Conheço o meu lugar.

Aquele momento me vem à lembrança sempre que ouço essa música. É como se a letra, por coincidência, dissesse para mim que aquele era o meu lugar, o lugar que eu trabalharia durante décadas e que, mesmo com algumas oportunidades de mudar para outro *campus* ou estado, continuaria ali nem sei bem até quando.

Ao olhar alguns álbuns de fotografias guardados na biblioteca do *Campus* Mossoró, selecionei alguns registros que demonstram a importância dada às artes na UNED nos seus primeiros anos de funcionamento.



Fotografia 1
apresentação
musical com
participação de
alunos.

Fonte: Acervo da
biblioteca Prof.
Arnaldo Arsênio



Fotografia 2
apresentação
do grupo de
flautas orga-
nizado pelo
professor de
Arte Roderick
Fonseca.

Fonte: Acervo da
biblioteca Prof.
Arnaldo Arsênio



Fotografia 3
apresentação
da peça teatral
"Morte e vida
Severina".

Fonte: Acervo da
biblioteca Prof.
Arnaldo Arsênio



Fotografia 4
palco para a
encenação da
peça teatral "O
auto da Com-
padecida".

Fonte: Acervo da
biblioteca Prof.
Arnaldo Arsênio

Importa destacar que as apresentações teatrais geralmente se davam após o estudo de uma obra literária nas aulas de Língua Portuguesa que, em 1996, quando iniciei os meus trabalhos na UNED, ficavam a cargo das professoras Maria de Lourdes, Francisca Elisa e Lúcia Lima (*in memorian*). Essas peças eram apresentadas inicialmente para as docentes, como atividades avaliativas, e, posteriormente, para o público interno e externo à instituição. Uma outra prática realizada pelas referidas professoras eram os juris simulados, nos quais eram postas em debate questões polêmicas que estimulavam os alunos à pesquisa e à argumentação e, com efeito, à reflexão.

Dessa maneira, a formação do técnico-cidadão, como previa o projeto pedagógico, dava-se, não apenas nas práticas de alguns docentes, mas também no horário cultural. Nos acervos da biblioteca Prof. Arnaldo Arsênio, do *campus* Mossoró, há muitos registros fotográficos, DVDs e impressos de atividades ocorridas com o fim de ampliar os conhecimentos dos estudantes para além dos conteúdos em sala de aula. São exemplos disso as palestras com temáticas variadas como educação no trânsito, educação ambiental, globalização, violência, dentre outros.

Entretanto, se hoje eu ressalto a relevância dos horários culturais, devo destacar que nem sempre estes eram bem-vistos por nós professores naquela época. Pautados em uma formação disciplinar, achávamos, algumas vezes, que aqueles momentos “atrapalhavam” as nossas atividades, pois se reduzia o horário das aulas. Além disso, como “Narciso acha feio o que não é espelho” (CAETANO, 1985), esses debates com temas, algumas vezes, fora da matriz curricular não faziam sentido para alguns docentes. Prova disso é que, ao realizarmos uma pesquisa com história oral, duas décadas depois, ouvimos de uma professora: “Eu acho que isso é conversa, sabe? Eu não aguento esse nome técnico cidadão” (SOUZA; QUEIROZ, 2020, p. 136). Isso se explica porque a colega, sendo da área técnica, não estabelecia uma relação entre o que era discutido e as disciplinas que ministrava. Logo, ao que parece, a docente era atenciosa com seu trabalho, mas não conseguia pensar para além de uma educação tecnicista.

A bem da verdade, vários professores e alunos questionavam o porquê de se estudar literatura, arte, história etc. em um curso técnico, apesar de esse tema ser recorrente nos encontros com o setor pedagógico e os

gestores. Em sala de aula, tínhamos sempre que reforçar, para os alunos, o nosso compromisso com a formação do ser humano na sua integralidade. No entanto, era compreensível a necessidade de muitos desses alunos se sentirem bem preparados para se inserir no mundo do trabalho e ascender socialmente mediante um emprego na Petrobras, por exemplo.

Logo quando comecei a trabalhar na ETEFRN/UNED, eu não via problemas, tudo era maravilhoso: tinha boas condições de trabalho e um salário muito superior ao que recebia antes. Com o passar do tempo, fui percebendo que éramos uma “colônia” da Unidade Sede, em Natal, a “metrópole”. Mossoró, a colônia, era um “lugar de passagem”, para onde geralmente iam os servidores recém-contratados (principalmente os professores) antes de conseguir a tão sonhada transferência para a metrópole. Enquanto isso não acontecia, muitos diminuía a importância da cidade onde estavam trabalhando, com estabilidade, e com um salário melhor que os anteriores. As reclamações eram muitas: o calor, natural de uma cidade do semiárido; a falta de estrutura da cidade; o número de dias semanais que precisavam ficar... Não eram poucas as piadas caricatas e bairristas. Nunca coadunei com isso. Devo ressaltar que esse comportamento me incomodava muito, talvez porque eu viesse de uma realidade muito aquém da que estava vivendo e tudo na UNED e em Mossoró era um ganho, uma vantagem, degraus a mais que havia subido na minha história de vida.

Quanto ao cotidiano na UNED, fui percebendo, como na relação colônia-metrópole, que as determinações vinham de cima e ficávamos com o que restava dos recursos ou com o que, em Natal, tinha sido substituído por algo novo ou mais moderno. Um exemplo disso foi a nossa biblioteca, que recebeu muitos livros em desuso na Unidade Sede e que não faziam falta lá. Comentava-se que equipamentos de alguns laboratórios não eram novos. Lembro-me bem que os alunos reclamavam da necessidade de mais aulas práticas e que isso era justificado, pelos professores, pela falta de equipamentos nos laboratórios.

Com relação aos recursos didáticos, além dos tradicionais quadro e giz, existiam outros, avançados para a época, embora escassos. Em uma pequena gráfica, dentro da UNED, eram confeccionados os materiais didáticos para serem distribuídas aos alunos. Mais tarde, com a chegada de outros equipamentos e a terceirização de máquinas fotocopadoras, a gráfica fechou. Tínhamos alguns retroprojetores de

imagens (Fotografia 5), disputadíssimos entre os docentes e que, por isso, precisavam ser reservados na biblioteca com dias de antecedência às suas aulas. Os textos das películas usadas nesses equipamentos eram elaborados por nós professores ou por uma servidora da biblioteca, Celma Aquino, que os redigia cuidadosamente para que ficassem bem legíveis.



Fotografia 5
uso do retro-
projeto em
palestra no
auditório

Fonte: Acervo da
biblioteca Prof.
Arnaldo Arsênio

Assim, a biblioteca Prof. Arnaldo Arsênio era um dos espaços mais visitados pelos professores, pois lá se encontravam os multimeios e três jornais impressos (O Mossoroense, A Gazeta do Oeste e o Diário de Natal), além da assinatura de algumas revistas, quando havia orçamento para isso. A bibliotecária Elvira Fernandes, juntamente com a sua equipe, fazia um trabalho que talvez não imaginasse a importância que teria para a posteridade: diariamente, copiavam, dos jornais, todas as notícias que envolvessem a EFRN, desde uma pequena nota de fim de página a textos longos. Do mesmo modo, eram fotografados e/ou filmados eventos promovidos na instituição, de tal forma que, hoje, encontramos, na biblioteca, várias pastas com as notícias da UNED, desde 1995, quando foi inaugurada, até essa tarefa ser assumida por outro setor (o que não aconteceu de fato). Além dessas pastas com jornais, encontramos vários álbuns de fotografia e fitas VHS, posteriormente transformadas em DVD.

No cenário nacional, vivíamos as dificuldades do Governo do então Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) e a ampliação das

influências do projeto neoliberal nas políticas educacionais. As lutas pela educação de qualidade, pela valorização do serviço público e pela reposição salarial se faziam presentes nas pautas das três grandes greves realizadas nos dois governos do presidente FHC: em 1998, 2000 e 2001, respectivamente com 104, 87 e 108 dias de duração. Apenas na última tivemos um reajuste mínimo, variando de 8 a 15% (SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, 2008).

Essas greves também tinham como motivo os riscos que as instituições federais de Educação Profissional (Escolas Técnicas e Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFET) estavam correndo quanto à sua existência, pois eram consideradas muito caras para manter e pouco rentáveis, posição que muitos defendem ainda hoje. Alguns intelectuais, defensores da política neoliberal, atrelados aos organismos multilaterais, afirmavam que os egressos dos cursos técnicos, em sua maioria, não buscavam o mercado de trabalho, mas as universidades, portanto, o ensino profissionalizante federal mostrava-se inútil quanto ao atendimento das necessidades do mercado.

Um dos entusiastas da política neoliberal, consultor do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), crítico ferrenho do ensino ofertado nas Escolas Técnicas e CEFET à época era o economista Cláudio de Moura Castro. Além da publicação de livros e de artigos em periódicos científicos para o público acadêmico, Castro usava também a sua coluna na revista *Veja* para divulgar suas ideias para o público em geral. Lembro-me dos seus artigos, nessa revista, serem expostos no quadro usado para a divulgação de notícias e eventos na ETFRN ou CEFET-RN. Em um desses textos, o colunista mostrava o quanto era caro manter uma instituição que não dava retorno para o mercado. Em um dos seus artigos publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o autor sintetiza sua opinião que era corroborada pelo governo e por parte dos gestores e servidores dessas instituições:

[...] faz pouco sentido ensinar máquinas e motores – a custos elevadíssimos – a quem nada mais quer do que passar no vestibular de direito. Mesmo para os que vão para engenharia, não parece ser um

bom uso dos dinheiros públicos que ocupem uma vaga que poderia ser melhor aproveitada por alguém que vai diretamente para uma ocupação técnica. Afinal, não temos vagas senão para menos de 3% dos alunos de segundo grau. Se entre dois terços e três quartos vão para o ensino superior, apenas preparamos 1% para as carreiras técnicas. Uma vergonha para um país que quer consolidar suas indústrias e competir no exterior.

Assim sendo, a primeira prioridade no ensino técnico federal é eliminar esta sangria no esforço de profissionalização. É garantir as vagas para os alunos que realmente irão exercer as profissões correspondentes. Não faz sentido manter um ensino técnico gratuito que resulta em pouco mais do que preparar para o vestibular alunos de nível socioeconômico bastante elevado, ou mesmo as elites locais. (CASTRO, 1997, p. 24).

Percebe-se que Castro, em seu artigo – por coincidência ou não, publicado menos de um mês depois da emissão do Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, que regulamentava itens da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – fazia coro aos defensores da educação voltada para o mercado e da educação como mercadoria.

Vale salientar que, no entender de Neves e Pronko (2008, p. 28), a denominada escolarização tecnológica

[...] não deve ser confundida com as atividades de formação técnico-profissional que visam ao desenvolvimento de habilidades específicas voltadas para sua aplicação direta na produção de bens e, mais contemporaneamente, de serviços, ou seja, para o treinamento dos trabalhadores. Nesse processo de inserção científica direta na produção da existência, sob a direção do capital, a educação científica foi progressivamente se configurando de forma mais pragmática, mais atrelada à produção social da existência, enquanto a educação tecnológica foi se afastando cada vez mais do sentido unitário e integrado preconizado por Marx e Gramsci e, portanto, da sua feição emancipatória, e subordinando a transmissão dos fundamentos tecnológicos aos requerimentos sempre crescentes de maior produtividade do próprio capital.

O clima de insegurança reinava nas instituições federais de Educação Profissional. Falava-se dos planos do MEC em extinguir as disciplinas da formação geral e de manter apenas o ensino técnico, fato que quase aconteceu a partir do Decreto nº 2.208/1997, que oficializou a dualidade da educação brasileira ao divorciar a formação geral e a profissional (BRASIL, 1997).

Para pôr em prática as determinações da nova legislação, o Governo Federal criou o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) mediante a Portaria nº 1005/1997. Desse modo, oficializou-se a separação entre o Ensino Médio e o Profissional, sendo os cursos técnicos de nível médio ofertados nas formas Concomitante e Subsequente à educação básica. As instituições que resolvessem manter o Ensino Médio, fã-lo-iam, mas com uma redução drástica do número de vagas.

Alguns CEFET seguiram à risca os interesses do MEC e deixaram de ofertar o Ensino Médio. No CEFET-RN, conseguimos mantê-lo, mas a pergunta que não calava era: até quando? Para muitos, não fazia o menor sentido, no CEFET, uma instituição com quase um século à época, ofertar cursos que não fossem *profissionalizantes* (uso essa palavra propositalmente, visto que ela traz, em seu bojo, a ideia de uma formação apenas para o mercado). Entre nós, professores das Ciências Humanas, o terror era maior, pois, do ponto de vista do pragmatismo do MEC e dos seus gestores, qual a serventia do ensino de História, Geografia, Sociologia e Filosofia? Para que o ensino de Arte e Literatura? Por outro lado, os professores das Ciências da Natureza e das Exatas sentiam-se mais “seguros”, pois poderiam ser “encaixados” em alguns cursos técnicos.

Concomitantemente a esse clima de insegurança, crescia a influência neoliberal nos currículos. A proposta pedagógica de 1995, revista em 1997, foi substituída por uma outra, em 1999. Era um currículo novo e obediente, como assim analisei com a doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP/IFRN), Ana Paula Marinho de Lima: “fez-se necessário que a instituição trabalhasse em um novo texto mais condizente com o que a legislação determinava: um currículo que não contemplasse o Ensino Médio, que fosse flexível e focado na construção de competências para o mercado” (LIMA; SOUZA, 2022, p. 59).

Semelhante a uma empresa, as diretorias agora eram Gerências e, seguindo o adágio popular de que não se dá o peixe, mas se ensina a

pescar, as instituições deveriam gerar recursos para se manterem, levando muitos professores das áreas técnicas a ofertarem à sociedade e às empresas, como a Petrobras e outras, cursos de capacitação e requalificação de mão de obra. Com vários anos sem reajuste salarial e sem nenhuma perspectiva de melhoria (muito pelo contrário), vários professores passaram a fazer “bico” na oferta desses cursos, pois ficavam com uma porcentagem dos valores cobrados.

Outrossim, algumas palavras passaram a se fazer presentes nos discursos dos gestores e de muitos servidores, a saber: qualidade total, qualificação, requalificação, meritocracia, capacitação, empregabilidade, flexibilidade, habilidade, competência, inovação, empreendedorismo etc., estas sempre acompanhadas do lembrete sobre os desejos do mercado. Hoje, ao ponderar sobre aquela época, penso que a formação do técnico cidadão, expressa na proposta pedagógica de 1995 e reinserida nas reformas de 1997 e 1999, estava perdendo força e não nos dávamos conta. Também percebo que, fruto do medo da privatização, da perda da estabilidade e de outras ameaças, os sindicatos, aos poucos, fragilizavam-se. Logo, víamos, “na pele” o que Boito Jr. (1996, p. 84), mais tarde, destacou em sua análise sobre a relação entre o neoliberalismo e o sindicalismo no Brasil:

O neoliberalismo é antiestatista apenas no que lhe convém: os críticos da intervenção estatal nas relações de trabalho têm na estatização do sindicalismo sua principal via de acesso ao movimento sindical. A despeito do discurso contra o intervencionismo em geral, sabem, na prática, diferenciar, muito bem, a intervenção do Estado que limita a exploração capitalista, isto é, os direitos sociais que criticam e combatem, da intervenção do Estado que limita e tutela a organização dos trabalhadores, isto é, a estrutura sindical corporativa que aceitam e defendem.

Ainda compondo esse cenário, não posso esquecer do movimento estudantil, embora ainda embrionário à época, mas que já promovia ações de contestação e lutas por direitos. No início do funcionamento da UNED, os estudantes resolveram criar um Grêmio. Eu só fiquei sabendo de alguns detalhes de como se deu esse processo quando

colaborei com a minha orientanda Karla Queiróz, então mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP), na realização de entrevistas com egressos da UNED, em 2016. Alguns alunos entrevistados relataram que a escolha do nome do grêmio foi motivo de conflitos com a gestão, pois, segundo eles, o diretor queria homenagear um professor/gestor da ETRN. Para se contrapor a isso, os estudantes resolveram homenagear um artista popular que tocava nas ruas do centro de Mossoró e imitava pássaros, daí o nascimento do Grêmio Estudantil Waldemar dos Pássaros, em 23 de março de 1995.

Percebe-se que essa decisão já representou um confronto com a gestão, que seria seguido por outros. O discurso do técnico cidadão era intenso e a preocupação com a formação política por parte de membros do corpo docente e da equipe pedagógica levou os estudantes a usar esse discurso “contra” a própria instituição, questionando as normas ou, na medida do possível, deixando de cumpri-las, como disse o aluno Ernandes (nome fictício) em entrevista a Queiroz (2017, p. 117, grifo nosso):

Como a gente aprendeu lá [na escola] a questionar, a criticar, a não ficar calado, a abrir a boca, a não aceitar as coisas, pois tinha esse projeto que era o Técnico Cidadão e não um cidadão técnico, que era aquele cara que estava ali só para obedecer e baixar a cabeça, como no filme de Chaplin. Então, *como a escola preparou a gente para isso, a nossa primeira vítima foi a própria escola.*

Além do grêmio, os estudantes das primeiras turmas criaram um jornal impresso chamado “Cavalo de Tróia”. Em suas poucas páginas, os alunos ironizavam o cenário local da UNED, denunciavam a falta de equipamentos nos laboratórios, criticavam alguns professores e a gestão, como podemos perceber na figura 1.

A estorinha contada pelos alunos no Cavalo de Troia é extremamente irônica e traz uma crítica dura à UNED ao comparar a instituição a um elefante branco. Há manifestações claras de decepção, opiniões contrárias à gestão e às práticas dos docentes, dentre outros elementos que obviamente geraram polêmicas. Entretanto, na qualidade de espectador desse período, ressalto, sem sobras de dúvidas, que esses



Vou contar uma "estorinha" para vocês...

... Era uma vez, numa galáxia muito distante, um planetinha habitado por seres estranhos, que tinha seis dedos em cada uma das mãos, e um rabo na cabeça.

Havia uma pequena colônia que enfrentava problemas pela falta de pessoal qualificado para pilotar aeronaves, pois os treinamentos disponíveis não eram confiáveis.

Surgiu uma nova Escola de Pilotos, que seria a esperança da colônia, pois prometia formar Pilotos-cidadãos com um alto nível técnico. Mestres de alto nível e até um conselho que fiscalizaria todos os treinamentos, eram uma de suas marcas registradas. Mas, com pouco mais de um ano de funcionamento todos começaram a perceber que a realidade era outra, a nova escola era muito parecida com as outras que já existiam, pois tinha mestres de alto nível que eram adorados pelos seus discípulos e mereciam todos os méritos, mas também haviam "mestres" que não tinham didática nenhuma, ficavam perdidos durante o treinamento, eram ridiculizados pelos pilotos e motivos de piadas e chacotas nos corredores.

O conselho, talvez tivesse até boa vontade em solucionar o problema, mas seguia empurrando com a barriga e não apresentava soluções satisfatórias. Os pré-pilotos-cidadãos já sabiam como isso acabaria, pois tinha experiência anteriores, no final o conselho tentaria tapar o sol com uma peneira, inventando uma convocação extra para salvar vários pilotos, mas já seria tarde demais.

Apesar dos vários laboratórios que a escola exibia para visitantes de outros planetas, muitos dos seus alunos nem os conhecia, pois aulas práticas, que nada! Era tanta teoria que fazia-os lembrar daqueles cursos de correspondência interplanetária que ninguém aprendia nada, mas no final tinha um certificado para pendurar na parede do quarto.

A escola queria ser diferente de tudo, mas até mesmo seus funcionários provaram o contrário, quando quiseram paralisar suas atividades e passaram a falar em greve. A desorganização forçava até os alunos a se submeterem a três testes por dia. Alguns com base no pressuposto de que "os fins justificam os meios" ingeriam comprimidos ricos em afetaminas, pois só assim conseguiriam virar a noite estudando, no final do curso certamente estariam viciados, mas e daí? seriam pilotos-viciados-cidadãos.

Ainda bem que isso é só uma "estorinha", pois na verdade estamos no planeta Terra, na América do Sul, no Brasil, na Região Nordeste, no Rio Grande do Norte, na ETEFRN-UNED, e não temos rabo na cabeça e nem muito menos seis dedos em cada mão.

(Aluno de Eletromecânica - 2.23)

Figura 1
estória do Informativo Cavalo de Tróia

Fonte: QUEIROZ (2017, p. 118).

confrontos de ideias não representavam uma posição dos estudantes contrária à UNED, apesar de o texto conduzir a essa conclusão. Nas práticas cotidianas, havia um orgulho dos alunos em estudar na ETFRN, em usar a farda – principalmente a bata cinza com a logomarca de uma catraca – de exibir a todos que “é federal!” nos gritos da torcida organizada na ocasião dos jogos municipais e estaduais.

Com relação aos professores, apesar de a cabeça de muitos estar voltada para Natal, sobretudo quanto à lotação o quanto antes na Unidade Sede, hoje o Campus Natal Central, penso que não havia um rancor contra a UNED no tocante ao exercício da docência. Considero que havia um compromisso com o trabalho e, muitas vezes, os nossos aborrecimentos se davam justamente pela dificuldade em exercer o nosso papel pela falta de algum material ou equipamento nos laboratórios.

Quanto a mim, ir para a capital potiguar não estava nos meus planos. Confesso que, se tivesse surgido a oportunidade de ir para a Paraíba, eu não teria pensado duas vezes, pois era a minha terra e nela estavam as pessoas mais próximas a mim. Desse modo, “fui ficando” em Mossoró, ministrando minhas aulas de História e experienciando uma vida acadêmica bem tacanha quando comparada às possibilidades que temos hoje no IFRN.

Tentei aproveitar o que era possível, considerando as limitações de uma instituição que não incentivava a formação continuada em nível de mestrado e doutorado. Raros eram os docentes que conseguiam ser liberados para uma pós-graduação e, por isso, fiz o meu mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, em Mossoró, na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). A escolha foi puramente pragmática: eu queria fazer um mestrado, pois me sentia academicamente tolhido, tendo, no máximo, a oportunidade de publicar artigos na antiga Revista da ETFRN, hoje Holos. Queria novamente ganhar asas para além do quadrado da sala de aula. Apenas o ensino não me satisfazia; queria ser um pesquisador e consegui, mas esse relato fica para outra ocasião, na qual eu possa continuar as minhas verdades divididas.

Referências

ALLENDE, I. **Inês de minha alma**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

ANDRADE, C. D. A verdade dividida. *In: Contos plausíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 52.

BELCHIOR. **Era uma vez um homem e seu tempo**. Conheço o meu lugar. Warner, s. l. 1979.

BENJAMIN, W. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. **Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo, Brasiliense, 1994. p.197-221.

BOITO JR, A. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 80-105, 1996. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo260Art1.6.pdf Acesso em: 25 set. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2.º do artigo 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1997, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, DF, 1997. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/DF2208_97.pdf. Acesso em: 23 set. 2022.

CAETANO VELOSO. **Caetanear**. Sampa. Fontana/Philips, s. l. 1985.

CASTRO, C. de M. O secundário: esquecido em um desvio do ensino? **Textos para discussão**. Brasília, DF: Ministério da Educação/INEP, v. 1, n. 2, abr. 1997. Disponível em: <http://td.inep.gov.br/ojs3/index.php/td/article/view/3775> Acesso em: 23 set. 2022.

FERRAROTTI, F. Sobre a autonomia do método biográfico. *In: NÓVOA, A; FINGER, M. (Org.) O método (auto)biográfico e a formação*. 2. ed. Natal: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2014. p. 29-56.

LIMA, A. P. M. de.; SOUZA, F. das C. S. **Um currículo obediente**: as imposições do mercado à formação do trabalhador. Mossoró: Edições UERN, 2022.

NEVES, L. M. W.; PRONKO, M. A. **O mercado do conhecimento e o Conhecimento para o mercado**: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. **Revista comemorativa dos 20 anos do SINASEFE**. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <https://silotips/download/revista-comemorativa-dos-20-anos-do-sinasefe> Acesso em: 23 set. 2022.

SOUZA, F. das C. S.; QUEIROZ, K. da S. Processos formativos na Unidade de Ensino Descentralizada da ETRN/Mossoró: uma história de expectativas, adesões e resistências. **História Revista**, Goiânia, v. 25, n. 2, p. 120–140, mai./ago. 2020. <https://doi.org/10.5216/hr.v25i2.63414>.

QUEIROZ, K. da S. **A Unidade de Ensino Descentralizada da ETRN em Mossoró/RN**: contextualização histórica e práticas de formação. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Diretoria Acadêmica de Ciências, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2017. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1404?show=full> Acesso em: 23 set. 2022.

TRAJETÓRIA DE UM
PROFESSOR – ENGENHEIRO
NA INSTITUIÇÃO:
PAVIMENTANDO
CAMINHOS DO SABER

Alexandre da Costa Pereira

Introdução

Professor Titular do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFRN. Nasci em Recife em 1º de setembro de 1965, filho e neto de professores. Graduado em Engenharia Civil pelo Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN (1983/1987). Após três anos atuando como engenheiro civil em empresa de consultoria no setor petrolífero, ingressei no Serviço Público em 21 de dezembro de 1990, como docente (professor substituto) na então Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, para ensino no Curso Técnico de Estradas. Logo após, no ano de 1991, prestei concurso público para cargo efetivo de docente da ETFRN, obtendo aprovação em 1º lugar no certame.

Já no início da trajetória como docente na instituição, integrei o então Conselho Técnico Pedagógico – CTP no período de 1992 a 1994, tendo atuado no período 1993/1994 como Presidente do Conselho.

Desenvolvi atividades docentes em momento de grande desafio, participando do processo de transformação da ETFRN em Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), colaborando ativamente no planejamento e implantação dos Cursos na Área de Conhecimento “Construção Civil”, a citar: Construção Predial, Construção Pesada, Desenho de Projetos e Topografia. Também ministrei disciplinas na área da Topografia nos Cursos de Geologia e Mineração, atuando como Coordenador do Curso Técnico de Estradas no período 1993/1994.

Objetivando melhorar a capacitação para a função de gestão pública, realizei, no período de 1988 a 1992, bacharelado em Ciências da Administração pelo Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. No período de 1994 a 1995, realizei o Curso de Especialização em Topografia Aplicada à Construção Civil pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG, ação desenvolvida no contexto do Programa de Capacitação Docente para o Ensino Tecnológico – PCDET.

Verticalizando em minha formação acadêmica, realizei cursos de pós-graduação *stricto sensu* em nível de mestrado no período de 1995 a 1997 - Curso de Mestrado em Engenharia Civil, área de concentração

Geotécnica, pelo Centro de Tecnologia e Geociências da Universidade Federal de Pernambuco – CTG/UFPE (Bolsa de Estudos MEC/CAPES). O resultado deste trabalho, isto é, a dissertação “Ensaio Dilatométricos em um Depósito de Argila Mole no Bairro do Ibura, Recife/PE”, obteve a premiação “Prêmio Icarahy da Silveira”, outorgada pela Associação Brasileira de Mecânica dos Solos e Engenharia Geotécnica (ABMS) para a melhor dissertação brasileira versando sobre Geotecnia no período entre 1996 e 1998, bem como foi conferida a mim a premiação de “Pesquisador Destaque no Ano 1999” pela Universidade Federal de Pernambuco. A dissertação é referência nacional na temática abordada, com citações no principal livro brasileiro tratando sobre a temática de ensaios geotécnicos de campo: “Ensaio de Campo e suas Aplicações à Engenharia de Fundações” (Schnaid e Odebrecht, 2012).



Figura 1
desenvolvendo pesquisa de campo no Mestrado em Engenharia Civil (1996).

Fonte: acervo do autor

O êxito como pesquisador na área Geotécnica me conduziu à busca pela continuidade na verticalização na pós-graduação, tendo realizado, em 1998, o *Curso Internacional de Mecánica del Suelo y Ingeniería de Cimentaciones* (Curso Internacional de Mecânica dos Solos e Engenharia de Fundações) na renomada instituição espanhola *Centro de Estudios y Experimentación de Obras Públicas* – CEDEX, com bolsa de estudos concedida pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional – AECI e apoio da Organização dos Estados Americanos – OEA. No período de

1999 a 2003, cursei Doutorado em Engenharia Civil na *Escuela Politécnica de Ingenieros de Caminos, Canales y Puertos* da Universidade Politécnica de Madri (revalidação pela UFPE), projeto financiado mediante bolsa MEC/CAPES, com tese versando sobre a utilização de modelos probabilísticos para a previsão da vida útil para plataformas offshore em concreto armado, em estudo de caso abordando a avaliação da vida útil de plataformas-protótipo em águas rasas no litoral do RN, utilizadas para a exploração de O&G (figura 2). Foi o primeiro doutoramento de docente vinculado à área da Construção Civil no então CEFET/RN.



Figura 2
desenvolvendo pesquisa de campo no Doutorado em Engenharia Civil (2001).

Fonte: acervo do autor

Importante destacar que tanto o mestrado como o doutorado foram desenvolvidos considerando-se estudos de caso, bem como abordaram importantes problemas de engenharia de interesse no Brasil, correspondendo, respectivamente, o estudo geotécnico de solos compressíveis e o estudo de modelos para avaliar a vida útil de estruturas em ambiente marinho offshore, questões de relevante interesse para o desenvolvimento de projetos e execução de obras públicas.

Regressando em 2003 ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN e retomando a atividade da docência, desenvolvi atividades de ensino no curso técnico de Edificações e no Curso Superior de Tecnologia em Construção de

Edifícios, bem como fundei os grupos de pesquisa “Qualidade e Produtividade na Construção Civil” e o “Construção Civil, Petróleo e Desenvolvimento Sustentável”, atuando como líder dos dois grupos. Na área de infraestrutura, desenvolvi trabalhos sobre Geotecnia aplicada e atividades formativas para profissionais da área de Petróleo e Gás Natural no âmbito dos Programas PROMINP e PFRH/ANP, ministrando módulos sobre Introdução à Área de O&G, Geologia Aplicada e Avaliação de Formações.

No ano de 2004, após movimentação para a Unidade Descentralizada de Ensino de Mossoró, desenvolvi atividades de ensino nas áreas de Edificações, Saneamento e Operador de Óleo e Gás, tendo prosseguido também com o desenvolvimento de atividades de formação continuada para técnicos de nível médio para o setor de O&G. Convém destacar que, neste período, atuei como docente na primeira experiência do IFRN com aulas concomitantes – presencial e remota *on line* – para alunos do *Campus* IFRN em Natal e no *Campus* da Unidade de Mossoró (UNED Mossoró), experiência inovadora desenvolvida pelo Instituto na oferta de cursos na modalidade remota.

Na UNED Mossoró, atuei como Coordenador do Curso Técnico de Operação e Manutenção da Produção de Petróleo e Gás Natural (Portaria nº 287/2006-DG/CEFET-RN), ação desenvolvida para suprir o setor de O&G de técnicos com formação de qualidade, atividade industrial especialmente importante para o Rio Grande do Norte. Atuei em Mossoró no período como perito judicial em diversas ações na região, tendo desenvolvido, em 2006, o Curso de Especialização em Avaliações e Perícias de Engenharia pela Faculdade Osvaldo Cruz - São Paulo/SP.

Ainda em Mossoró, desenvolvi, no período de 2006 a 2008, atividades como docente tanto no IFRN – em tempo parcial – como na então Escola Superior de Agricultura de Mossoró – ESAM, onde ministrei disciplinas nas áreas de Engenharia Agrícola (Mecânica dos Solos e Obras de Terra) e Agronomia, bem como atuei como fiscal de obras no processo de expansão das instalações físicas do *Campus* da Universidade, processo decorrente da transformação da Instituição em Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA.

Regressando ao *Campus* Natal Central do IFRN em 2008, foram retomadas as atividades docentes na área de Construção Civil, bem como foram iniciados estudos para avaliar a viabilidade de resgatar a

oferta do Curso Técnico de Estradas na Instituição, interrompida no IFRN na década passada em função das baixas oportunidades de estágios e colocações no mercado de trabalho, devido aos baixos investimentos em infraestrutura de transportes no período de 1990 a 2005, de forma que atuei como presidente de comissão constituída para a elaboração do Projeto Político Pedagógico do Curso Técnico de Estradas.

Realizei estágio Pós-Doutoral no Departamento de Economia da *Escuela Politécnica de Ingenieros de Caminos, Canales y Puertos* da Universidade Politécnica de Madri, na área de Economia dos Transportes (Bolsa CAPES/Fundación Carolina), tendo desenvolvido Projeto de Pesquisa na área da Análise de Investimentos em Infraestrutura de Transportes, com estudo de caso voltado para a Região Nordeste do Brasil, tendo obtido o projeto o apoio mediante bolsa de estágio pós-doutoral outorgada pelo Ministério da Educação do Brasil, em ação desenvolvida no Programa Estágio de Curta Duração “Fundação CAPES / Fundación Carolina (Edital DRI/CGCI 07/2010)”, com plano de trabalho desenvolvido no período de setembro a dezembro de 2010 na Cátedra de Economia da Escola Técnica Superior de Engenheiros de Estradas, Canais e Portos da Universidade Politécnica de Madri, Espanha. O estágio de pós-doutoramento viabilizou a realização do projeto intitulado “Análise de Investimentos em Infraestrutura de Transportes: Estudo de Caso Referente à Região Nordeste do Brasil”.

No ano de 2011, desenvolvi projeto na “Cátedra André Rebouças”, aprovado na convocatória “Cátedras IPEA/CAPES para o Desenvolvimento (Chamada Pública 001/2010)”, na área “Infraestrutura Econômica, Social e Urbana”, fundamentando-se nos resultados alcançados na pesquisa de pós-doutorado realizada no ano anterior, trabalho que resultou na publicação, em 2011, do livro “Análise de Investimentos em Infraestrutura de Transportes” pela Editora do IFRN, com o apoio da Fundação CAPES e do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA).

Interessado no aprimoramento continuado e pelo gosto pelo estudo, realizei a graduação em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, concluindo o curso no ano de 2013 e tendo publicado, na área das Ciências Jurídicas, trabalhos abordando temáticas relacionadas com o Direito Econômico e Ambiental, além de publicações de peças técnicas na área de Perícias Judiciais de Engenharia.

Objetivando a busca pela atualização e melhor especialização na área da Gestão de Projetos, realizei MBA em Gerenciamento de Projetos pela Fundação Getúlio Vargas em 2015, com monografia versando sobre o tema do gerenciamento de riscos em contratações mediante o Regime Diferenciado de Contratações Integrada (RDCi), com estudo de caso baseado em contratação inovadora do DNIT, autarquia onde desempenhei atividades no período de 2009 a 2022, sempre compatibilizando as atividades com o fazer docente no IFRN.

Principais contribuições e conquistas na instituição

Ingressando na Instituição ainda Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte há mais de trinta e dois anos, possuía, além da graduação como engenheiro civil e a experiência profissional como engenheiro projetista de terceirizada da Petrobrás, a experiência de aproximadamente dez anos como auxiliar de desenhista de arquitetura no escritório de cálculo estrutural de meu pai e dando aulas – assim mesmo, visto que eram para pessoas conhecidas e praticamente gratuitas – particulares de matemática e física para o preparo para o exame vestibular da UFRN, única universidade à época no Rio Grande do Norte.

Minha admiração e respeito à ETEFRN me impulsionou de forma irresistível para me incorporar à instituição como docente. Lembro bem da alegria imensa que senti após a aula da seleção para a docência, quando um aluno, após a aula – sim, nas seleções e concursos para professor a prova de didática acontecia com presença de turma de alunos real – me falou que a minha aula tinha sido a que ele mais gostou e me desejou sorte na seleção. Coisas assim são impossíveis de se esquecer.

A emoção e alegria de me integrar à “Família Eteferniana” foi transformada em dedicação total – e também exclusiva – à docência na Instituição, participando junto com os alunos das atividades no inesquecível laboratório de estradas, prédio onde atualmente se desenvolvem atividades sociais para o público da terceira idade e outras ações sociais do IFRN, com o pessoal das oficinas de artes e prática de hidroginástica. No laboratório de estradas, tínhamos realmente a sensação de estar em família. Um verdadeiro privilégio ter podido contar em meu início de carreira docente na Instituição com colegas

professores das disciplinas de Construção de Estradas, Máquinas e Equipamentos e Mecânica dos Solos como os extraordinários professores Túlio Oliveira de Souto, Flávio Márcio de Sena Fernandes, Carlos Guedes Alcoforado, Pedro Xavier, Albertino Cruz, Carlos Bittermilher de Araújo, Otacílio Alves de França Júnior, Vladimir Souto e Armando Freitas.

No laboratório de estradas, ainda fui apresentado à beleza da Topografia, disciplina que, de tão bela e interessante, me atraiu de forma irresistível para incorporar-me à equipe de professores que ministravam disciplinas na área da Topografia para os cursos de Estradas, Edificações, Saneamento, Geologia e Mineração, dentre os quais destacaria os irmãos Aristófanos e Eurípedes Medeiros, William Barreto, Valdeci Dias e Alcides Fernandes e Silva Filho (Júnior). A oportunidade de ensinar disciplinas que propiciavam a integração perfeita entre teoria e prática possibilitou-me desenvolver aulas memoráveis, tanto no espaço intramuros da ETFRN como também em aulas externas, visitando obras de construção e manutenção de rodovias nas disciplinas do Curso Estradas.

Colaborando com os colegas professores dos cursos de Geologia e de Mineração, igualmente tive a oportunidade de associar a prática com teoria de forma ideal, incorporando conteúdos específicos para a área das Geociências às aulas, tendo, inclusive, participado de aulas de campo visitando afloramentos de formações geológicas pelo Estado.

Essa dedicação integral à Instituição, tanto às turmas do Curso de Estradas como às turmas dos Cursos de Geologia e Mineração, me conduziu, ainda antes de completar três anos de ETFRN, a funções de apoio administrativo, tendo atuado como Coordenador do Curso de Estradas no período 1993 a 1994. Além das aulas e atividades administrativas, foi muito gratificante ter podido organizar eventos no Auditório da ETFRN (atual auditório “Pedro Silveira e Sá Leitão”) abordando temáticas tão relevantes e até hoje instigantes, como “Obras de Combate à Seca”, “Transposição do São Francisco” e “Infraestrutura de Transportes”, bem como participar apoiando ativamente as equipes esportivas do campeoníssimo Curso de Estradas nos memoráveis Jogos Internos da ETFRN. Lembrar da festa maravilhosa que era a abertura dos Jogos Internos dá muita saudade e satisfação em ter dado minha parcela de contribuição na construção dessa época tão bonita da Instituição.

Com a transformação da ETFRN em CEFET/RN em 1994 e a incorporação dos Cursos de Estradas e Edificações em uma Área de Conhecimento – Construção Civil –, agrupando-se os professores dos dois cursos em uma equipe agora integrada, pode-se dizer que algo se perdeu nessa transição e transformação na estrutura organizativa da Instituição. Nesta transição, o laboratório de estradas deixou de existir como unidade organizativa na infraestrutura física da Instituição.

Justo nesse momento de transição, fui selecionado, em 1995, para ingresso no Mestrado de Geotecnia na Universidade Federal de Pernambuco, regressando ao então CEFET/RN no ano de 1997. Nesta época, já nos dedicávamos também a colaborar com os estudos e planejamento para a implantação do primeiro Curso Superior de Tecnologia na Área de Construção Civil no CEFET/RN, embrião do atual Curso de Bacharelado em Engenharia Civil na Instituição.

Lembro também, com muita alegria, da participação na orientação de trabalhos e exposição de estandes da Área de Construção Civil nas feiras de ciências e tecnologia (EXPOTECs), bem como na oferta de minicursos de diversas disciplinas e campos do saber da Construção Civil e área de Indústria de O&G, tanto para discentes da Instituição como para a comunidade externa.

Na volta do doutoramento e com a implantação do Curso Superior de Tecnologia na Área da Construção Civil, passando a atuar também no ensino superior, foi criado o primeiro grupo de pesquisas da área da Construção Civil, denominado “Qualidade e Produtividade na Construção Civil”, tendo sido desenvolvidos projetos de pesquisa versando sobre temas nas áreas da Geotecnia e da Patologia das Construções.

Na área específica da manutenção predial, destaco a participação na presidência de comissão constituída para plano e projetos de manutenção e recuperação da infraestrutura da unidade sede (Comissão instituída pela Portaria nº 680/2008-DG/CEFET-RN: Plano e Projetos de Manutenção e Recuperação da Infra-Estrutura da Unidade Sede), tendo sido desenvolvido relatório dos trabalhos em conformidade com as deliberações durante a realização das reuniões, adotando-se como método para o desenvolvimento dos trabalhos para a elaboração do plano e projetos de manutenção e recuperação da infraestrutura da Unidade Sede, a realização de inspeção prévia em componentes diversos constituintes de ambientes físicos da

Unidade Sede, com a participação de alunos concluintes sob a supervisão de professores membros da comissão.

Foram priorizadas, nos primeiros trabalhos de inspeção, as atividades de avaliação do estado de conservação da estrutura dos reservatórios superior e inferior da Unidade Sede, o que resultou em relatório específico entregue à Direção Geral do CEFET-RN, documento este elaborado sob a responsabilidade dos professores Alexandre Pereira e Valtencir Gomes. O relatório, além de tratar do levantamento dos danos nas estruturas, também tratou da definição de procedimentos para a recuperação das estruturas e estimativa de orçamento para os serviços dos reparos considerados necessários.

Visando melhor subsidiar o processo de análise dos danos observados na infraestrutura física, bem como distribuí-los espacialmente na Unidade Sede, foi proposta a elaboração de planta com a locação das áreas críticas e indicação de problemas típicos de manutenção dos espaços físicos, bem como da apresentação de relatório fotográfico dos locais. Como procedimento metodológico para a condução dos trabalhos da Comissão ao resultado final correspondente à elaboração do plano, considerou-se a necessidade da definição de critérios para os projetos de recuperação, mediante suas especificações técnicas, bem como a proposição de modelo de rotinas básicas de manutenção predial e de manual de manutenção predial de caráter preventivo e corretivo e orçamento estimativo para implementação de plano de manutenção e para serviços de manutenção predial corretiva.

No Relatório entregue à Direção Geral do CEFET/RN como resultado dos trabalhos da Comissão instituída pela portaria nº 680/2008-DG / CEFET-RN, destacou-se que o advento do centenário da implantação do ensino profissionalizante no estado do Rio Grande do Norte, com a criação da Escola de Aprendizes Artífices no ano de 1909, bem como o atual processo de expansão então vivenciado pela CEFET-RN, com a implantação de diversas Unidades Descentralizadas no interior do Estado e, principalmente, em função da iminente transformação da Instituição em Instituto Federal de Educação, tem induzido diversas ações no sentido de promover investimentos na ampliação e adequações na infraestrutura física da Instituição.

Ressaltou-se ainda, no relatório, que “o contínuo processo de desenvolvimento da Instituição no decorrer desses quase cem anos,

sendo que praticamente a metade desse período (1967 - 2008) possuindo como cenário principal os ambientes físicos que constituem a Unidade Sede, provocou o crescimento ininterrupto das instalações físicas da Instituição, conduzindo à marca de aproximadamente 75.000m² de área de construções à época do levantamento (60% de área coberta e 40% de área descoberta) encravadas em terreno com 90.000m² situado em uma das áreas mais valorizadas do município de Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte”.

Destacou-se, por conseguinte, que as instalações físicas da Unidade Sede do CEFET-RN constituem importante patrimônio, que deve ser adequadamente preservado e submetido a um permanente processo de manutenção predial, para que se promova o desempenho satisfatório dos componentes das edificações, tanto em relação ao aspecto estético como em relação à funcionalidade e segurança das construções que integram a infraestrutura física da instituição.

Sensibilizada com a necessidade de implementar ações no sentido de buscar a garantia de desempenho satisfatório para a infraestrutura física da Unidade Sede, a Direção Geral da Instituição constituiu então a comissão, mediante a portaria nº 680/2008-DG/CEFET-RN, para tratar da elaboração de planos e projetos de manutenção e recuperação da infraestrutura da Unidade Sede, sem dúvida bastante afetada pela ação das intempéries ao longo de mais de 40 anos de contínua utilização por diversas gerações de estudantes.

A portaria constituiu a comissão encarregada da realização de trabalhos com a participação de alunos concluintes das disciplinas de “Patologia e Recuperação de Estruturas” e de “Manutenção Predial”, ambas integrantes da grade curricular do Curso Superior de Tecnologia em Construção de Edifícios.

Ademais, para ressaltar a importância do tema, a implementação de sistema de manutenção atende às recomendações da NBR 5674 da ABNT, de Setembro de 1999, e ao disposto no Código Brasileiro de Defesa do Consumidor CDC (Lei Nº 8.078, de 11 de Setembro de 1990), artigo 50. A prioridade na ordem de reparos ou soluções se baseou na conclusão final das recomendações do Sistema de Manutenção.

Convém que se destaque, entretanto, ainda que muito me orgulha ter podido contribuir em ações diversas de cunho administrativo e no desenvolvimento de atividades de pesquisa e publicação de livros, artigos

em periódicos e comunicações em eventos científico-tecnológicos diversos, totalizando mais de 60 trabalhos em congressos nacionais e internacionais. Considero, como já destacado, que a minha principal contribuição como docente no IFRN consiste na oportunidade de propiciar aos discentes a contínua integração entre teoria e prática nas áreas da Construção Civil, Recursos Naturais e Indústria de O&G, compatibilizando sempre a atividade de docente com as desenvolvidas nas correspondentes áreas do mercado de trabalho.

Ter podido conciliar a minha atuação funcional como docente do IFRN a partir do ano de 2008 – em tempo parcial, 20h – com as atividades desenvolvidas no cargo isolado de especialista em infraestrutura sênior no gerenciamento de projetos complexos e de grande porte na área da infraestrutura no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, contribuíram de forma relevante para a melhoria das aulas no Curso Técnico de Estradas, resgatado a partir de 2010, propiciando a utilização de estudos de caso e visitas (figuras 3 a 6) a obras sob a responsabilidade da Superintendência Regional do DNIT no Rio Grande do Norte (DNIT-RN).



Figura 3

aula de campo com alunos do Curso Técnico de Estradas – visita a obras de recuperação de pavimento na BR-406 (2017).

Fonte: acervo do autor



Figura 4 e 5
aulas de campo com alunos do Curso Técnico de Estradas
em visita às obras do contorno rodoviário de Caicó (2012).

Fonte: acervo do autor



Figura 6

aula de campo com alunos dos Cursos de Engenharia Civil e do Técnico de Estradas – visita a obras de acessos a parques de aerogeradores em Lajes/RN (2022).

Fonte: acervo do autor

A atuação como servidor público na docência e em cargo técnico na área de infraestrutura de transportes propiciou a vivência no desempenho de atividades de estudos, projetos e obras de infraestrutura, viabilizando a transferência aos alunos de saberes teórico-práticos do setor de grandes obras de engenharia, organizando e conduzindo visitas técnicas periódicas às obras viárias, bem como conduzindo muitos alunos a estágios acadêmicos e colocações profissionais na área de infraestrutura de transportes, tendo sido professor homenageado em diversos anos pelos alunos concluintes do Curso Técnico de Estradas (figura 7).

Em consonância com a atividade docente de ensino na área de infraestrutura rodoviária, foram desenvolvidas atividades de pesquisa e de formação na área, com publicação de livro pela Editora do IFRN sobre a análise de investimentos em infraestrutura, que possui relevante apelo regional, tendo em vista que os casos apresentados como exemplos são referenciados a empreendimentos na Região Nordeste do Brasil.



Figura 7
colação de Grau
do Curso Técnico
de Estradas –
professor home-
nageado da turma
2013.

Fonte: acervo do autor

Voltando às contribuições decorrentes das atividades de pesquisa enquanto docente do IFRN, a produção do livro “Análise de Investimentos em Infraestrutura de Transportes” em 2011 foi resultado de projeto de pós-doutoramento desenvolvido no Departamento de Economia da *Escuela Técnica Superior de Ingenieros de Caminos, Canales y Puertos* da Universidade Politécnica de Madri, que foi financiado pela CAPES/MEC mediante Programa de Bolsa de Estudos para Estágio Pós-Doutoral no Exterior - Processos Seletivos em 2010 (Edital DRI/CGBE nº 10/2009), intitulado “Análise de Investimentos em Infraestrutura de Transportes: Estudo de Caso Referente à Região Nordeste do Brasil”.

O trabalho de pesquisa apresentou como objetivo fundamental o estudo sobre métodos de análise de investimentos aplicados ao setor de transportes, com abordagem mediante estudos de caso.

Na pesquisa, os métodos de análise foram avaliados em estudos de caso referentes a investimentos governamentais no setor de infraestrutura de transportes na Região Nordeste do Brasil, na forma de estudo comparado, com a recente experiência espanhola em investimentos em infraestrutura de transportes utilizada como marco referencial.

No projeto de pesquisa, foram considerados, além do estudo dos métodos de análise de investimentos em infraestrutura de transportes, contextualizados ao espaço geográfico da pesquisa, aspectos particulares referentes a investimentos no escopo de programas

governamentais no setor, bem como modelos para o monitoramento e avaliação dos resultados dos investimentos na área de estudo.

O desenvolvimento das atividades de pesquisa propiciou a análise e reflexão sobre a aplicabilidade de métodos de avaliação de investimentos em obras de infraestrutura de transportes, mediante a analogia com a experiência espanhola em obras congêneres. Foram disponibilizadas à comunidade acadêmica e gestores governamentais, que tratam de temas relacionados com a implementação e monitoramento de projetos no setor de infraestrutura de transportes, informações advindas das conclusões dos estudos de caso capazes de propiciar melhor fundamentação e referenciais teórico-práticos à luz da analogia com a experiência espanhola no setor.

O interesse pelo tema da avaliação socioeconômica de projetos representa uma motivação para incorporar, ao fazer docente, a qualificação de servidores públicos atuantes na área de planejamento e projeto, tendo buscado a qualificação para atuar como instrutor (facilitador) no programa “Avaliação Socioeconômica de Projetos - ASP” da Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, realizando a qualificação/cadastramento na ENAP em 2010.

A minha atuação como instrutor, tutor e conteudista na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) iniciou em 2011, participando, além do programa “Avaliação Socioeconômica de Projetos”, como integrante do programa “Gerenciamento de Projetos”, atuando como facilitador nas ofertas “Transformando Ideias em Projetos” e “Priorizando e Selecionando Projetos” da ENAP, ação relacionada com a experiência adquirida em estudos e pesquisas na área de análise de projetos de infraestrutura de transportes, com destaque aos estudos de caso desenvolvidos, conteudista da “Oficina Avaliação Socioeconômica de Projetos Rodoviários” e do curso “Estatística Aplicada à Avaliação de Projetos” da ENAP (Figura 8).

Paralelamente às atividades docentes no IFRN e de instrução da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, a atuação como professor-pesquisador nas áreas de Geotecnia, Infraestrutura de Transportes e Gerenciamento de Projetos propiciou a divulgação em eventos técnico-científicos com expressão nacional e internacional, como se apresentam a seguir se apresentam nas figuras 10 e 11, que correspondem, respectivamente, à participação em evento internacional



Figura 8

momento de registro com turma em final de oficina ministrada na ENAP (2012).

Fonte: acervo do autor

sobre gestão de grandes obras de infraestrutura e no 51º Congresso Brasileiro de Mecânica dos Solos e Engenharia Geotécnica em 2012 (COBRAMSEG 2012), atuando como secretário em sessão técnica tratando sobre ensaios de campo na engenharia geotécnica.



Figura 9

facilitador da oferta "Priorizando e Selecionando Projetos" (ENAP: 2019).

Fonte: acervo do autor



Figura 10
momento de registro com turma em final de oficina ministrada no *Curso Internacional sobre Gestión de Grandes Obras de Infra-estructura* (2011).

Fonte: acervo do autor



Figura 11
integrando mesa em evento científico nacional – COBRAMSEG 2012.

Fonte: acervo do autor

Convém destacar que a participação no COBRAMSEG 2016 gerou a publicação de um trabalho intitulado “Análise de Perfis de Conteúdo de Matéria Orgânica em Depósito de Solos Moles no Vale do Rio Curimataú com Ocorrência em Obra Rodoviária na Duplicação da BR-101/RN”, em parceria com engenheiro do DNIT e aluno colaborador, apresentando resultados das investigações geotécnicas em depósito de argila mole em quatro áreas dentro do aterro da estrada situado no cruzamento da rodovia federal BR-101 sobre os depósitos de solo mole estende na região do vale do rio Curimataú, localizada no estado do Rio Grande do Norte, em mais um exemplo da linha de ação de associar a atividade de pesquisa à prática da engenharia com objeto de estudo fundamentado em situações-problema concretas.

Na área da Gestão Logística e Defesa, atuou como instrutor da Escola Superior de Guerra (ESG), na edição 2016 do “Curso de Logística e Mobilização Nacional” (figura 12), bem como desenvolveu, no período de 2017 a 2018, pesquisa na área de “Gestão Institucional e Liderança Estratégica” no Núcleo de Estudos Prospectivos do Centro de Estudos Estratégicos do Exército (figura 12). Desenvolveu atividades como pesquisador voluntário no Instituto Pandiá Calógeras do Ministério da Defesa no período de 2017 a 2018, realizando o projeto “Gestão Institucional e Liderança Estratégica - Avaliação da Base Logística de Defesa e das Políticas Públicas Aplicadas ao Setor de Infraestrutura de Transportes”, com destaque para questões relacionadas com o levantamento de necessidades de infraestrutura e logística do Exército Brasileiro, experiência considerada plenamente satisfatória e consoante o pensamento de busca pela soberania, desenvolvimento e integração nacional.



Figura 12

entrega de diploma de participação como instrutor no curso de Logística e Mobilização Nacional (2016).

Fonte: acervo do autor

A atuação como pesquisador no NEP/CEEEx e no Instituto Pandiá Calógeras rendeu como frutos à comunidade acadêmica a publicação de trabalhos tratando de temas de interesse comum, versando sobre a avaliação de processos de planejamento e gestão estratégica, abordando temas nas áreas da logística e infraestrutura de transportes, com destaque para a importância da intermodalidade em operações na Região Amazônica, atendendo às necessidades de prestação de serviços públicos a comunidades localizadas em regiões inóspitas, conciliando

ações e objetivando o desenvolvimento socioeconômico com a segurança e defesa nacionais.

Percebe-se que a associação da trajetória acadêmica na pós-graduação à resolução de problemas relacionados com demandas no setor de infraestrutura, sem dúvida, permeou todas as minhas atividades desenvolvidas enquanto servidor público, implicando em benefícios para a sociedade auferidos de forma racional e criteriosa, postura que o gestor público deve sempre adotar. A expertise na área de infraestrutura de transportes, associada à alocação adequada dos recursos, valida a liderança e traz mais segurança na condução dos processos de transformação decorrentes das ações na Educação e na Mobilidade das pessoas e bens.



Figura 13
apresentando resultados de pesquisa em Workshop no NEP/CEEEX (2017).

Fonte: acervo do autor

Considerando-se que as ações desenvolvidas na trajetória docente foram direcionadas fundamentalmente para a área de transporte e logística, setores intimamente relacionados com a acessibilidade à Educação, os principais públicos impactados pelos projetos desenvolvidos são aqueles que mais necessitam, seja pela dificuldade de acesso ou devido à carência de meios de transporte para as pessoas.

Durante a minha trajetória, diversos foram os parceiros que contribuíram para os resultados alcançados, dentre os quais destacaríamos as Universidades, a CAPES, a Escola Nacional de Administração Pública, a Escola Superior de Guerra e o Núcleo de Estudos Prospectivos do Exército, instituições que foram muito importantes para a execução da

ideia da utilização de abordagem do estudo de caso como alternativa para o desenvolvimento de trabalhos de pesquisa e de capacitação de servidores.

O trabalho realizado em equipes motivadas e interessadas no propósito comum tornou o atingimento das metas previstas no planejamento das atividades mais fácil, tendo sido observados que os níveis de esforço foram condizentes com o previsto e os resultados foram até mesmo superados na expectativa planejada. Como exemplo da superação de resultados decorrentes da trajetória docente, podem-se citar dois casos emblemáticos que foram objeto de pesquisa e de oficinas de capacitação: convergência de interesses de transporte e de segurança/defesa referente ao arco logístico da Região Norte, bem como a adequação de capacidade da rodovia BR-101 no Nordeste.

Nessa linha de atuação, o livro “Análise de Investimentos em Infraestrutura de Transportes” (Editora do IFRN: 2011; ISBN 978-85-8161-022-1), resultante da realização de trabalho de pesquisa cujo objetivo fundamental foi o estudo sobre métodos de análise de investimentos aplicados ao setor de transportes, apresentou estudos de caso referentes a investimentos governamentais no setor de infraestrutura de transportes na Região Nordeste do Brasil, na forma de estudo comparado, com o marco referencial sendo a experiência espanhola recente em investimentos em infraestrutura de transportes. Considerou-se, no projeto de pesquisa, além do estudo dos métodos de análise de investimentos em infraestrutura de transportes, contextualizados ao espaço geográfico considerado no estudo, aspectos particulares referentes a investimentos no escopo de programas governamentais no setor, bem como modelos para o monitoramento e avaliação dos resultados dos investimentos na área de estudo.

O desenvolvimento das atividades de pesquisa propiciou a análise e reflexão sobre a aplicabilidade de métodos de avaliação de investimentos em obras de infraestrutura de transportes, mediante a analogia com a experiência espanhola em obras congêneres. As fontes de informações utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa sobre a utilização de métodos de análise de investimentos em infraestrutura de transportes – mediante estudo de caso referente à região Nordeste do Brasil e mediante estudos comparados e analogias com a experiência espanhola recente – resultaram na implementação de amplo programa de investimentos em obras de infraestrutura de transportes.

Outra ação relevante nesta mesma linha de trabalho – análise de investimentos em infraestrutura de transportes – foi a elaboração de projeto na Chamada Pública 001/2010 (Cátedra IPEA/CAPES para o Desenvolvimento), mediante utilização de resultados e conclusões advindas do trabalho de pesquisa e segundo metodologia de pesquisa proposta no Projeto (Estudos de Caso), conforme estudo comparado, e o marco referencial utilizado foi a experiência internacional em investimentos em infraestrutura de transportes.

Em relação aos resultados e legados que ainda gostaria de enfatizar como contribuição relevante na divulgação científica, poderíamos destacar projetos na área da preservação do patrimônio edificado, tendo em vista o aspecto estratégico do setor e o fato de ter publicações em eventos nacionais e internacionais versando sobre a temática (figura 14), o que conduziu recentemente à publicação do livro “Obras de Restauro do Patrimônio Histórico: Coletânea de Casos de Recuperação de Edifícios Patrimoniais”, obra produzida em 2019 e editada pela Editora do IFRN, distribuída para diversas superintendências do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e instituições de ensino e pesquisa brasileiras.



Figura 14

Congresso Internacional na Área de Preservação do Patrimônio Edificado em Lisboa – Portugal (CONPAT, 2015).

Fonte: acervo do autor

Sobre a contribuição na área da divulgação científico-tecnológica referente à publicação do livro tratando sobre a temática do restauro

de edificações históricas, a obra apresenta referenciais teóricos nacionais e internacionais na área do restauro de edificações patrimoniais e apresenta experiências e boas práticas à luz da vivência em mais de trinta anos de atuação na área da preservação do patrimônio edificado, consistindo em iniciativa de divulgação de ações relacionadas com a difusão de boas práticas na área do restauro e educação patrimonial.

A publicação da obra, além do interesse natural para os que atuam na área do restauro, quer seja academicamente ou na prática da execução dos serviços e obras, possui por objetivo motivar os profissionais atuantes na área do restauro e da preservação de edificações com valor patrimonial, a publicar suas experiências, enriquecendo e propiciando o desenvolvimento de virtuoso ambiente de circulação, discussão e propagação de ideias e práticas de restauro de edificações patrimoniais, fundamental para a consolidação da cultura da valorização e do zelo com nossas obras históricas.

Por fim, o livro “Obras de Restauro de Prédios Históricos: Coletânea de Casos de Recuperação de Edifícios Patrimoniais” (Editora do IFRN: 2019; ISBN 978-85-94137-70-8) consiste em ação viabilizada mediante a participação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte que, por intermédio da Editora do IFRN, mediante processo de seleção pública. A produção do livro foi realizada em parceria com o eng. Alcio da Costa Pereira, meu irmão, que tinha recentemente concluído Mestrado Profissionalizante em Arquitetura, tendo atuado como coautores de diversos dos capítulos do livro. Também participaram como coautor em capítulos da obra o eng. Manoel Pereira da Silva (pai dos organizadores), professor aposentado da UFRN da área da engenharia civil (análise e projeto de estruturas de edifícios).

Destaco, ainda, como contribuição na área da divulgação científica e tecnológica, a publicação do livro “Ensaio Dilatométrico em um Depósito de Argila Mole do Bairro do Ibura (Recife/PE)” (Editora do IFRN: 2021) - ISBN 97865 86293 869. [<https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/2160>]. A obra trata da republicação da dissertação resultante do curso de mestrado em Engenharia Civil desenvolvido no Centro de Tecnologia e Geociências da Universidade Federal de Pernambuco no período de 1995 a 1997, publicação alusiva, portanto, ao 25º aniversário da dissertação “Ensaio Dilatométrico em Depósito de Argila Mole no Ibura, Recife, PE”, que consistiu em trabalho reconheci-

do como destaque na pesquisa na área de conhecimento da Geotecnia, recebendo o Prêmio “Icarahy da Silveira”, outorgado pela Associação Brasileira de Mecânica dos Solos e Engenharia Geotécnica (ABMS) na data de 08 de novembro de 1998, durante o evento “Congresso Brasileiro de Mecânica dos Solos – XI COBRAMSEG.

Por fim, outra contribuição que considero relevante na linha de contribuição pra a divulgação científica e tecnológica no IFRN foi a autoria do Capítulo “Obras de Infraestrutura Hídrica: Necessidade Imperiosa para o Semi-Árido Potiguar” integrante do livro “Potencialidades e (In)sustentabilidade no Semi-Árido Potiguar (CEFET/RN: 2005; ISBN 85-89571-03-3).

Considerações Finais

Considero uma tarefa bastante desafiadora e ao mesmo tempo prazerosa a de reviver a trajetória na Instituição em que, no dia 21 de dezembro de 2022, completei trinta e dois anos de serviço público.

Muito nos orgulha ter conseguido atuar sempre me pautando na Educação Pública de qualidade como guia em minha trajetória, propiciando superar todas as barreiras e dificuldades encontradas, atuando sempre buscando conciliar a prática com a teoria, objetivando aproximar os estudantes do mundo do trabalho, bem como realizando pesquisas mediante estudos de caso e trabalhos relevantes na divulgação científica tecnológica nas áreas de infraestrutura de transportes, geotecnia, avaliação e gestão de projetos.

Como maiores lições aprendidas na trajetória como docente no IFRN, poderia destacar a busca pelo relacionamento cordial e produtivo com todos os colegas de trabalho e alunos. A experiência adquirida na Instituição me permite indicar como fundamental fio condutor no cumprimento dos deveres como servidor público, o propósito do trabalho associado ao espírito público.

Exercer liderança natural nas equipes não pode ser vista como privilégio ou prêmio, visto que muito mais se avoluma a dimensão da responsabilidade e reconhecimento pelo exemplo.

Trabalhar incansavelmente pelo bem comum das pessoas, agir sempre em favor do bom uso dos recursos públicos com zelo, probidade, eficiência e transparência, são atributos preciosos e que nos acompanham

na trajetória, como bons amigos. Ser justo na conduta motiva e alegra as pessoas, e ainda serve como estímulo a tantos outros profissionais públicos que atuam na área da educação a também terem maior compromisso e engajamento para a obtenção de melhores resultados para a sociedade.

Me vem à lembrança, no instante em que encerro estas linhas do memorial, os mesmos versos do sábio sacerdote D. Helder Câmara, presentes em sua obra “O Deserto é Fértil” e que fiz constar na minha dissertação de mestrado:

*Inicia teu filho no amor
aos horizontes largos
E ensina-lhe a criar
amplos horizontes interiores,
preciosos, sobretudo,
se a vida reduzi-lo
a uma nesga de céu.*

Também me vem à mente o trecho do pensamento pragmático do insigne engenheiro Agustín de Betancourt, presente em sua obra “Sobre las cualidades de un Ingeniero de Caminos”, que registrei na página de dedicatórias em minha tese de doutoramento:

...En fin, permítasenos decirlo, tener una educación no vulgar, la cual no solamente hace recomendables los hombres en el trato con los demás, sino que también da aquel discernimiento y aquel tacto fino que en ciertos casos suele servir aún más que la ciencia.

Finalmente, gostaria de registrar que muito me alegra exercer a profissão docente com zelo e competência em uma Instituição de tradições e de excelência como o IFRN.



DA ETEFRN AO IFRN,
UMA TEMPORADA DE
CONHECIMENTO

Wyllys Abel Farkatt

A minha trajetória de vida profissional com a instituição agora denominada de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN é bem antiga. Eu nasci em Natal e ainda criança fui morar no Estado do Rio de Janeiro e lá eu vivi toda a trajetória de minha educação básica até concluí o antigo Segundo Grau. Nesse período, uma das alternativas de estudos visando uma formação profissional era o acesso a Escola Técnica Federal do Rio de Janeiro – Celso Suckow da Fonseca, onde o meu irmão mais velho havia concluído o curso técnico em mecânica. Eu não consegui ser aprovado no sempre muito disputado exame de seleção quando terminara o primeiro grau.

Quando eu retornei a este Estado do Rio Grande do Norte, no início do ano de 1982, fui aprovado para o curso de eletrotécnica na então ETFRN. Era a primeira que tinha contato com um sistema de ensino em que as disciplinas eram cursadas em sistema de créditos e em período semestral. As atividades avaliativas tanto eram teóricas como práticas e o regime disciplinar, embora bem hierárquico, previa uma relação dialógica mais próxima com os coordenadores de curso, geralmente professores de disciplinas, promovendo uma relação com a instituição que favoreceria o nosso crescimento pessoal e intelectual, uma formação que pode ser denominada de cidadã.

A “Escola” (é assim que a chamávamos e, para muitos de nós ainda hoje é a mesma denominação) representava um lugar de construção de identidade. Os momentos de aprendizagem ali vividos com diferentes professores nos faziam entender o que é o sentimento de pertencimento a um lugar, seja pelo grau de amizade construída com nossos colegas de turma e de curso, seja pelo nível de formação integral que construíamos durante o curso. Foram momentos intensos até hoje marcados como tatuagem. Como bem nos fala o pensador Edgar Morin, na obra O Método 4, há uma intrínseca relação entre conhecimento e cultura que se constitui um “imprinting cultural”. Esses foram de grande valia para os momentos futuros a serem vividos em nossa formação em nível superior na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

Eu retornei à “Escola” no ano de 1995, agora como professor concursado na disciplina de Biologia, para trabalhar na então recém-inaugurada Unidade de Ensino Descentralizada – Uned, no município de Mossoró. Éramos poucos servidores docentes, praticamente um para cada disciplina propedêutica e algumas disciplinas técnicas. Os servidores

técnico-administrativos eram em maior número, para abranger todas as atividades necessárias para o fortalecimento do trabalho docente e de apoio aos discentes. Mais uma vez, eu retornava ao lugar de minha maior identidade profissional.

A “Escola” vivia o momento de implementação do novo Projeto Político Pedagógico – PPP, que trazia mudanças inovadoras e substanciais em seu sistema educacional. Além das proposições pedagógicas mais atuais, em vista das transformações políticas e econômicas pelas quais o Brasil começava a passar, eu destaco a forma com que todas as dimensões do fazer institucional estavam descritas no PPP-94, superando o hierarquismo rígido do modelo tecnicista, para o modelo democrático das corresponsabilidades entre os diversos níveis hierárquicos institucionais. Diagramadas no documento na forma de uma mandala, as diversas dimensões do fazer da instituição estavam centradas em torno do “ser” principal, o estudante, e tudo o que deveria ser realizado era para o seu desenvolvimento moral e intelectual.

Durante o ano letivo de 1995 na Uned Mossoró, eu tive a oportunidade de atuar, escolhido pelos pares, como gestor institucional por uma semana, em substituição ao coordenador do curso técnico em eletrotécnica. Nessa oportunidade, eu pude vivenciar o quão a nossa instituição é importante também na formação política dos estudantes, a partir de uma ação do Grêmio Estudantil “Valdemar do Pássaros”, questionando a Direção da Unidade quanto as mudanças das regras da pré-matrícula para o ano seguinte.

Foi a partir de Mossoró que eu e muitos outros colegas passamos a vivenciar o que hoje está normatizado como “edital de remanejamento”. Fui “remanejado”, para a época, “Unidade Sede”, sendo lotado na Coordenação de Tecnologia Ambiental – COTAM, oriunda da Coordenação do curso de Saneamento.

A partir desse retorno foi que eu consegui o meu crescimento profissional em nível de pós-graduação. No ano de 1996, fiz a especialização em Bioecologia pela UFRN fazendo o levantamento de termitofauna (diversidade espécies de cupins), trabalhando na Estação Ecológica do Seridó – ESEC Seridó, no município de Serra Negra do Norte – no Estado do Rio Grande do Norte. No período dos anos de 1998 a 2000, eu tive a autorização de afastamento para cursar o mestrado do programa Regional de Desenvolvimento e Meio Ambiente – Prodema,

na Universidade Federal da Paraíba – UFPB, na cidade de João Pessoa, no Estado da Paraíba. O trabalho foi desenvolvido na avaliação da ecotoxicidade de efluentes industriais do Rio Gramame, João Pessoa, Paraíba. Por fim, no período dos anos de 2004 a 2007, concluí o meu doutorado em Educação, na UFRN, com a tese “Uma ecologia de base complexa”, na qual defendemos que os saberes ecológicos das pessoas que estão fora da ciência acadêmica, os “saberes da tradição”, são tão importantes e verdadeiros quanto os conhecimentos da ciência ecológicos acadêmica. Mostramos que ambos, conhecimento científico e saberes da tradição, podem e devem ser conhecidos por todas as pessoas para que essas possam desenvolver o pleno emprego da inteligência geral.

Além do desenvolvimento acadêmico em nível de pós-graduação, a instituição me oportunizou participar de um sem-número de capacitações de diferentes cargas horárias, bem como estar presentes em eventos científicos diversos que me proporcionaram um nível de formação continuada necessário ao exercício das minhas atividades acadêmicas dentro e fora da instituição, ampliando a participação junto à comunidade externa.

Ao mesmo tempo em que eu desenvolvia as minhas atividades acadêmicas, me foi oportunizado participar de diversas atividades de gestão institucional que ampliaram ainda mais a minha compreensão de quão importante é o IFRN para a sociedade. Foram 20 anos em atividades de gestão, em que eu pude vivenciar as transformações organizacionais ocorridas na instituição.

No ano de 1999, a ETFRN passou a ter maior autonomia didático-pedagógica e ofertar os seus primeiros cursos superiores de tecnologia, formação de professores e pós-graduação, ampliando o conjunto de ofertas de cursos. A nova denominação passava a ser Centro Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – CEFET-RN. As mudanças não pararam pela nomenclatura: essas viriam a ser ancoradas em um novo PPP que abarcasse novos objetivos e as novas finalidades. As mudanças também ocorreram nos seus símbolos. A “peça de engrenagem”, símbolo do ensino técnico profissional, é substituído por um desenho abstrato formado por duas figuras geométricas, em menor tamanho círculo ovalado, onde dentro tem uma diagramação da letra “C”, suportado por triângulo escaleno. As cores, o azul e o vermelho, por sua vez, mantêm-se iguais.

Foram oito anos com a estrutura organizacional de CEFET, quando no ano de 2008 uma nova e mais profunda transformação ocorre: a nova institucionalidade passa a ser equiparada às universidades. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, ou IFs, ampliam ainda mais a sua área de atuação no ensino técnico, na oferta de educação profissional de jovens e adultos, e no ensino superior com as ofertas de formação de professores, bacharelados e engenharias. Nessa mudança, também se fez necessário um novo PPP, bem como as alterações no símbolo: a iniciais IF formadas por quadrados arredondados nos vértices e um círculo representando o “pingo do I”, e as cores que passaram a ser verde e vermelho.

A minha trajetória em funções de gestão começa quando, entre os anos de 2000 e 2004, eu, recém retornado do afastamento para o mestrado, fui convidado pelo então Diretor Geral do CEFET-RN e assumi a Coordenação de Planejamento, vinculada à Diretoria de Administração. Atividades completamente distintas da minha formação acadêmica até o momento me impunham um novo desafio profissional. No período de 2004 a 2006, atuei como coordenador do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental da Diretoria de Recursos Naturais da unidade sede. No ano de 2007, fui convidado pelo Diretor da Uned - Currais Novos para assumir a Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico daquela unidade, cujo papel se assemelhava bastante com o de um Diretor Acadêmico dos atuais *campi* do IFRN.

Entre os anos de 2008 e 2012, no período de transição de CEFET-RN para IFRN, eu fui convidado pelo então eleito Diretor Geral do CEFET para assumir a Diretoria de Relações Empresariais e Comunitárias - DIREC. A partir do ano de 2009, com a mudança da institucionalidade para IFRN, a Diretoria passou a ser denominada Pró-reitoria de Relações Institucionais – PROINS e, posteriormente, de Pró-reitoria de Extensão - PROEX. Entre os anos de 2012 e 2016, com a reeleição do primeiro Reitor, fui novamente convidado a continuar na gestão assumindo uma nova pasta, a da Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional - PRODES. Por fim, findo o período de gestão sendo eleito reitor para o período entre os anos de 2016 e 2020. Durante esse período, eu exerci também minha as atividades acadêmicas concomitantemente até o ano de 2011, quando por previsão legal e por imposição do volume de trabalho, eu tive que me afastar para dedicar-me exclusivamente à

gestão. Ao concluir essa fase, retornei às minhas atividades acadêmicas, remotamente durante a pandemia e em uma cooperação técnica com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação – SETEC/MEC, recém-concluída e, atualmente, retomo as atividades acadêmicas na Diretoria de Recursos Naturais do *Campus* Natal Central.

Ao longo desses quase 28 anos de instituição, eu pude vivenciar inúmeras situações que foram extremamente relevantes durante a minha trajetória profissional, que só me fizeram aumentar ainda mais o meu sentimento de pertencimento a esta instituição. Resgato inicialmente o primeiro fato, para mim muito marcante, quando do dia em que fui tomar posse do cargo de professor de Ensino de 1º e 2º Grau, na sala de reuniões do gabinete da Direção Geral da ETFRN, que ainda hoje é a sala de reuniões no *Campus* Natal Central – CNAT.

Fomos recebidos pelo Diretor Geral e a equipe dos recursos humanos para os trâmites burocráticos da posse e orientações gerais, especialmente para nós que iríamos trabalhar na recém-inaugurada Uned Mossoró. O fato de ir para uma cidade distante de Natal e ter que ficar parte da semana ausente do seio familiar causava em mim uma inquietude do que estaria no porvir. Então, uma professora tratou de levantar uma das questões de minha inquietude quando perguntou ao Diretor sobre a possibilidade de retorno para atuar na Unidade Sede, visto as possíveis vacância de cargos docentes por ocasião de suas aposentadorias. O Diretor, sem titubear e com a firmeza de um grande gestor, disse para ela a seguinte frase: “professora, em surgindo qualquer vaga aqui em Natal, a senhora e todos dos demais servidores que desejarem vir serão convidados pela ordem de suas classificações no concurso”. Surgia, a partir daquele momento, o processo de remanejamento de servidores consolidado por meio de um processo normativo com provisão editalícia.

Posteriormente, e já atuando no *Campus* Mossoró, eu pude vivenciar um outro momento de atuação da gestão à época, que foi o seminário de integração dos servidores. Um momento em que nos foram apresentadas as diretrizes institucionais legais e infralegais, bem como o novo PPP, com a sua multidimensionalidade e fundamentação teórico-metodológica. Esse tipo de ação de gestão tornou-se uma prática de acolhimento aos novos servidores ao longo dos anos e é emblematicamente lembrada como uma ação proativa na formação

dos servidores. Como parte do processo de reformulação do fazer da Escola na perspectiva da futura “cefetização”, a direção geral tinha uma parceria como CEFET-MG para a formação de servidores para atuar na nova institucionalidade que se vislumbrava no âmbito da gestão. Essa visão estratégica é uma marca indelével de nossa instituição e que fez construir um protagonismo político-administrativo-pedagógico junto as demais instituições da nossa Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – Rede Federal de EPCT.

Após ser remanejando para Natal no ano de 1997, deparo-me com outro movimento no fazer institucional com vistas à cefetização: a elaboração do projeto do CFET-RN para fazer parte do Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP¹³. Todas as coordenações de área trabalharam para preparar os seus subprojetos, que envolviam formação continuada, aquisição de equipamentos, melhoria do acervo bibliográfico, material didático, reformas de espaços físicos e consultorias para a melhoria do trabalho. Esse projeto começou a ser elaborado em 1997 e o convênio foi assinado com o MEC em 1998, sob o número 131/98, começando a ser implementado em 1999.

A partir do segundo semestre do ano de 1999, mesmo me encontrando afastado para o curso de mestrado, fui convidado pelo coordenador da área de Meio Ambiente para, juntamente com outros colegas da área, elaborar a proposta do curso superior de Tecnologia em Meio Ambiente, que posteriormente viria ser denominado de Tecnologia em Gestão Ambiental. O projeto foi aprovado naquele mesmo ano e a primeira turma foi iniciada no ano seguinte.

No ano 2000, o nosso convênio do Proep estava muito atrasado em sua execução e o MEC cobrava mais celeridade do CEFET-RN sob pena de cancelamento do convênio e eu, ao assumir a COPLAN naquele ano, além das atribuições do planejamento, fui designado o responsável direto pela execução. A grande parte das ações do convênio eram para a Unidade Sede, mas a Uned Mossoró também estava contemplada.

13. O Proep foi criado de 1997 por meio da Portaria MEC 1005/97, de 10 de setembro de 1997, tendo seu marco inicial em 24 de novembro de 1997, quando foi assinado pelo Governo brasileiro com o Banco de Interamericano de Desenvolvimento (BID) o Acordo de Empréstimo nº 1.052/OC-BR (GERQUEIRA, 2010).

O CEFET-RN, vivia a época, uma situação orçamentária muito difícil e as ações do convênio permitiram melhorias, principalmente em sua estrutura física e de material didático pedagógico. Destaco aqui a reforma e reforma da biblioteca central Sebastião Fernandes, cujo valor inicial era cerca de 150 mil reais. Contudo, eu pude verificar que, em outras instituições, foi possível praticamente fazer uma nova. Assim, eu conversei com o Diretor de Administração sobre a possibilidade de uma reforma mais ampla. Ele conversou com o Diretor Geral, foi ao MEC e consegui triplicar esse valor para a obra, e assim o prédio teve a sua área física praticamente duplicada. Quanto aos livros, a dificuldade de licitação era imensa, mas foi possível duplicar o acervo. Outra obra importante foi a reforma da Coordenação de Tecnologia da informação para a estruturação de seis laboratórios de informática e a aquisição de equipamentos como computadores e nobreaks. No campo acadêmico, eu destaco as consultorias realizadas para subsidiar o redimensionamento do Projeto Pedagógico do CEFET-RN em 2003.

No período de dois anos em que eu fui o coordenador do curso superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, fui o principal responsável por coordenar o processo da primeira avaliação *in loco* do curso para fins de manutenção do seu credenciamento junto ao MEC. Foi a partir dessa avaliação que a nomenclatura do curso mudou, por recomendação da equipe de avaliação, para atender às regras do Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia – CNCST.

Destaco também que eu tive a oportunidade de elaborar, coordenar e lecionar em um projeto em parceria com a Fundação Nacional de Saúde do Ministério da Saúde – Funasa. Naquela ocasião, a Funasa precisava cumprir um Termo de Ajuste de Conduta – TAC com o Ministério Público Federal – MPU, que previa a certificação dos servidores classificados como inspetores de saúde e auxiliares de saúde, oriundos da extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública – Sucam e possuíam o ensino médico, mas tinham que ter a formação técnica, para desempenhar suas novas funções na Fundação.

O projeto foi elaborado para certificar mais de seiscentos servidores em todo o Brasil, sendo que a maioria deles estavam nas regiões Norte e Nordeste. O projeto foi de um curso técnico subsequente, em que parte da carga horária com certificação de conhecimentos prévios, particularmente do ensino médio, e parte por meio de material digitalizado

enviado para a realização de atividades de pesquisa a serem avaliadas pelos docentes. A parte complementar do curso foi feita presencialmente com os servidores para conteúdos complementares da matriz curricular de disciplinas descrita no Projeto de Plano de Curso aprovado.

Durante o ano em que eu fui designado Diretor de Desenvolvimento Tecnológico da Uned Currais Novos, tive a grata satisfação de atuar como articulador das ações de ensino, pesquisa e extensão realizadas pelos servidores daquela Unidade. Naquela oportunidade, um dos primeiros projetos de pesquisa desenvolvidos em parceria com o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER-RN foi o diagnóstico das queijeiras artesanais da região do município de Currais Novos e posterior capacitação das pessoas que atuavam nesses estabelecimentos para a melhoria do processo produtivo. Para fazer funcionar o Centro Tecnológico do Queijo – CTQueijo, unidade produtora que passava a fazer parte da estrutura física da Uned, colaboramos com a Direção Geral na elaboração e execução do convênio com cooperativas e produtores individuais de leite, para fornecimento de matéria prima para as aulas dos estudantes do curso Técnico em Alimentos. Por sua vez, as entidades parceiras recebiam, em contrapartida, parte dos alimentos lácteos produzidos pelos nossos estudantes com a orientação e supervisão dos docentes e técnicos em laticínios.

Outra atividade importante em que atuei como coordenador e docente foi a oferta da primeira turma do curso de especialização em Educação de Jovens e Adultos, oferecida tanto aos nossos colegas servidores como para servidores das redes municipal e estadual de educação. Ainda no campo acadêmico, eu colaborei para a organização estrutura física e de equipamentos do Polo de Educação a Distância da Universidade Aberta do Brasil – UAB, que funcionava em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Currais Novos. Nesse Polo UAB, eu também atuei como tutor presencial e à distância na primeira turma do curso superior de Tecnologia em Gestão Ambiental.

Ao assumir a DIREC, depois PROINS e finalmente PROEX, eu me deparei com primeiro desafio para a nova gestão no campo das relações interinstitucionais. O CEFET-RN era coexecutor do programa Mulheres Mil¹⁴, cujo objetivo era ofertar, para mulheres que se encontravam em

estado de vulnerabilidade social, cursos de Formação Inicial e Continuada a partir de suas histórias de vida e demandas das próprias mulheres. A meta do Brasil era de capacitar mil mulheres, e cem mulheres no Rio Grande do Norte. O projeto foi tão exitoso que, em 2011, o Governo da República do Federativa do Brasil transformou o programa piloto e um programa nacional para a questão de gênero.

Eu considero igualmente importante a atuação das relações internacionais no âmbito da DIREC/ PROINS/ PROEX, a ampliação das parcerias com diversos países estrangeiros na mobilidade estudantil, merecendo destaque a parceria com a Coreia do Sul, que teve três missões de mobilidade de jovens estuantes recém-formados na área de tecnologia da informação para atuar junto aos nossos estudantes na disseminação das novas tecnologias da área. Ainda na mobilidade estudantil, a nossa participação no Programa Jovens Embaixadores foi presente em todos os anos, permitindo a mobilidade de estudantes carentes para uma missão a instituições educacionais nos Estados Unidos da América, oportunizando para muitos deles serem selecionados com bolsa integral para estudarem em universidades americanas. Destaco aqui, que uma estudante do *Campus* Natal Central foi a oradora de um dos grupos, quando da visita à Casa Branca, sede do governo americano, para a primeira dama Michelle Obama.

No campo da política institucional, a minha atuação como membro do Fórum de Pró-reitores de Extensão – FORPROEXT teve o propósito de contribuir na construção dos principais documentos normativos para atuação da Extensão na Rede Federal de EPCT. Entre os anos de 2010 e 2012, eu fui o coordenador nacional do FORPROEXT e, nesse contexto, atuei com os demais membros da coordenação nacional junto à SETEC/MEC na discussão e elaboração dos documentos normativos iniciais do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico

14. Programa implementado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC) em parceria com a Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica (Redenet), a Assessoria Internacional do Gabinete do Ministro, o Conselho Nacional de Dirigentes dos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (Concefet) e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Sua execução ocorreu em sistema de cooperação entre os governos brasileiro e canadense, representado pela Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (Cida/ACDI) e a Associação do Colleges Comunitários do Canadá (ACCC). (Ministério da Educação, 2022).

co e Emprego – PRONATEC. No IFRN, todas as ações com vistas a implementação, coordenação e prestação de contas da Pronatec estiveram sob a responsabilidade da Proex.

Durante a segunda gestão do primeiro Reitor, eu estive a frente da Prodes. De certa forma, eu retornava ao planejamento da instituição, agora com uma dimensão muito maior. Uma das minhas atribuições à frente dessa pasta era a de substituir o reitor quando ele precisava se ausentar da instituição em diferentes situações, o que por si só impunha tarefas ainda maiores, pois toda a gestão máxima ficava sob minha responsabilidade. Porém, nos fazeres específicos relacionados à Prodes está o processo de elaboração, implantação e acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, um planejamento estratégico exigido legalmente para fins de cumprimento de objetivos e metas em todas as dimensões institucionais. A execução do PDI é avaliada quando do processo de avaliação institucional para fins de credenciamento e conceituação da instituição como uma Instituição de Ensino Superior – IES. Ao final da execução do PDI, em 2019, a instituição foi avaliada com o conceito 4 do MEC, cujo conceito máximo é 5, e o relatório final da comissão de avaliadores aprovou o nosso credenciamento para oito anos, pela primeira vez na história do IFRN.

Eu vivi a minha fase como reitor do IFRN em um dos momentos mais desafiadores para qualquer gestor. Vivenciamos uma mudança de governo na qual não tínhamos a clareza qual era o projeto para a Rede Federal de EPCT. Contudo, a legitimidade do mandato e a solidez institucional nos garantia que tínhamos com enfrentar os desafios que pudessem surgir.

Logo no início da gestão, dois desafios no âmbito da gestão de pessoas no foram impostos pelos órgãos de controle. Por um lado, tivemos que revisar uma diretriz institucional que flexibilizava a carga horária de trabalho dos servidores técnico-administrativo à luz de novas “recomendações” do órgão de controle externo, sob pena de o relatório das contas institucionais a serem enviadas ao tribunal julgador serem “irregulares”. O significado disso seria uma possível intervenção na gestão institucional e a submissão dos gestores a um processo disciplinar por “improbidade administrativa”. Tal cenário exigiu um posicionamento firme e determinado, mas que foi incompreendido por parte da comunidade que seria afetada pela decisão a ser tomada.

Outra situação semelhante ocorreu em relação a um processo de progressão docente anterior à minha gestão. Havia um entendimento por parte também do órgão de controle que o interstício de tempo entre uma progressão e outra estava em desacordo com a legislação vigente. A “recomendação” era que fosse feita a revisão de todas as progressões de todos os docentes da instituição com previsibilidade de devolução ao erário público dos valores percebidos “indevidamente”. Mais uma vez determinamos, junto à Diretoria de Gestão de Pessoas, que procedesse com o processo de revisão das progressões, de tal forma que fosse adequada a legislação vigente. Contudo, agiu-se de forma muito cuidadosa para evitar injustiça, por isso, devido ao tempo passado, praticamente a unanimidade dos docentes permaneceu no mesmo nível de carreira que se encontrava no momento da revisão. Ao mesmo tempo, com a valorosa e efetiva contribuição da Auditoria Interna – AUDIN e da Procuradoria Jurídica Federal – PROJU, demonstrou-se ao órgão de controle e ao Ministério Público Federal - MPF - que os servidores tiveram os seus provimentos majorados de boa-fé, por isso não caberia nenhum tipo de devolução ao erário público. Esse procedimento foi acatado e isso impediu que houvesse qualquer prejuízo, tanto de ordem administrativa como de ordem monetária, aos docentes.

Certamente, a correção desses rumos administrativos foi o que conferiu ao IFRN ter o relatório de contas do ano de 2016, emitido em 2017, aprovado sem ressalvas pelo órgão de controle externo no Rio Grande do Norte. Com isso, saímos da condição de instituição com as contas “irregulares”, resgatando a sua credibilidade e respeitabilidade no trato com o bem público junto à sociedade e as autoridades governamentais.

Essas duas situações, que causaram certo dissabor a instituição, não nos impediram de trabalhar para prover as melhores condições de trabalho e desenvolver projetos pioneiros na Rede Federal de ECPT. Em todas as dimensões, os dados apresentados em nosso relatório de gestão do ano de 2019 revelam o grau de seriedade com que conduzimos o nosso trabalho, o que pode ser constatado pelo 2º melhor Índice de Governança e Gestão (IGG) entre os Institutos Federais e 5º entre todas as instituições federais de ensino do país no quesito Governança e Gestão na Administração Pública Federal.

No ensino, chegou-se a mais de 39 mil estudantes matriculados nos diferentes níveis e modalidade de educação. O índice de permanência

e êxito chegou a 72%. O índice de eficiência acadêmica (concluintes) chegou a aproximadamente 68%, enquanto o índice de eficiência da Instituição foi de aproximadamente 72% e o índice de evasão abaixo do teto previsto no PDI.

Na extensão, foram quase R\$ 3,5 milhões em investimento, com mais de 950 mil pessoas atendidas nos seus 1.221 projetos no período de 2016 a 2019. Foi também o período em que a Instituição captou R\$ 19 milhões em fomento externo para a execução de tais projetos. Mais de 500 mulheres em situação de vulnerabilidade foram capacitadas pelo projeto Mulheres Mil.

Na pesquisa, manteve-se uma média de 460 projetos por ano, através dos 158 grupos de pesquisa registrados no CNPq, ou em parceria com as 16 instituições internacionais com as quais mantém acordos em três continentes. Foi realizada a implantação de um do modelo de governança da Incubadora Tecnológica do *Campus* Natal Central (ITNC), que serviu de modelo para as demais. Houve a inauguração e funcionamento Centro de Tecnologia Mineral, com um modelo de negócio moderno em parceria com a Fundação de Apoio à Educação ao Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande do Norte - FUNCERN, além do registro de patentes e *softwares*.

Na assistência ao estudante, foi possível o atendimento de saúde a mais de 27 mil estudantes e concessão de mais de 19 mil benefícios assistenciais a estudantes em situação de vulnerabilidade. Foram recebidos mais de 40 prêmios nacionais e internacionais, entre eles o 1º lugar no Prêmio Nacional de Estágio do Brasil promovido pelo Sistema da Confederação Nacional da Indústria - CNI. Na integração ensino, pesquisa e extensão, consolidou-se a Semana de Ciência, Tecnologia e Extensão do IFRN – Secitex, como o evento científico representativo do fazer institucional levado a diferentes municípios.

No âmbito administrativo do desenvolvimento institucional, destacam-se a inauguração do *Campus* Avançado Jucurutu, que estava prevista para dezembro de 2020, mas que, por atraso nas obras, não pode ser realizado. Conseguiu-se a autorização de funcionamento do *Campus* Avançado natal Zona Leste, uma reivindicação dos servidores da educação a distância. Destaca-se também a aprovação do novo Plano de Desenvolvimento Institucional, para oito anos, aliada à elaboração de uma solução tecnológica de acompanhamento de sua execução

denominada Farol de Desempenho. Essa ferramenta permite acompanhar, em tempo real, tanto as ações desenvolvidas em todas as dimensões que compõem a máquina administrativa da Instituição, quanto a execução de seu orçamento.

Naquele mesmo ano de 2016, conseguimos implantar usinas de microgeração fotovoltaica em todos os *campi* e reitoria, proporcionado uma economia de custos do consumo de energia da ordem de mais de 1,5 milhão de reais ao ano, alcançando cerca de 27% da energia elétrica total consumida. Ao fim do terceiro ano dessa implantação o IFRN era o terceiro maior produtor de energia fotovoltaica do Estado do Rio Grande do Norte, só atrás de duas grandes empresas privadas, de acordo com Atlas Eólico e Solar do Rio Grande do Norte, publicado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Norte – SEDC-RN. Além disso, o IFRN fez-se apresentar no ranking internacional *UI GreenMetric* como uma das instituições de ensino mais sustentáveis do mundo.

Ao longo de todos esses anos de trabalho como docente que também assumiu funções de gestão no IFRN, eu procurei agir com esmero, dedicação e compromisso público. Tenho um profundo reconhecimento por tudo o que essa instituição centenária me proporcionou como, por isso eu tenho um incomensurável agradecimento aos estudantes que por mim passaram, alguns dos quais hoje são meus colegas de trabalho na DIAREN. Meu mais sincero e profundo agradecimento a todos os meus superiores hierárquicos pela confiança em mim depositada nas atribuições que me foram indicadas a realizar. Um agradecimento afetuoso aos colegas docentes e aos técnicos administrativos que me foram parceiros em tantas atividades teóricas e práticas realizadas em minhas atividades acadêmicas. O meu mais respeitoso, caloroso e humilde agradecimento às equipes de profissionais que atuaram comigo na Proex e na Prodes, e a todos os gestores que estiveram ao meu lado durante o período de reitoria, porque sem eles à frente das pró-reitorias e diretorias sistêmicas, nenhuma das conquistas descritas seria concretizada. Eu sei que essa minha contribuição é apenas um fragmento da mesma história, mas me trazem muita alegria e sentimento de realização.

Referências

CERQUEIRA, M. C. R. **Programa de Expansão da Educação Profissional:** análise do alcance das políticas educacionais. 2010. 101 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Projeto Piloto:** Programa Mulheres Mil. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/programa-mulheres-mil/mulheres-mil-projeto-piloto>> Acesso em 30/10/2022.

MORIN, E. **O Método 4** – As ideias: habitat, vida, costumes, organização. Sulina, 4. ed. 2005.



POSFÁCIO

GOTAS DE
CONHECIMENTO
E ESPERANÇAS

Maria das Graças Baracho

O livro que integra a “Série Rememora” do IFRN, intitulado “**VOZES DO IFRN: cantos que tecem a manhã**”, reúne memórias de professores que iniciaram suas atividades docentes na Instituição entre os anos de 1985 e 1996, período em que a referida instituição era denominada de ETRN. Do ponto de vista pedagógico, foi um período em se deu a construção e a implementação do primeiro projeto político pedagógico (PPP). Este documento, denominado inicialmente de Proposta Curricular, teve sua autorização em 30 de novembro de 1994 pela Portaria nº 1.236/MEC-SEMTEC e foi implementada a partir de 1995. Constituiu-se, à época, em um projeto inovador e, dentre as diversas mudanças ocorridas, destacam-se a transformação dos cursos ofertados em áreas de conhecimentos com suas respectivas habilitações, propiciando ao estudante, após 3 anos de estudos na área, fazer a opção por uma habilitação profissional derivada da área escolhida. Essa decisão político-pedagógica exigiu que as áreas fossem o resultado de uma fusão dos cursos, e cito, como exemplo, a área de conhecimento de Construção Civil, a qual envolveu os conhecimentos básicos de três cursos que eram ofertados: Saneamento, Estradas e Edificações. A decisão permitiu que diversas medidas administrativas fossem tomadas, desde a extinção das coordenações de cursos até a possibilidade da realização de reuniões pedagógicas por áreas de conhecimentos, envolvendo os professores das disciplinas técnicas e das disciplinas de educação geral.

Foi, e ainda está sendo, um projeto pedagógico que tem se constituído um marco de estudos, permitindo a continuidade de investigações e contribuindo para o debate educacional no viés da Educação Profissional.

Esse preâmbulo é para justificar que todos os autores que compõem este livro vivenciaram a implementação do PPP de 1994, tanto na sede que era Natal como na Unidade Descentralizada de Mossoró (UNED-Mossoró). Essa era a realidade da época do que hoje conhecemos como IFRN, pois existiam apenas duas unidades. Por esse fato e por entender que o PPP de uma instituição tem por objetivo geral definir princípios e diretrizes para mediar o desenvolvimento da prática social subsidiada pelo conhecimento científico, tecnológico e cultural, observou-se que todos os professores relatam aspectos voltados às novas diretrizes do PPP, de forma que o livro expressa um cruzamento de ideias que se intercalam com processos de investigação, histórias pessoais e profissionais e vivências pedagógicas .

Esse imbricamento metodológico está permeado pelo sentimento de esperanças, utopias e desafios na busca de contribuir para uma formação do sujeito na perspectiva da *omnilateralidade* e, como afirmam os autores, na formação de um “técnico cidadão”.

Nessa direção de pensamento, destaca-se o texto **ENTRETECENDO FIOS DE MEMÓRIAS NA HISTÓRIA DO IFRN**, da Profa. Ana Lúcia Sarmiento Henrique, quando cita a formação do estudante embasada pelos princípios integrantes da formação omnilateral e que se encontra expresso no PPP de 1994. “[...] formação omnilateral do homem, entendida como desenvolvimento da totalidade das capacidades humanas, sem perder de vista seus determinantes históricos e a possibilidade de uma ação mais efetiva no meio social” (ETFRN, 1995, p. 57).

Essa concepção de formação profissional se materializou na denominação do técnico-cidadão, ou seja, um profissional que domina os “recursos científicos e tecnológicos, que lhe possibilitam atuar no sistema produtivo e participar criticamente do processo de transformação social em função dos interesses coletivos” (SILVA; CABRAL NETO, 2015, p. 204)¹⁵.

É instigante a retomada da discussão da formação profissional envolvendo o ensino médio e a educação profissional na perspectiva da *omnilateralidade*, pois sinaliza para a adoção de uma postura pedagógica por parte dos docentes em que se constroem e se reconstróem nexos entre os diversos saberes que fazem parte desses dois campos do conhecimento. A esse respeito, Silva chama a atenção para a prática interdisciplinar a ser adotada pelos docentes, como uma orientação do próprio currículo, ao mesmo tempo, em que ressalta a insegurança em assumir uma atitude interdisciplinar.

Nesse sentido, Fazenda (1993, p.18) afirma que as barreiras encontradas no fazer pedagógico podem ser superadas “[...] pelo desejo de criar, de inovar, de ir além, [...] que se caracteriza pela ousadia da busca, da pesquisa”.

15. SILVA e CABRAL NETO. Concepções de formação profissional técnica de nível médio adotadas pelo IFRN: Especificidades e (des)continuidades. HOLOS, Ano 31, Vol. 5, p. 201-212.

O texto seguinte, do prof. Ailton Ailton Dantas de Lima, **UMA VIDA, UMA PAIXÃO**, narra com muita competência e paixão o projeto de ensino em língua portuguesa trabalhado em sala de aula nos cursos redimensionados em áreas de conhecimentos. Tratava-se de um projeto construído coletivamente pelos professores com o objetivo de não só atender aos princípios do PPP mas também levando em consideração a realidade de aprendizagem em que se encontravam os alunos. Como bem menciona o professor, era adotado um estudo de “[...] linguagem que contemplesse a diversidade das manifestações linguageiras, quanto nos documentos oficiais que regiam o ensino de língua portuguesa no ensino médio. Essa ancoragem ratificava a seriedade do trabalho com linguagem desenvolvido na instituição”.

A seguir, a profa. Marília Gonçalves Borges Silveira, em seu texto **ITINERÁRIO DE UMA EDUCADORA: DA ESCOLA TÉCNICA AO INSTITUTO FEDERAL**, como bem afirma “ao lapidar a memória das experiências vividas”, amplia a experiência já relatada pelo professor Ailton, acrescentando aspectos do trabalho desenvolvido e afirma que “[...] Saímos da tríade (narração, descrição e dissertação), que não abarcava a realidade da língua em seu uso, e passamos a estudar a tipologia (narrativa, descritiva, expositiva, argumentativa, injuntiva e dialogal)”. Um destaque de grande relevância pedagógica citado pela autora diz respeito à preparação coletiva do material didático que se constituía em momentos de estudo e de formação.

Dando continuidade, o professor Francisco das Chagas Silva Souza, no seu texto **EXPERIÊNCIAS NA ETRN/UNED MOSSORÓ: MEIAS-VERDADES EM UMA BARAFUNDA DA MEMÓRIA**, ressalta que a formação do técnico-cidadão a partir do PPP de 1994 perpassava a sala de aula e, como testemunho dessa ação, cita os horários culturais que ocorriam todas as semanas na UNED Mossoró. Nesse momento, reuniam-se corpo gestor, docentes e estudantes para assistir a apresentações “teatrais, musicais, palestras e outras atividades com conteúdo para além do currículo formal. As apresentações teatrais faziam parte do projeto de língua portuguesa e literatura e acontecia após o estudo de uma obra literária.

Na sequência do livro, temos o professor Alexandre da Costa Pereira, que intitula o seu texto de **TRAJETÓRIA DE UM PROFESSOR-ENGENHEIRO NA INSTITUIÇÃO: PAVIMENTANDO CAMINHOS DO**

SABER e, ao escrevê-lo, destaca a sua participação no planejamento e implantação da Área de Conhecimento de “Construção Civil”, além de lembrar ter exercido a sua docência em várias habilitações da respectiva área como: Construção Predial, Construção Pesada, Desenho de Projetos e Topografia.

Por fim, temos o Prof. Wyllys Abel Farkatt e o seu capítulo **DA ETFRN AO IFRN, UMA TEMPORADA DE CONHECIMENTO**. O autor faz vários destaques ao PPP de 1994 e, dentre eles, traz a preocupação com a formação política do aluno e, como exemplo, cita uma ação do “Grêmio Estudantil Valdemar do Pássaros” na UNED - Mossoró, onde iniciou suas atividades em 1995. Os alunos questionavam as mudanças de regras que a instituição iria adotar na pré-matrícula para o ano seguinte ou seja para 1996. Os alunos tinham apenas um ano de existência na instituição. Para o professor, essa ação já sinalizava o estágio de desenvolvimento intelectual e político dos estudantes que estavam iniciando a sua formação.

Essas vivências relatadas pelos professores, com sentimentos expressos, representavam um tempo em que diversas vozes e “cantos de galo” em diferentes experiências humanas resultariam em construções e reconstruções de saberes que poderiam ser avaliados como pontos de partida da *omnilateralidade* ou, dito de outra forma, como parte integrante de uma formação do “técnico-cidadão”.

Assim, o livro, por meio dos seus capítulos, revela além de um texto agradável de ser lido, as subjetividades de uma escola pública de qualidade, democrática e que busca sempre uma construção coletiva das suas ações.

Aqui neste livro, reúnem-se gotas de conhecimentos e de esperanças que fortalecem o amanhã.

Muito obrigada pelo convite em elaborar o posfácio!

Sou Maria das Graças Baracho, com 71 anos de vida, ingressei na ETFRN em 29 de abril de 1979, vindo a me aposentar em 18 de janeiro de 1996. Durante a minha trajetória de 17 anos, na ativa, passei por várias experiências tanto nos campos da gestão como da docência. Nesses anos aprendi muito, como também erreí, mas o erro sempre foi um suporte para continuar a caminhada.

Vivenciei parte da ETFRN e tive o privilégio de participar das ações em prol da transformação para CEFET-RN, que se deu em 1999. Essa participação resultou em um documento construído por uma comissão da qual fiz parte. Tratava-se de um grupo que elaborou, em 1995, um estudo de contemporaneização do projeto de transformação da ETFRN em CEFET-RN, Portaria nº 210/94-DG/ETFRN. A Comissão foi composta pelos seguintes profissionais: Severino do Ramo de Brito, Maria das Graças Baracho, Getúlio Marques Ferreira; José Gilson de Oliveira; Ednaldo de Paiva Pereira; Sônia Maria de Moura Damasceno e Maria Auxiliadora Pereira de Lira.

Das atividades de maior relevância que participei na ETFRN, destaco as seguintes: participação e construção da Proposta pedagógica de 1994 e de seus dois relatórios de implementação da proposta curricular (dezembro de 1995 e dez/1996, respectivamente); e elaboração e coordenação do projeto de capacitação dos servidores em convênio com o CEFET-MG, nos anos de 1995 e 1996. Outro documento que teve a minha participação juntamente com o professor Nivaldo Ferreira foi a elaboração da organização Didática de 1994. Em 1996, tive a minha aposentadoria concedida e, em 2004, fui convidada pelos professores Francisco Mariz e Dante Henrique, a época diretor de ensino do CEFET-RN, para fazer parte de um grupo constituído pelo Diretor de Ensino, equipe pedagógica e por mim para conduzir o redimensionamento para um novo PPP, considerando que do ponto de vista da legislação educacional, estávamos amparados com novas diretrizes tanto pela LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 como pelo Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que Regulamentou o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394/1996. Esse foi outro momento em que a instituição volta a oferecer o ensino médio integrado com a formação profissional em nível técnico. Em perspectiva, volta a formação na direção da *omnilateralidade*.

Em 2005, com a aprovação do Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005, que instituiu o Programa Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos-PROEJA, fui novamente convidada para Coordenar uma formação docente em nível de pós-graduação *lato sensu* a ser ofertado a docentes do CEFET-RN, docentes de escolas estaduais e municipais com o objetivo de capacitar os docentes para trabalharem com jovens

e adultos, pois uma nova modalidade de ensino a Educação de Jovens e Adultos passaria a ser ofertada em toda a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia .

Essas, e tantas outras experiências que não foram citadas, representam para mim, valiosos fragmentos do conhecimento sistematizado em seus recortes de tempo e espaço e em constantes movimentos.

Natal, 27 de fevereiro de 2023.

Maria das Graças Baracho



Tipografias utilizadas:

Obviously Variable

P22 Mackinac Pro

–

Todos os direitos são reservados à Editora IFRN, não podendo ser comercializado em período de contrato de cessão de direitos autorais. Em caso de reimpressão com recursos próprios do autor, está liberada a sua comercialização.

A Editora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) já publicou livros em todas as áreas do conhecimento, ultrapassando a marca de 150 títulos. Atualmente, a edição de suas obras está direcionada a cinco linhas editoriais, quais sejam: acadêmica, técnico-científica, de apoio didático-pedagógico, artístico-literária ou cultural potiguar.

Ao articular-se à função social do IFRN, a Editora destaca seu compromisso com a formação humana integral, o exercício da cidadania, a produção e a socialização do conhecimento.

Nesse sentido, a EDITORA IFRN visa promover a publicação da produção de servidores e estudantes deste Instituto, bem como da comunidade externa, nas várias áreas do saber, abrangendo edição, difusão e distribuição dos seus produtos editoriais, buscando, sempre, consolidar a sua política editorial, que prioriza a qualidade.



editoraifrn



Lotada no *Campus* Natal Zona Leste (EaD) do IFRN, a professora Ana Lúcia Sarmiento Henrique possui graduação e mestrado em Letras pela UFRN e doutorado em Educação pela Universidade Complutense de Madrid. Foi Coordenadora e Coordenadora-adjunta da UAB no IFRN até 2012. Atua na elaboração de material didático para cursos EaD do IFRN. É professora nos cursos lato e stricto sensu do IFRN. Coordenadora do GT-18 de Educação de Jovens e Adultos da ANPED (2019-2023) e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP/IFRN). Também é membro do Conselho Editorial da Editora do IFRN.

O livro que se apresenta faz parte da Série Rememora, cujo objetivo é celebrar a memória da instituição, fazendo um resgate de ações, espaços, documentos, relatos, experiências, fotos, a partir da voz daqueles e daquelas que vivenciaram e ajudaram a construir a Instituição. Nas palavras de Maria das Graças Baracho, autora do posfácio, “[...] o livro, por meio dos seus capítulos, revela além de um texto agradável de ser lido, as subjetividades de uma escola pública de qualidade, democrática e que busca sempre uma construção coletiva das suas ações. Aqui neste livro, reúnem-se gotas de conhecimentos e de esperanças que fortalecem o amanhã.”

ISBN 978-85-8333-302-9



9 788583 333029 >

